



ANTÔNIO CARLOS BATISTA DE SOUZA
MICHEL JUSTAMAND
VÂNIA CRISTINA CANTUÁRIO DE ANDRADE

ORGANIZADORES

faas 29

Fazendo Antropologia
NO ALTO SOLIMÕES



Antônio Carlos Batista de Souza
Michel Justamand
Vânia Cristina Cantuário de Andrade
(Organizadores)

Fazendo Antropologia no Alto Solimões



A presente obra foi financiada pela



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

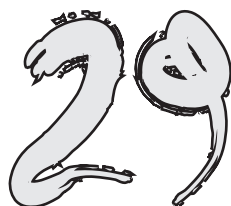
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo – (UPE – Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Antônio Carlos Batista de Souza
Michel Justamand
Vânia Cristina Cantuário de Andrade
(Organizadores)

Fazendo Antropologia no Alto Solimões



ALEXA

Embu das Artes - SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

*Nós dirigentes da coleção, partícipes da comissão editorial
da obra, organizadores, autoras e autores:
Homenageamos a todas e todos que, infelizmente, morre-
ram em batalha contra a COVID-19 na Tríplice Fronteira (Brasil-Co-
lômbia-Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e
em outras partes do mundo.
Nos solidarizamos com as famílias desses, que partiram
sem nenhuma, necessidade!*

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Foto de capa

Gleilson Medins de Menezes

Revisão Técnica

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

Revisão de língua

Antônia Marinês Goes, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia C. Cantuário de Andrade

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S428a - SOUZA, Antônio Carlos Batista de
J276m - JUSTAMAND, Michel
A428v - ANDRADE, Vânia Cristina Cantuário de

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 29, Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand, Vânia Cristina Cantuário de Andrade Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

14x21cm - 200 páginas

ISBN 978-65-87643-25-0

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Agradecemos

*À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
– FAPESAM - pelo apoio financeiro.*

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – CAPES - pela contribuição na expansão e consolidação
do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia –
PPGSCA.*

*Ao PPGSCA pela construção e divulgação do edital de cole-
tâneas.*

Debate do Alto Solimões para além! – FAAS 29

Antônio Carlos Batista de Souza¹

Michel Justamand²

Vânia Cristina Cantuário de Andrade³

A Coleção *Fazendo Antropologia no Alto Solimões* – FAAS completa mais um ano de produções em 2020. Temos agora 8 anos de trabalhos produzidos. Nesse período apresentamos para o público 28 volumes escritos. Aqui são apresentados temas variados e complexos. Tratam de educação, saúde, matemática, engenharia, biologia, história, arqueologia, entre outras temáticas e, áreas do conhecimento científico e da sabedoria popular. Mas essencialmente, abordam temáticas relacionadas às demandas humanas. A Antropologia foi quem ofereceu o caminho teórico e metodológico para inúmeras dessas produções.

A compilação é dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand desde 2012. Mas, é partilhada por mais dois colegas Adailton da Silva e Tharcísio Santiago Cruz. Os quatro debatem e indicam os trajetos que a coleção deve seguir. Decisões editoriais são tomadas por esse coletivo. Outros dois colegas participavam desses momentos, Cristian Faria Martins (saiu da UFAM, em 2020) e Rafael Pessoa São Paio (*in memoriam*). Nos momentos iniciais, não tínhamos clareza do que seria. Não sabíamos que a produção aca-nhada de um livro, despretensioso, como foi o *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*, hoje, o volume 1 da coleção, viesse a se tornar o ponta pé inicial dessa, já prestigiosa, coleção na região.

A ideia inicial de construção do FAAS partiu dos docentes do curso de Antropologia no Alto Solimões, como possibilidade de

1 Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus. Professor Assistente do IFAM/Manaus-Centro.

2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Professor Associado II da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/campus Guarulhos.

3 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus

difusão de ideias, a partir de estudos, pesquisas e elaborações teóricas, ou seja, são textos fundamentados na grande área de Ciências Humanas que alcançaram outros olhares e discussões no Brasil e, em países da América do Sul como: Colômbia e Peru.

A coletânea já foi organizada, inicialmente, por docentes do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em Benjamin Constant, onde tivemos nosso vínculo institucional. Egressos do curso de Antropologia e de outros cursos da unidade do Alto Solimões (Administração e as Licenciaturas em Ciências Biológicas e Químicas, Pedagogia, Letras e em Ciências Agrárias) também ofereceram suas contribuições tanto na organização quanto nos escritos/artigos que se transformaram em capítulos. Além, desses, técnicos da instituição ofereceram suas contribuições nos volumes como organizadores e ou com tópicos.

Nós, Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Vânia Cristina Cantuário de Andrade, os organizadores, da presente obra, temos o prazer de tornar público o novo volume da coleção FAAS, o 29. Esse conta com 10 (dez) capítulos. Os escritos foram baseados em convites que os organizadores lançaram em suas listas nas redes sociais que participam. Dali surgiram mais de 40 artigos. Desses foram selecionados os que seguem. Informamos que os outros estão em nosso radar de publicações e devem ser publicados nas próximas edições da coleção. Esse ano está prevista mais uma, a edição 30.

A nossa ideia enquanto organizadores é apresentar para o público em geral uma obra que seja baseada no local, mas que se comunique com o externo. Por isso, partimos da interdisciplinaridade e da ampliação da abrangência geográfica das temáticas. As edições têm diálogos com outras regiões e até com temas de outros países.

Assim, vejamos os temas abordados...

Versam sobre os Ulwa, indígenas da Nicarágua, suas performances e autonomia regional; artefatos de vidro por análises arqueológicas, no Forte General Paz, em Buenos Aires, Argentina; Isolamento Social: a economia do Amazonas durante a crise sanitária da Covid-19; Desenvolvimento socioeconômico, a ponte sobre o Rio

Negro e o turismo; Empoderamento das mulheres da agroecologia e produção orgânica, em Manaus, Amazonas; A música e o desenvolvimento da criança; Selos no naufrágio Zencity, análises arqueológicas, em Buenos Aires, Argentina; A criação artística de Aníbal Beça; Análises sobre os processos neoliberais sobre o trabalho docente no ensino superior; e, por fim, a globalização na Amazônia.

Feitas as devidas apresentações dos porquês do livro e como surgiu, mais as suas temáticas... Desejamos a todas e todos, ótimas leituras e que das reflexões perpetradas surjam ideias úteis para as suas vidas!

Esses são os nossos mais sinceros votos!

Novembro de 2020

Atibaia/Manaus

MINHA ALMA ESTÁ EM BRISA

Mário de Andrade

Contei meus anos e descobri que tenho menos tempo para viver a partir daqui, do que o que eu vivi até agora.

Eu me sinto como aquela criança que ganhou um pacote de doces; O primeiro comeu com prazer, mas quando percebeu que havia poucos, começou a saboreá-los profundamente.

Já não tenho tempo para reuniões intermináveis em que são discutidos estatutos, regras, procedimentos e regulamentos internos, sabendo que nada será alcançado.

Não tenho mais tempo para apoiar pessoas absurdas que, apesar da idade cronológica, não cresceram.

Meu tempo é muito curto para discutir títulos. Eu quero a essência, minha alma está com pressa ... Sem muitos *doces no pacote ...

Quero viver ao lado de pessoas humanas, muito humanas. Que sabem rir dos seus erros. Que não ficam inchadas, com seus triunfos. Que não se consideram eleitos antes do tempo. Que não ficam longe de suas responsabilidades. Que defendem a dignidade humana. E querem andar do lado da verdade e da honestidade.

O essencial é o que faz a vida valer a pena.

Quero cercar-me de pessoas que sabem tocar os corações das pessoas ...

Pessoas a quem os golpes da vida, ensinaram a crescer com toques suaves na alma

Sim ... Estou com pressa ... *Estou com pressa para viver com a intensidade que só a maturidade pode dar.

Eu pretendo não desperdiçar nenhum dos doces que eu tenha ou ganhe... Tenho certeza de que eles serão mais requintados do que os que comi até agora.

Meu objetivo é chegar ao fim satisfeito e em paz com meus entes queridos e com a minha consciência.

Nós temos duas vidas e a segunda começa quando você percebe que você só tem uma...

Envie para todos os seus amigos mais de 40, 50 anos ou mais.

Mário de Andrade

(Proibido guardá-lo só para si)

Sumário

Prefácio

Debate do Alto Solimões para além! – FAAS 29

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e

Vânia Cristina Cantuário de Andrade

- 11 -

Minha alma está em brisa

Mário de Andrade

- 15 -

**Etnicidad a escena: El régimen del rito, política y autonomía
en Karawala, Caribe nicaragüense**

Denia Román Solano

- 21 -

**Uma aproximação ao conjunto vítreo de recipientes de medicina e
de toucador do forte General Paz, distrito de Carlos Casares, pro-
víncia de Buenos Aires, Argentina**

Diana S. Tamburini, Teresa R. Acedo, Graciela Scarafia e Juan B. Leoni

- 43 -

**Isolamento Social: A Economia do Amazonas nos cinco primeiros
meses de 2020 durante a crise sanitária da Covid-19**

João Clovis de Oliveira Costa e Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

- 57 -

**Do município metropolitano à hinterlândia rural: uma reflexão
sobre o progresso sociocultural da cidade de Iranduba**

Ronald Rosa de Lima e Lupuna Corrêa de Souza

- 67 -

Empoderamento da mulher no contexto da agroecologia
e produção orgânica, Manaus/AM

Maria Isabel de Araújo, Silas Garcia Aquino de Sousa e

Evandro de Moraes Ramos

- 81 -

A música e o desenvolvimento da criança: um
olhar para a educação infantil

Evandro de Oliveira Souza e Mariene Mendonça de Freitas

- 101 -

Los cuartillos del rey Resellos en el pecio de Zencity,
Buenos Aires, Argentina

Mónica Patricia Valentini

- 119 -

O trabalho por meio da criação artística de Aníbal Beça

Sandra Oliveira de Almeida e Kátia Silva de Oliveira

- 131 -

Os rebatimentos neoliberais no trabalho docente
do ensino superior

Janaina Zildéia da Silva Paiva, Elenise Faria Scherer

Maria Ferreira de Oliveira Filha e Shigeaki Ueki Alves da Paixão

- 141 -

Os processos de globalização na Amazônia

Vânia Cristina Cantuário de Andrade e Michel Justamand

- 153 -

A quadridimensionalidade de uma realidade de fronteira:
Um relato de experiência de iniciação científica no
Alto Solimões

Maria Angelita da Silva e Daiane de Moraes Coelho

- 165 -

Fazendo antropologia no Alto Solimões - 29

Sobre os autores

- 181 -

Sugestões de leitura

- 189 -

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

- 189 -

Coleção FAAS TESES

Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

- 190 -

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

- 191 -

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

- 192 -

Etnicidad a escena: El régimen del rito, política y autonomía en Karawala, Caribe nicaragüense

Denia Román Solano¹

Apertura

El relativismo como recurso etnográfico no solo es una posición ante la realidad estudiada, sino también una forma de interactuar con quienes convivimos en el campo. Como sabemos, nunca es un relativismo absoluto; siempre es un espacio de diálogo e interacción. Durante mi trabajo de campo en Karawala, una comunidad indígena del Caribe nicaragüense, los Ulwa (mis interlocutores) se empeñaban en mostrarme sus danzas y una serie de *performances* públicos que denominan de manera coloquial con la palabra en castellano *cultura*. Me interesaba más por su cotidianidad, el parentesco y la historia marcada por la misión religiosa morava (inicios del siglo XX), el impacto de los emprendimientos extractivos (mitad del siglo XX), la guerra contrarrevolucionaria y su resolución a través del modelo de autonomía (década de los ochentas y noventas). Por el contrario, ellos y ellas querían que conociera y participara del tiempo excepcional, de la fiesta comunitaria y de la memoria étnica edificada, no de la historia. Una historia que parece ser contraria a la unicidad y autenticidad que buscan destacar con estos *performances*. Querían que fijara mi atención en la escenificación del “tiempo del mito”. Sin embargo, lo que yo observaba era un traslado de esta temporalidad “fría” del mito a una temporalidad “caliente”, según las célebres categorías de Lévi-Strauss (1995, p. 44). Tenían demasiado empeño en crear representaciones ceremoniales y estéticas que mostraran a “los otros” lo que los Ulwa son; especialmente a “los otros” con poder o prestigio a lo externo de la comunidad.

Este artículo describe tres expresiones *performáticas* de la comunidad de Karawala, las cuales reflejan ese traslado que ob-

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora Adjunta da Universidade da Costa Rica.

servé desde mis primeras semanas en el campo. Nos referimos a dos representaciones rituales: las danzas tradicionales ulwas y el *Saudah*, pautadas en lo que Manuela Carneiro da Cunha (2009) conceptualiza como *cultura entre comillas* y que ha sido motivada a partir del establecimiento del régimen político de la autonomía. Una tercera actividad más lúdica, denominada *Masku*, será un contrapunto comparativo que podríamos ubicar como una expresión cultural (sin comillas) común a diferentes comunidades vecinas de Karawala.

Dichos escenarios *performáticos* permitirán hacer una reflexión final sobre la política y la experiencia de tres décadas de autonomía regional, especialmente ante el contexto de debilitamiento de los derechos étnicos y territoriales. Hoy, bajo un gobierno centralista autodenominado de izquierda, inmerso en una profunda crisis sociopolítica y democrática y desacreditado internacionalmente por las graves acusaciones de violación de derechos humanos, la autonomía y la gestión de multiculturalidad en el Caribe nicaragüense permanecen también en tensión y crisis. ¿Compete comparar esa *cultura entre comillas* con una *autonomía entre comillas*?

Karawala, el Caribe y las revoluciones

Los Ulwa son una minoría étnica en la nación, tienen su mayor concentración en el cauce medio e inferior del río Grande de Matagalpa, en el sur del Caribe nicaragüense, especialmente en Karawala (de aproximadamente 2000 habitantes) y en pequeños grupos familiares ubicados río arriba de esta comunidad. Se dedican a la agricultura, la pesca y hay una pequeña burocracia de empleados públicos por ser la sede municipal; también algunas personas reciben remesas de familiares que trabajan en la actividad turística en el Caribe insular. En la comunidad cohabitan algunas familias afrodescendientes, miskitas y, muy recientemente, han llegado familias mestizas nicaragüenses.

La lengua ulwa, poco usada en la actualidad, es muy próxima a las lenguas tawahka y panahka, por lo cual a todos sus hablantes se les conoce como sumos o mayangnas, aunque los Ulwa siempre han insistido en su diferencia. Administrativamente, Karawala forma parte de un territorio más amplio:

Awaltara Luhpia Nani Tasbaika (de 304 300 hectáreas), un sitio de carácter multiétnico, ya que abarcan quince comunidades étnicamente diferenciadas con población ulwa, miskito y creole, además de dos poblados mestizos que se asentaron décadas antes de la delimitación formal en el 2008. Este territorio es administrado por un Gobierno Territorial Autónomo que es electo cada dos años por todas las comunidades.

El régimen de autonomía de la costa Caribe de Nicaragua fue un proceso que surgió como consecuencia indirecta de la Revolución sandinista de 1979. Este evento condujo, a su vez, a uno de los movimientos étnicos más importantes de la segunda mitad del siglo XX en Centroamérica; un conflicto bélico contrarrevolucionario en la década de los ochentas que tuvo como protagonista a los indígenas miskitos, líderes de los frentes guerrilleros. Con intereses diferenciados a los denominados “Contras” del Pacífico, los Miskitos se opusieron rotundamente a la visión homogeneizadora y etnocéntrica de la reforma agraria sandinista que no respetaba la territorialidad, ni las particularidades socioculturales de esta región. La respuesta sandinista ante la guerrilla indígena fue violenta y con algunos eventos que podrían caracterizarse como etnocidas, no solo contra los grupos indígenas armados, sino también contra muchas comunidades que fueron violentamente desplazadas.

A pesar del contexto bélico, se da un complejo proceso de negociaciones que concluye en 1987 con la instauración del Régimen Autnómico, un modelo jurídicamente innovador. Era la primera propuesta de gestión multicultural en América Latina y una alternativa al desgastado indigenismo integracionista y su racismo subyacente. Prácticamente la mitad del territorio nicaragüense pasó a ser administrado bajo este modelo. Un reto trascendente que implicaba construir una nueva idea de nación y una forma plural de autoridad y gobernabilidad.

Para los Ulwa de Karawala también era un reto mostrar su diferencia étnica en su condición de minoría, con una lengua originaria en declive y al ser una población subsumida en dos generalidades: la de los Mayangnas hablantes y la de los Miskitos, ya que se localiza en un sector donde estos son poblacionalmente dominantes.

En la región, los Ulwa eran considerados muy “mezclados”, idea que también se transmite en las pocas referencias que hay en la literatura especializada (Conzemius, 1984, pp. 45 y 51; Von Houwald, 2003, p. 142; Nietschmann, 1969, p. 96; Romero 1992, p. 60). Por ello, su proyecto colectivo más importante y diligente en la década de los noventa fue reivindicar su particularidad étnica, demostrar que, a pesar de contar con algunas familias integradas por Creoles y Miskitos y el empleo generalizado del miskito como lengua comunitaria, hay una identidad étnica ulwa diferenciada, referentes ancestrales comunes y una lengua ulwa por revitalizar. Es justamente en este periodo donde se recrean las ceremonias y el *performance* que se describirán a continuación.

No obstante, antes es necesario señalar algunos elementos contextuales. El periodo de posguerra fue, para toda Nicaragua, una etapa de restitución y de reconstrucción en muchos sentidos. En el Caribe tenían el enorme desafío de rehacer el tejido social y comunitario después de una guerra que fue cruel, violenta y que dividió las familias y comunidades. En ese sentido, la autonomía replanteaba crear formas nuevas de organización política y de convivencia intraétnica e interétnica; así como solventar diferencias históricas, políticas, de lógicas productivas, culturales y religiosas entre la población mestiza del Pacífico, más homogénea y mejor integrada a la identidad nacional y a la población multiétnica del Caribe.

Junto a las primeras acciones político-administrativas de la autonomía, las comunidades activaron diferentes procesos de reconfiguración de las identidades étnicas, los cuales tienen su manifestación más expresiva en una serie de conmemoraciones y festividades, en las que irrumpen las danzas y los *performances*. Es reveladora la efervescencia de estas manifestaciones en los espacios públicos y en un tiempo excepcional, no cotidiano; asimismo, el hecho de que la guerra, la violencia y el conflicto fueron temas anulados, de manera que se centraron en el pasado original y tiempo mítico de cada pueblo. Es claro que la función “ritual” y su *focus* era otro: instituir diferencias entre colectividades étnicas.

También en los noventa hubo importantes esfuerzos locales e institucionales por conocer y registrar las narrativas de las

historias comunitarias que se centraban en describir cómo y quiénes fundaron las comunidades. También se documentan la medicina tradicional y los conocimientos del chamanismo, prohibidos durante décadas en la esfera pública por la religión Morava (dominante en la zona). Se recuperan lenguas indígenas, ya que se contó, en los primeros años de los noventa, con el apoyo de lingüistas del *Massachusetts Institute of Technology*; en el caso de la lengua ulwa esto fue trascendental y hoy está incorporada en los currículos escolares.

Fue el momento histórico de reconstruir el “metadiscursio reflexivo sobre la cultura”, lo cual posibilitó hacer de la *cultura entre comillas* un verdadero recurso para “afirmar identidad, dignidad y el poder ante el Estado” (Carneiro da Cunha, 2009, p. 373). En este caso, permitió también descolocar el poder hegemónico sobre lo espiritual que tenía la religión Morava. En esa coyuntura, bajo un auge nativista, cada colectivo étnico-lingüístico se propuso pensar en las particularidades de su propia cultura. Era perentorio, bajo el modelo multicultural de la autonomía, establecer ciertos límites entre las diferentes culturas de los pueblos indígenas: Mayangnas, Ulwas, Ramas, Miskitos y las dos comunidades de afrodescendientes (Garífunas y Creoles), todos se avocaron a esa tarea. Intentaron simbólica y *performáticamente* separar la trama de relaciones interculturales que durante siglos habían tejido; una suerte de cultura panregional conformada históricamente al compartir una misma colonialidad y territorialidad. El caleidoscopio que era esta región debía transformarse en un mosaico de culturas.

Identidad a escena, el régimen del rito

En este contexto las personas de Karawala recrean las danzas tradicionales ulwas y el *Saudah* (la dramatización de un ritual “antiguo”). Ambas son hoy actividades imprescindibles para la celebración comunitaria y oficial más importante del año, denominada el día del ulwa; se celebra todos los 6 de mayo desde hace más de dos décadas. Es una actividad organizada por la escuela, con el apoyo comunitario, y es una celebración donde los actores sociales más importantes son la comunidad, como anfitriones y exponentes,

y los invitados como espectadores y receptores. Se invita a representantes de todos los niveles gubernamentales, desde el Gobierno Central hasta el Gobierno Territorial Awaltara, incluso a representantes del Municipio de la Desembocadura, líderes de otras comunidades, funcionarios públicos, representantes de congregaciones religiosas y personas influyentes con poder político o económico.

Las actividades pueden ser de uno, dos o varios días. Siempre se realiza un acto formal durante la mañana de cada 6 de mayo, donde se presentan las danzas y el *Saudah*. Algunas veces se hacen almuerzos colectivos, eventualmente celebrados con chicha (bebida fermentada); otras veces se inicia el día anterior con la selección de la reina ulwa, entre jóvenes de la comunidad, tal como sucedió en los eventos a los cuales asistí (en 2010 y 2012). En otras ocasiones, se trata de un acto más simple, de un día, que concluye con juegos de beisbol y actividades recreativas.

Las danzas y el Saudah

Con relación a las danzas tradicionales, todas las personas ancianas con las que conversé afirmaron desconocerlas y acostumbran a decir “se las sacaron de la cabeza los muchachos”. Algunos afirman que hace mucho tiempo, en la época de *idan pyuwara* (tiempo no cristiano), sus padres o abuelas les hablaron de algo semejante, pero, puesto que se trata de un tema prohibido para los moravos, era solo una mención muy vaga. Para los habitantes de Karawala, un joven ulwa, Rendell Heberth, que ha vivido en Karawala y Bluefields, fue quién empezó a recrearlas; involucró y ensayó con bailarines y músicos. Él ha sido representante político de Karawala en diferentes ocasiones y ha ejercido como funcionario público, por ello ha vivido más tiempo en la ciudad más próxima: Bluefields. Fue allí donde conversé con él sobre este tema y abiertamente me explicó que su interés era definir un tipo de danza diferente, según sus palabras: “una danza bien ulwa”. Para ello, a final de la década de 1980, entrevistó a varios ancianos en Karawala y, a partir de ahí, elaboró diferentes “coreografías”, las cuales nombró como su madre y abuela recordaban. Con el paso del tiempo, varios jóvenes se apropiaron de estas coreo-

grafías, practicaron e improvisaron movimientos, luego, las reelaboraron en las presentaciones públicas; lo anterior permitió mantener hasta hoy un grupo informal de bailarines jóvenes, conformado por mujeres y hombres.

Las danzas consisten en una serie de movimientos suaves y entrecortados, en los cuales se utilizan las manos y los pies; estos simulan movimientos de animales o actividades humanas. Son ejecutadas con una música un poco melancólica y repetitiva de un simple instrumento que le llaman de *bloblo* y la guitarra, junto con una percusión lenta de instrumentos caribeños (generalmente tambores, caparazones de tortuga o algunas veces quijadas de caballo, yurro o maracas). El *bloblo*, se considera originalmente ulwa, es un tubo de bambú, madera o plástico que, al soplarlo en diferentes posiciones y al colocarle los dedos en el orificio opuesto, produce sonidos agudos y variados.

Quien mejor lo ejecuta hasta hoy es un anciano que rigurosamente acompaña las danzas, aunque para las personas de su generación esta fue una invención jocosa que terminó gustándoles a los jóvenes. Se presenta especialmente para el día del ulwa y, de manera eventual, en actividades regionales donde son invitados. Las danzas que presencié eran presentaciones para personas externas y autoridades, nunca las vi en actividades comunitarias o familiares; aunque provocan curiosidad en la comunidad, a los pocos minutos de ejecución las personas pierden el interés (Fotografía 1).

Es importante agregar que las comunidades miskitas, tanto en el sur como en el norte de la región, realizan danzas muy similares, las cuales se presentan en las mismas ocasiones, en fiestas anuales, entre las que destaca especialmente una celebración llamada de *King Pulanka* (Juegos del Rey); un festival cultural en la ciudad de Bilwi (cabecera de la RAAN). El *King Pulanka* parece que ocurría desde finales del siglo XIX y hoy es producto de la revitalización cultural (Ibarra, 2008). Igualmente, en la ciudad Bluefields (cabecera de la RAAS), una de las actividades más importantes de la afirmación creole es la celebración del *Maypole* o *Palo de Mayo*, un tipo de festividad carnavalesca con danza y música afro realizadas en ese mes y de amplia afluencia de público.

En conjunto, estas danzas forman parte de un campo de expresión regional de la etnicidad en el Caribe nicaragüense. Con forman un modelo que en los últimos años parece oficializarse, por medio del cual los colectivos étnicos manifiestan su *cultura entre comillas*, siguiendo un mismo esquema. Por ello la creación de las danzas ulwas hacen parte de ese régimen regional e interétnico de escenificación pública de las identidades. Tal como argumenta Carneiro de Cunha (2009), esto no significa que sea una representación falsa, pero pertenece a otro universo discursivo, pautado por la lógica del contexto interétnico; es un metalenguaje o exégesis nativa, el cual integra “cultura” y cultura, al mismo tiempo (p. 356). Es decir, aborda tanto el proceso de objetivización de aquello que consideraban danzas ulwas “antiguas” u “originales”, como la *praxis* que trajo la dinámica regional y las políticas identitarias después de la autonomía.



Fotografía 1. Danzas Tradicionales siendo filmadas por documentalistas españoles. (Denia Román, 2009) **Fotografías 2. y 3.** *Saudah* (Denia Román, 2010) **Fotografía 4.** *Masku* (Stor-bey Simons, 2011)

La otra expresión ritual que sigue esta misma línea de la *cultura entre comillas* es el *Saudah*, una especie de escena ritual muy admirada por los habitantes de Karawala. Esta consiste en una teatralización solemne sobre la vida pasada de los Ulwa, especialmente de un ritual que está vinculado con la tierra y su prosperidad (“el dar la comida” es la afirmación más común). Su origen no está claro y su

reactualización no se limita a la iniciativa de una persona, como en el caso de las danzas.

Para la mayoría de las personas, esta actividad ejemplifica o teatraliza rituales del pasado, pero que no son “reales” y aun así existe mucho recelo de los reverendos moravos sobre su ejecución. Consiste en una escenificación con una secuencia de tres momentos continuos, silenciosos y de poca gestualidad: inician mostrando familias ulwas caminando en la montaña; después, visualizan al chamán, quién realiza varias acciones curativas a personas que se postran en el suelo; y cierran con las familias compartiendo alimentos, los cuales algunas veces son repartidos entre los espectadores, especialmente las personas invitadas de prestigio. Los participantes son mujeres y hombres de todas las edades, incluso mujeres con bebés. La presentación es, aproximadamente, de 40 minutos a una hora y siempre en un ritmo lento, pausado y ceremonioso. El *performance* consiste curiosamente en una gesticulación lánguida, con movimientos corporales muy suaves, semblantes sin expresión y con mirada perdida, es casi como una pintura escenificada, la cual repite las mismas tres escenas continuas y sin emitir palabras.

En el *Saudah* los participantes no utilizan escenario, pero se visten con ropas que emulan las antiguas vestimentas ulwas elaboradas de una corteza del árbol de tuno, (*Miconia squamulosa*), también telas rústicas de tonos marrones que combinan con diferentes tipos de hojas, pieles de animales, collares de semillas y plumas. Los actores pertenecen a varias familias extensas (*kalkamuih* o *pamali*), de modo que no es necesaria una condición de parentesco particular para participar; tampoco es necesario tener alguna condición social especial (Fotografías 2 y 3). No existe un guión definido y la preparación previa es más una organización de participantes, distribuir “papeles”, hablar del vestuario y organizar la preparación de alimentos que acompañan la actividad. Los “ensayos” son en realidad reuniones abiertas de mucho entusiasmo y conversación donde más que ensayar las escenas se sugieren ideas de los actos, o bien, se comenta alguna práctica tradicional referida por personas ancianas. Las tres veces que asistí a estas presentaciones me parecieron muy

monótonas, repetitivas y hasta aburridas. No obstante, me sorprendió la atención y la seriedad con la cual las personas de la comunidad observaban; algunas veces los niños y jóvenes reían silenciosamente al ver los semblantes de los actores, pero a todos les agrada la presentación.

La primera vez que pregunté por el nombre, entre algunos espectadores, fue sorprendente que generó cierta confusión; me decían que era “cultura antigua”, algunos indicaron que no tiene una traducción al castellano y, para otros, su nombre puede ser *wasbulu*, nombre de una bebida alcohólica, lo cual hace referencia a las actividades donde esta se consume (fiestas o trabajos agrícolas colectivos). Al final, luego de varias discusiones entre mis interlocutores, decidieron que se llamaba *Saudah*.² También encontré diferencias cuando me comentaban sobre la posible función original del ritual, para unos el *Saudah* era algo curativo de contacto con espíritus (*dawankhas*); mientras que para otros era una actividad festiva realizada para celebrar las cosechas. Un profesor de la secundaria ulwa consiguió darme una explicación que apunta a ese lugar ambiguo entre cultura y *cultura entre comillas*, me explicó que es un tipo de obra teatral improvisada y lo calificó como un sociodrama de la comunidad, “solo que no es de mentira, sino es algo histórico”, algo que “la gente hacía de verdad y que hoy no hacen, pero lo creen”.

Kuka Lidia, una anciana con quien conversaba a menudo sobre la historia comunitaria y con quien podía dialogar de estos temas, rechazados por la mayoría de los ancianos al ser considerado “pecado” por los moravos, me aseguró que el *Saudah* es una celebración que su madre le relataba cuando ella era niña. Su mamá le decía que este es un ritual muy importante y de muchos invitados, el cual se realizaba en los cerros más altos donde acudían familias de varias comunidades y que su abuelo y tío-abuelo asistían con frecuencia. Era preparado con muchos días de anticipación, ya que era realizado por varias semanas, era dirigido por un chamán (*sukia*) importante,

2 Conzemius apunta que el ritual funerario de los Mayangnas es el *Sau* (que, en ulwa significa tierra), cuya celebración es hecha para despedirse del alma del fallecido, es dirigido por el *sukia*, con la participación exclusiva de los hombres que deben estar irreconocibles, pintados de negro; durante este marco se consumen alimentos y chicha por varios días (1984, p. 318).

prohibido para las mujeres y ejecutado durante las noches. Se preparaba una canoa hecha de madera especial y se realizaban diferentes rituales con el fuego. El objetivo era “fortalecer a los hombres muy jóvenes, casi niños”, quienes necesitaban “cumplir varias pruebas”, y terminaba con una gran fiesta con bebidas fermentadas. Esta actividad fue prohibida por los misioneros moravos; sin embargo, como era tan importante para la gente, “les pedían hacer fiestas también a los reverendos”, quienes empezaron a hacer actividades festivas nocturnas, con comida, pero en las iglesias, con antorchas, cantos y disfraces que contaban “historias de la biblia y de los reyes”. A estas actividades ella sí pudo asistir y recuerda que eran espacios muy concurridos.

La descripción de las fiestas intercomunitarias a las cuales asistió su abuelo es, evidentemente, una referencia a los antiguos “ritos de iniciación” o de “pasaje” que otros ancianos en Karawala ya me habían mencionado. Von Houwald también recogió narrativas semejantes en los Musawas (la principal comunidad mayangna al norte) y allí estos ritos eran llamados de *Asag Lawana* (elevación en la montaña). Este autor cita diversos relatos de viajeros del siglo XIX y principios del XX, quienes describen las mismas celebraciones (Von Houwald, 2003, pp. 428, 463-468). En la memoria oral de algunas comunidades mayangnas al norte también hay referencias al *Saudah* como un ritual masculino, anual y de comunicación con *dawankhas*, los espíritus dueños con características semejantes a las relatadas por los ancianos en Karawala (Robins, 2005, pp. 65-67).

Lo más destacable de la secuencia memorística de *Kuka Lidia* es que ella logra hacer con más claridad una asociación de tres momentos “históricos” o contextuales del ritual. Proporciona una explicación de cómo los espacios públicos y ceremoniales se han transformado en Karawala a partir de condiciones o hechos estructurales: la ritualidad amerindia, la evangelización morava (que tuvo como punto culminante la conversión masiva por medio de un movimiento mesiánico caracterizado por estados de trance)³ y el momento actual donde el régimen de la autonomía hace viable y

3 Este evento se denominó por parte de los moravos como el Gran Despertar y es un tema que debe aún ser estudiando en detalle (Ver Rossbach, 1986; Shneider, 1998).

necesaria la invención ritual y *performática* de la identidad. Es muy significativo cómo hoy las personas reelaboran la memoria colectiva junto a las danzas y el *Saudah*, recrean una conexión con el pasado, la cual fue borrada por el dogmatismo religioso al separar el “tiempo pagano” (*idan pyuwara*) que es anulado y el “tiempo cristiano” (*patitara pywara*) que inicia con los primeros misioneros en Karawala en 1903.

La contemplación atenta y ceremonial de los “espectadores” del *Saudah* me da la impresión de que por momentos los vuelve de algún modo partícipes del *performance* y hay una forma de reflexividad en esa mirada. “Una vez confrontada con la ‘cultura’, la cultura tiene que lidiar con ella, y al hacerlo será subvertida y reorganizada” (Carneiro de Cunha, 2009, p. 372). Tan es así que los reverendos en Karawala les prohíben a las personas, que tienen el nivel de comulgantes, participar de estas actividades y exhortan a sus feligreses a no hacerlo. El hecho de que el *Saudah* se mantenga es una reivindicación y afronta la autoridad en el campo espiritual. Hay que decir, además, que en las comunidades se realizan algunas prácticas chamánicas de índole familiar, privado y clandestino, contra las cuales tanto la religión morava como la religión anglicana presente en Karawala han reñido desde su llegada, pero no la han podido suprimir.

El Masku

En contraposición a estos dos *performances*, que son elaboraciones de las últimas décadas, el *Masku*, el tercer ritual a describir, es considerado un tipo de juego festivo que se practica desde los años treinta y que se comparte con otras comunidades vecinas miskitas. Es una actividad lúdica en la cual participan adultos y jóvenes, quienes recorren la comunidad con máscaras, música y bebidas alcohólicas (chicha o ron). Cantan y bailan cómicamente por las veredas, se detienen en los patios de las casas, practican bailes y piruetas (que representan diferentes actividades de la vida cotidiana), a cambio de dinero, alimentos o bebida por parte de las familias de la casa visitada.

Principalmente participan hombres, aunque también se involucran algunas mujeres jóvenes. Los disfraces son elaborados con ropas viejas, papel y hojas de banano y palmeras; algunos re-

presentan animales, como venados o tigres, o bien, se colocan coronas simulando ser reyes y reinas. El objetivo del juego consiste en esconder la identidad de los bailarines ante los espectadores que se muestran muy curiosos por identificarlos. No obstante, si un espectador adivina el nombre de una persona enmascarada, este nombre no debe decirse, es prohibido. Si, por error, el espectador pronuncia el nombre real de un enmascarado, deberá pagar o hacerle una donación a este.

Algunos de estos bailarines se destacan por su habilidad al moverse con giros y saltos; por esto reciben un nombre especial, por ejemplo, “El Sueño” y “Adasa”, los cuales, según me comentó un amigo, eran bailarines famosos en su época de infancia. Hay varios personajes importantes: una persona pintada de rojo con achiote es llamada “El torero”; hay también un toro y una persona disfrazada de médico y su esposa, quien auxilia con agua y ron a los bailarines. Esta es la única actividad comunitaria en la que es permitido el uso de bebidas alcohólicas, las cuales son prohibidas en la comunidad y, como me dijo una mujer de mediana edad, es el único momento en Karawala que se permite “hacer relajo” (*bin dauky*). El dinero y alimentos recaudados son consumidos en la fiesta final, luego de recorrer toda la comunidad.

Lamentablemente no presencié ningún *Masku* durante mi investigación de campo, aunque conversé con varias personas al respecto, especialmente sobre la celebración en diciembre del 2011⁴ (Fotografía 4). Se realiza generalmente en diciembre, pero no todos los años; es organizado por un grupo de jóvenes con el apoyo de varias personas mayores o familia “anfitrióna”, quienes ofrecen su casa

4 Es esa fecha salí del campo por enfermedad, ante lo cual Storbey Simons escribió estas líneas: “Masku es palabra compuesta que proviene de la raíz inglés (mask o masquerade que significa máscara) y ku es una terminación del vocablo Miskitu, indica ‘La maskara’. Conversé con dos personas mayores, que se remonta desde los años 1930 – 40 con la llega de las empresas bananeras y maderas en Karawala, es una cultura mestizada de la tradición afro caribeña. Desde esa época existe en la comunidad y ahora tiene establecido su período de celebración en la víspera y después del día de la navidad. Para el pueblo Ulwa es una actividad cultural tradicionalmente organizada por un grupo de jóvenes y personas mayores, las personas que participan en esta presentación beben mucho el ron de la comunidad que es el maíz fermentado que le llaman “chicha bruja” existe ofertas de presentación, como el baile de ‘El doctor y su esposa’ el baile de ‘Bull fight I’ la música de ‘Blo, blo’ cada uno tiene su precio”.

como lugar de salida y de llegada de la celebración. Cuando consulté acerca de las personas que en las últimas ocasiones apoyaron el *Masku*, me mencionaron dos mujeres adultas madres y abuelas, además de la casa de Sisin, un curandero famoso por sus conocimientos de *obeah* (una práctica religiosa y curativa del Caribe insular especialmente anglófono).

Todos mis interlocutores coincidieron en que se trata de un juego ritual realizado hace varias generaciones, solo algunas personas mayores recuerdan que se practica con más constancia con la entrada de las compañías extractivas y la llegada de trabajadores creoles y mestizos en la primera mitad del siglo XX, en las proximidades de Karawala. Justamente un periodo histórico donde la economía comunitaria se monetariza. El *Masku* pertenece al ámbito de la sociabilidad comunitaria y representa un tiempo especial en el cual las normas sociales y morales se flexibilizan.⁵

Es evidente que las danzas pertenecen al régimen de la ritualización de la *cultura entre comillas*, son parte de la construcción étnica y de la autorepresentación, en el ámbito de la multiculturalidad regional; comunican “lo ulwa” con el exterior. Los espectadores foráneos son clave en las danzas, ya que no tiene sentido si estos son ulwas. En contraste, el *Masku* debe tener espectadores comunitarios para que tenga sentido, está inscrito en la vida social, es espontáneo, lúdico, carnavalesco y sus espectadores son vecinos y parientes que no solo “compran” el espectáculo, sino que esto les permite ingresar por un momento en ese espacio simbólico de juego y transgresión. Se apela a la sociabilidad comunal y a la solidaridad. El *Saudah*, se localiza en medio de ambos, en esa transición entre cultura y *cultura entre comillas*, tiene sentido para espectadores ulwas y no-ulwas.

5 El antropólogo M. Jamieson describe esta festividad en la comunidad de Kakabila, también en el Caribe sur, es conocida como *Mosko* y la considera un ritual de iniciación masculina. Su argumento es que a través de esta los adolescentes invisibilizados en la vida social no solo irrumpen en el contexto comunal, sino que, además, demuestran su capacidad de generar recursos y dinero. “Representa esta transición de una forma idealizada y legítima... aquellos que anteriormente eran invisibles porque eran niños, llegan a las casas de las comunidades ofreciendo contraer relaciones con adultos a través de la venta de danzas” (2001, p. 34). Esta inferencia es un tema para ahondar en Karawala, con la salvedad de que aquí participan personas adultas, hombres casados e incluso señores de edad avanzada, hay personas que pasan muchos años participando y logran ser algo así como especialistas del juego.

Las prácticas veladas vinculadas al chamanismo tradicional que aún persisten le dan vigor y conexión con la vida social.

Autonomía en Karawala y el régimen del Estado

Hace once años, cuando llegué a Karawala, las personas y líderes no usaban términos estandarizados del lenguaje indígena internacional como “madre tierra”, “buen vivir”, “interculturalidad”, “medicina ancestral”, “revitalización” o “gobernanza”, solo para mencionar algunas. Hoy la mayoría de los líderes usan estas palabras cuando conversan en castellano o miskito y cada vez más se hacen presentes en la celebración del día del ulwa. Esta actividad, la cual era un esfuerzo comunitario y voluntario de maestros, se formaliza y cada vez más se institucionaliza a través de la escuela, la secundaria y el gobierno regional de la RAAN, quien, con la firma de su oficialización en el 2019, asegura a la comunidad recursos mínimos para su realización. Es decir, transita también del régimen de lo ritual y *performático* al régimen de lo estatal.

La política multicultural de la autonomía ha ido paulatinamente moldeando una forma prescriptiva de manifestar las tradiciones culturales de cada pueblo, bajo una base culturalista donde cada persona debe ostentar una cultura sustantiva. Los gobiernos regionales y la cooperación internacional han hecho grandes esfuerzos por financiar el rescate y la revitalización cultural, lo cual, además, les permite organizar el espacio de la representatividad política que la multiculturalidad le otorga a cada cultura. Labor compleja en una región que se ha constituido históricamente como intercultural, donde la pluralidad en la convivencia y la organización social no era problema. No era perentorio fijar límites culturales y étnicos, los cuales, como sabemos, son fluidos; pero hoy con la revitalización cultural se han ido “anclando” por lo menos discursivamente (y oficialmente), adaptándose así a esta forma prescriptiva de ser diferente. Por eso, surge el interés de crear danzas que fueran “muy ulwas” o de mostrar rituales que hace mucho tiempo dejaron de serlo y están casi suprimidos de la memoria colectiva.

Así las cosas, a lo largo de tres décadas se han adoptado aquellas ideas que están detrás de los términos estandarizados que

ya señalé antes y que acompañan la condición de un “indígena genérico” en el discurso internacional. El *Saudah* hoy es fácilmente traducido como ceremonia “ancestral” en honor a la “madre tierra”, cuando el sentido es totalmente distinto, la palabra *sau* se refiere a la tierra, pero su significado está más próximo a la idea de donde se asienta/funda cosmológicamente la tierra; en otro tiempo se solía traducir como “dueño/a de la tierra”. Algo en el mismo sentido fue descrito por Anne-Marie Losonczy y Juan Carlos Rubiano (2013) en la apropiación de conceptos académicos sobre el chamanismo en contextos interétnicos pautados por la legislación multicultural en Colombia. A su criterio, hay una “paradójica interdependencia entre la institucionalización de un concepto culturalista singularizante de “la” cultura y la homogeneización política de los grupos étnicos” (Losonczy y Rubiano, 2013, p. 28). La dificultad política reside en que se da la institucionalización de la cultura, cuando debería darse lo contrario, la culturalización (o singularización) de las instituciones del Estado.

Esta formalización del *performance* y el ritual étnico puede verse como un reflejo de lo que sucede con la organización social y política que se impone con la autonomía. El modelo de administración y su estructura burocrática, electoral y jerárquica, aunado al centralismo del gobierno actual, desdibuja las formas políticas propias regidas en las relaciones cotidianas, el parentesco, el prestigio social y en el respeto de las personas mayores. En palabras de E. Durkheim, en la década de los noventa con la autonomía se abría la posibilidad de reforzar la “solidaridad mecánica”, pautada en los valores compartidos y la ritualidad, en detrimento de la “solidaridad orgánica” que deviene con la lógica del Estado y el neoliberalismo. Este proyecto, por supuesto, lo buscaba en su concepción original, pero los rumbos seguidos son otros. La autonomía fue, sin duda, *otra revolución*, la cual transforma la mitad de un país que nunca había reconocido las territorialidades indígenas y afrodescendientes del Caribe, este era concebido como un vacío por colonizar. Sin embargo, tal como sucedió con la Revolución sandinista, hoy sus proyectos e ideales se han ido opacando.

La estructura autonómica concebida desde el ámbito del Estado coapta o ajusta a su medida tanto las expresiones ritualistas

de las diferencias étnicas, como la vida social y política de las comunidades. La capacidad de agencia y de decisión colectiva en lo ritual y en lo político aún está supeditada al engranaje del Estado y su burocratización. Estamos viendo líderes del pasado convertidos casi en burócratas, lidiando con las leyes, las estructuras políticas estatales y regionales, y quizás veremos cómo los *performances*, rituales y fiestas comunitarias deberán seguir protocolos institucionales.

Se ha construido una tecnopolítica de la autonomía en complejos reglamentos y procesos administrativos que la hace inviable cuando nos posicionamos en comunidades como Karawala, donde la organización social y su capital sociocultural se erigen desde otros lugares. La autonomía es aún muy sociocéntrica para ser seguida y, en una coyuntura política de crisis democrática, los recursos para la autodeterminación, la afirmación territorial y el autogobierno son muy exiguos.

Esta condición tiene efectos concretos que son alarmantes. Según datos del gobierno territorial de Awaltara para mayo del 2020, el 42 % de su territorio (delimitado entre 2008 y 2009) ha sido invadido o explotado ilegalmente por empresarios forestales, ganaderos y familias campesinas procedentes del Pacífico y de forma acelerada en los últimos cinco años. Continúa con un ritmo inmanejable y actualmente la línea espacial de las invasiones está muy próxima al único sector de bosque primario en Awaltara; sitio con una fuerte significación cosmológica y de memoria para los Ulwa. Su acción, como la acción de los líderes del gobierno territorial, ha sido un largo suplicio de solicitudes, cartas y recursos administrativos donde se demanda el apoyo al gobierno regional, al municipio, al ejército, los ministerios y las diversas instituciones involucradas obteniendo solo apoyos mínimos y muchas promesas. Tal como sostiene Auyero (2013), hoy la espera de las instituciones se ha convertido en un mecanismo regulador y de dominación del Estado. Sin embargo, nunca es una espera pasiva.

Los líderes territoriales y los Ulwa han activado diferentes estrategias, como los patrullajes de guardabosques voluntarios que con los mínimos recursos materiales exponen su integridad física y su vida para fiscalizar las áreas invadidas, en la mayoría de las cuales

las personas están armadas, o bien, hay seguridad privada pagada por los empresarios. En el territorio de Awaltara solo han sufrido agresiones físicas y amenazas, pero los asesinatos de indígenas y líderes van en aumento. Solamente entre enero del 2019 y marzo del 2020, se registraron diecisiete asesinatos y múltiples agresiones físicas y patrimoniales, especialmente en las comunidades cerca de los ríos Wawa, Waspuk, Layasiksa, Coco, y en la zona de Bosawas, la reserva de biósfera más extensa del país y una de las más grandes de Latinoamérica.⁶ Varias organizaciones internacionales hablan de una crisis humanitaria (CEJIL, 2018; Oakland Institute, 2020) y los esfuerzos desesperados de líderes indígenas y afros no pueden contener las invasiones.

Ya se ha argumentado ampliamente en torno a la inconsistencia y el equívoco de la propuesta multicultural, pero hay que decirlo de nuevo: el lugar que los Estados contemporáneos le dan a la otredad y a lo indígena es impropio. Su visibilidad pública, la etnicidad que entra *a escena* y la cultura *performatizada* no es inclusión política, ni equidad. Tiene el potencial de serlo porque el ritual es otra forma de pensar, a través del hacer, pero aún no lo son. Igualmente, las fiestas comunitarias que celebran su etnicidad no deben confundirse con la participación política, ni con la autodeterminación, ni con el reconocimiento de subjetividades culturales plenas.

Es admisible ser culturalmente diferente en el Estado, pero dentro de un modelo políticamente establecido para ser diferente. Si hay un “indio permitido” como sugiere categóricamente Charles Hale (2014) hay también una “cultura indígena permitida”, ambos deben conciliarse con los sujetos, los agentes reales y sin adjetivos. La autonomía del Caribe nicaragüense, a pesar del haber nacido en esa época de revoluciones, algunas veces al igual que el *Saudah* de Karawala, se parece a una designio ideal, un rito permitido, o una *Autonomía entre comillas*. La clave está, tanto en el rito como en la política en el control pleno de las decisiones y en la autoafirmación.

⁶ Recuento elaborado a partir de la información registrada por la Policía Nacional de Nicaragua (CEJIL, 2019; Oakland Institute, 2020) y diversos medios gráficos de Nicaragua (*Despacho*, *La Prensa*, *Confidencial*, Artículo 66, *Onda Local*) y del exterior (*Infobae*, *El País* y *DW*).

Solo cuando un pequeño hilo de la trama que teje el ritual se rompa y el actor deje de actuar, y los seres que habitan en el *tiempo del mito* también se comuniquen con este tiempo, la autonomía plena tendrá lugar.

Bibliografía

AUYERO, Javier. *Pacientes del Estado*. Eudeba, Buenos Aires, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com Aspas. Cosac Naify, São Paulo, 2009.*

CEJIL. Centro por la Justicia y el Derecho Internacional. *Resistencia miskitu: una lucha por el territorio y la vida*. San José, 2019.

CIDH-OEA. Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Informe. Graves Violaciones a los Derechos Humanos en el marco de las protestas sociales en Nicaragua. OEA. Doc.86. 21 de junio del 2018.

CONZEMIUS, Eduard. Estudio etnográfico sobre los indios mismitos y sumus de Honduras y Nicaragua. Libro Libre, San José, 1984 [1932].

DANIDA, Impact Evaluation of Danida Support to Rural Transport Infrastructure in Nicaragua. Evaluation Department, Ministry of Foreign Affairs of Denmark. 2010. http://www.netpublikationer.dk/um/10616/html/entire_publication.htm

DÍAZ-POLANCO, Hector. *Autonomía regional, la autodeterminación de los pueblos indios*. Siglo XXI, México, 1991

GIEI. Grupo Internacional de Expertos Independiente. Nicaragua. Informe sobre los hechos de violencia ocurridos entre el 18 de abril y el 30 de mayo del 2018. Comisión Interamericana de Derechos Humanos, 2018.

GONZÁLEZ, M., BUVOLLEN, H. Y FRUHLING, P. *Etnicidad y Nación. El desarrollo de la autonomía de la Costa Atlántica de Nicaragua (1987-2007)*. F&G Editores, Guatemala, 2007.

GONZÁLEZ, Miguel. *Gobierno pluriétnicos: La constitución de Regiones Autónomas en Nicaragua*. Plaza y Valdez Editores, México,

1997.

HALE, Charles. Resistance and Contradiction. Miskitu Indians and the Nicaraguan State, 1894-1987. Stanford University Press, Stanford, 1994

HALE, Charles. Rethinking indigenous politics in the era of the 'the indio permitido'. NACLA Report on the Americas 38, 2004, (2):16-22.

HOUWALD von, Götz. Mayangna. Apuntes sobre la historia de los indígenas sumu en Centroamérica. Colección Cultural de Centro América, Managua, 2003.

IBARRA, Eugenia. El King Pulanka, juego ancestral miskito: entre la resistencia y la identidad. Managua: Wani Revista del Caribe Nicaragüense 53 (2008): 33-44.

JAMIESON, Mark. Masks and madness: ritual expressions of the transition to adulthood among Miskitu adolescents. Social Anthropology 9, 2001: 257-272.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropología Estructural. Paidós, Barcelona, 1995.

LÉVY, Pablo. Notas geográficas y económicas sobre la República de Nicaragua. Revista Conservadora. [1873]. 1965. (59) p.1-42, (60) p.43-106, (61) p.107-174, (62) p.1754-350, Managua, 1965.

LIGIÉRO, Zeca. (org) Performance e Antropologia de Richard Schechner. MUAD, Rio de Janeiro, 2012.

LOSONCZY, Anne-Marie e RUBIANO, Juan Carlos. La política por los espíritus: escenarios multiculturales en "zonas de contacto" (Valle de Cauca, Colombia). Religião e Sociedade 33, 2013, (1): 11-29. <https://www.scielo.br/pdf/rs/v33n1/a02v33n1.pdf>

NIETSCHMANN, Bernard. The distribution of Miskito, Sumu, and Rama Indians, Eastern Nicaragua. Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological and Ethnographical Research 11, 1969: 91-102.

OACHUD. Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas

para los Derechos Humanos. Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua. 18 de abril-18 de agosto 2018. Informe. Ginebra, agosto de 2018.

OAKLAND INSTITUTE. Nicaragua: Una Revolución Fallida: La Lucha Indígena por el Saneamiento Oakland, 2020. <https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/nicaragua-revolucion-fallida.pdf>

ROBINS, Taymond. Sauda, festividad ancestral mayangna que celebra el encuentro con la Madre Naturaleza 43, 2005, (1): 65-67.

ROMERO, German. Las sociedades del Atlántico de Nicaragua en los siglos XVII y XVIII. Fondo de Promoción Cultural-BANIC, Managua, 1995.

ROSSBACH, Lioba. La evangelización protestante en la Costa Atlántica de Nicaragua: La iglesia morava de 1849 a 1894. Tesis de Doctorado. University of Hannover, 1986.

SCHECHNER, Richard Performance Studies: An Introduction. Routledge London and New York, 2006.

SCHECHNER, Richard. Estudios de la representación. Una introducción. Fondo de Cultura Económica, México, 2012.

SHNEIDER, Hermann. La Mosquitia. Historia de la Unitas Fratrum en la Mosquitia. 1849-18998. TRna. Marion Dick. 1899. Reprint. CIEETS, Managua, 1998.

TURNER, Victor W. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Vozes, Petrópolis, 2013.

TURNER, Victor W. Schism and continuity in an African Society. Manchester University Press, Manchester, 1974.

VILAS, Carlos. Estado, clase y etnicidad: la Costa Atlántica de Nicaragua. FCE, México, 1992.

WICKHAM, Henry Alexander. Notes of a journey among the Woolwa and Mosquito Indians. Proceedings of the Royal Geographic Soc. XII, 1869: 53-63.

Uma aproximação ao conjunto vítreo de recipientes de medicina e de toucador do forte General Paz, distrito de Carlos Casares, província de Buenos Aires, Argentina

Diana S. Tamburini¹

Teresa R. Acedo²

Graciela Scarafia³

Juan B. Leoni⁴

Introdução

No presente trabalho é abordada a caracterização do conjunto vítreo de frascos medicinais e de toucador recuperados nas investigações arqueológicas realizadas no Forte General Paz, que funcionou como centro de comando da Fronteira Oeste de Buenos Aires entre 1869 e 1876, e também de amostras pertencentes ao Museu Histórico Municipal de Carlos Casares. Os artefatos vítreos recuperados no Forte General Paz (em diante, FGP) fornecem informações valiosas, já que evidenciam os aspectos diagnósticos de manufatura que indicam temporalidade e função. Em cada fragmento e nas peças

1 Licenciada en Antropología (orientación arqueológica) Universidad Nacional de Rosario y Doctoranda en Antropología. Jefa de Trabajos Prácticos (Cátedra: Taller de Tesina Orientación Arqueología), Facultad de Humanidades y Artes, UNR. Co-directora del Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto (CEAAC), UNR. Email: dianatamburini@hotmail.com

2 Licenciada en Museología Universidad del Museo Social Argentino, Buenos Aires. Directora de Patrimonio, Museos y Turismo de la localidad de Carlos Casares, provincia de Buenos Aires. Integrante del Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto (CEAAC), UNR. Email: teresaacedo20@gmail.com

3 Tesista de la carrera de Antropología (orientación arqueológica) Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Integrante del Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto (CEAAC), UNR. Email: grscarafia@hotmail.com.

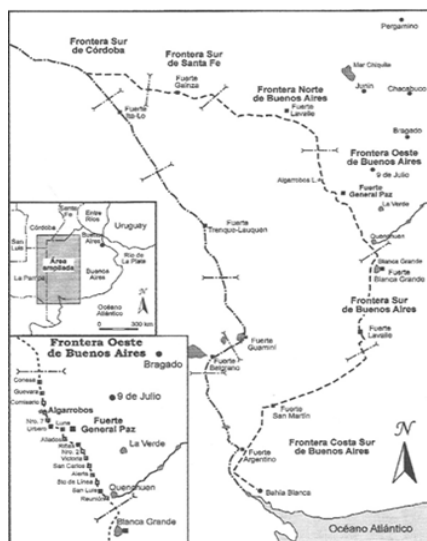
4 Licenciado en Antropología Universidad Nacional de Rosario, Master en Antropología y Doctor en Antropología State University of New York, Binghamton, EEUU. Investigador Adjunto de CONICET y profesor titular (cátedra: Taller de Tesina Orientación Arqueología), Facultad de Humanidades y Artes, UNR. Preside el Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto (CEAAC), UNR. Email: jbleoni@hotmail.com

completas foram registradas propriedades tais como a cor, a forma, a função e as marcas comerciais que permitiram individualizar uma interessante variedade de frascos de uso medicinal e de toucador no período correspondente ao funcionamento do FGP, o que, até certo ponto, contrasta e parece muito menos precário do que poderia ser pensado conforme as descrições dos relatos sobre a vida fronteiriça de meados do século XIX. Apesar da fragmentação dos frascos, foram recuperadas amostras de diferentes tipos, que puderam ser comparadas e a análise foi complementada com a coleção que possui o Museu Histórico Municipal de Carlos Casares (em diante, MHMCC). Isso permitiu dimensionar corretamente a variabilidade dos fragmentos e frascos inteiros presentes nessa localização militar.

O Forte General Paz

O Forte General Paz é localizado aproximadamente a 23 km em direção sudeste de Carlos Casares, a principal cidade do distrito homônimo, na província de Buenos Aires. Ela funcionou como centro de comando da fronteira de Buenos Aires, denominada Fronteira Oeste, entre 1869 e 1876, e cumpriu um papel ativo nos acontecimentos fronteiriços da época. Os fortes, como o de General Paz, eram assentamentos grandes e importantes que alojavam guarnições significativas, de um ou vários regimentos ou batalhões, bem como a população civil (as famílias dos soldados, vivandeiros, tendeiros, vaqueiros, baqueanos⁵, etc.), e inclusive grupos inteiros de «índios amigos» que formavam assentamentos no mesmo forte ou nas imediações dele (Ministério da Guerra e Marinha [MGM] 1870 a 1877; Thill e Puigdomenech 2003). A construção do FGP foi o resultado do avanço geral da Linha de Fronteira que teve lugar em 1869, durante a presidência de Domingo F. Samiento. A seção denominada Fronteira Oeste de Buenos Aires estendia-se uns 190 km em direção noroeste-sudeste, na região noroeste da província de Buenos Aires (Figura1).

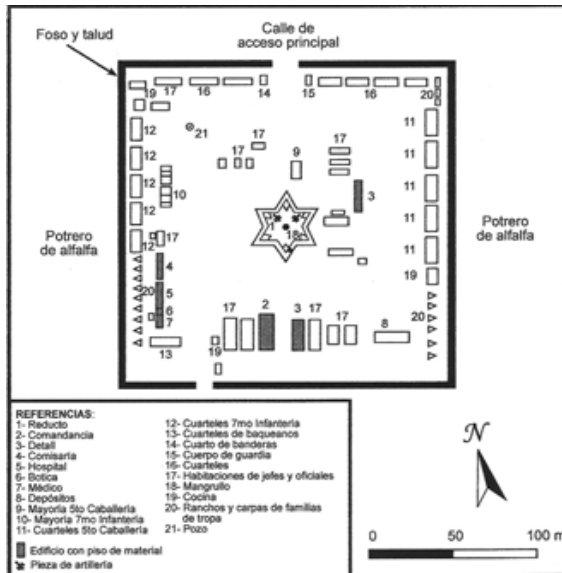
5 Tapejaras ou vaqueanos, pessoas que conhecem bem o território.



Referências: •Forte, ●Cidade, ▲Lagoa ■ Fortim --- Linha de Fronteira 1869 \--- Linha de Fronteira 1876

Figura 1: Mapa da Fronteira Oeste, assinalando a localização do FGP (redesenhado de Raone 1969).

Existe informação documental gráfica e escrita que revela o tamanho e a organização espacial do FGP, um relatório do coronel Boer apresentado junto ao Ministério da Guerra e Marinha em março de 1870 (MGM 1870:119-352) indica que a cidadela ou recinto principal do forte consistia em um quadrado de 150 m de lado (delimitado por valas e muros de terra), e incluía vários edifícios principais construídos com blocos de adobe e chão de tijolos (por exemplo, o centro de comando, o escritório administrativo, o escritório do major, o hospital, o boticário e a delegacia de guerra), bem como moradias rudimentares (feitas de cana bambu e telhado de palha) e barracas para alojar os oficiais, as tropas e suas famílias. No centro do forte, foi construído um reduto de terra em forma de estrela de seis pontas, acessível mediante uma ponte levadiça e que contava com canhões e um mangrullo de vigilância. Junto ao forte foram construídos cercados para os cavalos e o gado, e áreas de pastagem para plantação de luzerna e milho (MGM 1870: 178-179). Era, portanto um verdadeiro enclave sociocultural no qual participavam diferentes atores sociais (Figura 2).



(Fosso e aterro, Rua de acesso principal, Pastagem de luzerna). Referências: 1- Reduto, 2- Centro de comando, 3-Detall, 4- Delegacia, 5- Hospital, 6- Boticário, 7- Médico, 8- Depósitos, 9- Comando Major 5.º Cavalaria, 10- Comando Major 7.º Infanteria, 11- Quartéis 5.º Cavalaria, 12- Quartéis 7.º Infanteria, 13- Quartéis de baqueanos, 14- Quarto das bandeiras, 15- Corpo de Guarda, 16- Quartéis, 17- Habitações de chefes e oficiais, 18- Mangrullo, 19- Cozinha, 20- Moradias e barracas para famílias das tropas, 21- Poço. Edifício com chão de material. Peça de artilharia).

Figura 2: Cidadela do Forte Paz conforme o plano de Federico Melchert (MGM 1873).

Desde 2005, diferentes investigações arqueológicas vêm sendo realizadas no sítio (mapeamento planialtimétrico da área, sondagens, escavações, prospecção geoeletrica, colheita superficial sistemática, etc.) (Figura 3). Como resultado disso, foi possível determinar a localização e a orientação precisa do forte, foi identificada a provável localização de alguns edifícios que o compunham e foi recuperado um total 4.920 objetos de diversos tipos e matérias primas, dentre eles, 3.419 fragmentos de vidros que correspondem principalmente a garrafas e frascos de diversas cores. O conjunto correspondente a vidros de medicina e toucador é heterogêneo e representa uma ampla variedade de artefatos de origem local e importados, como re-

recipientes de produtos medicinais e de higiene pessoal (Leoni et al., 2006, 2007, 2008, 2008b, 2011, 2018). Neste contexto, consideramos que este tipo de artefatos tem implicações socioculturais sensivelmente significativas, evidenciando as diferenças sociais, econômicas, de hierarquia e de gênero desta complexa sociedade fronteiriça. Existem numerosos trabalhos relacionados ao estudo de restos arqueológicos vítreos correspondentes a momentos históricos (Schávelzon, 1991; Moreno, 1997), bem como referidos especialmente às investigações realizadas em localizações militares de fronteira amplamente documentados pelas investigações arqueológicas (e.g. Ramos, 1997; Gómez Romero, 1999; Tapia et al., 2004; Pedrotta e Bagaloni, 2005; Leoni et al., 2007; Merlo et al., 2011; Pineau, 2012; Bagaloni, 2017; entre outros).

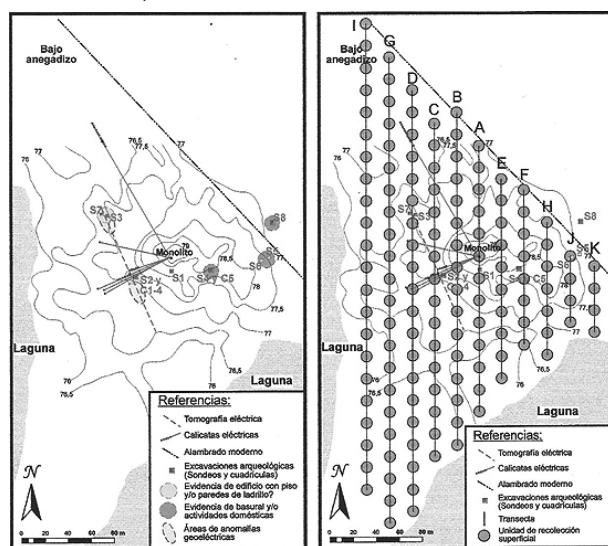


Figura 3: Planialtimétrico da área, com local ubicación de prospecção geoeletrica y escavações (esquerda); colheita superficial sistemática (direita).

Análise da amostra

De um lado, do total de 3.419 fragmentos de vidro de diversos tipos e tamanhos recuperados no sítio, 90% corresponde ao que arbitrariamente denominamos recipientes utilitários (framen-

tos de garrafas de bebidas alcoólicas, copos etc.). De outro lado, os vidros correspondentes aos recipientes medicinais e de perfumaria totalizam ($n= 342$), atingindo 3% do total da amostra. A parte da amostra analisada até agora é composta de vidros recuperados nas colheitas superficiais sistemáticas efetuadas no sítio e, como já foi mencionado, da coleção pertencente ao MMCC. A análise foi realizada fundamentalmente com aqueles elementos diagnósticos como tamanho, espessura, presença de bolhas, marcas de moldes e outros elementos que permitem identificar a morfologia das peças através de algumas das partes: gargalo, parede, pescoço, ombro, além de selos, letras ou marcas que pudessem fornecer informações precisas sobre os vidros. As variáveis consideradas para o estudo foram as características principais de um objeto de vidro, isto é, a forma geral ou tipo, a cor, a espessura, as marcas do molde, letras, tamanho, etc. Foram registradas diversas cores e tonalidades: cor-de-rosa, azul, âmbar, branco, branco opaco, verde claro e suas possíveis variações como consequência do processo de meteorização. A descrição das cores resulta útil porque ajuda a identificar e diferenciar os conjuntos de fragmentos que permitirão montar de novo uma peça e suas variáveis nas diferentes partes de sua estrutura. É importante levar em conta que a cor do vidro é um indicador valioso dos potenciais conteúdos. Por exemplo, a cor âmbar para os ácidos, vidro de cor preta ou obscura para o clorofórmio e o nitrato de prata, cor azul para líquidos com alto conteúdo de álcool ou poções de ingesta perigosa. As cores ajudam à conservação e efetividade dos conteúdos (Acedo, 2018).

Os frascos e suas aplicações

Água-de-colônia Farina

Foram analisados ($n=11$) fragmentos mais ($n=2$ frascos inteiros) de água-de-colônia, um perfume de essências cítricas criado na cidade de Colônia (na Alemanha) em 1709 por Juan María Farina (1685-1766). A água-de-colônia de Farina foi usada não apenas como perfume, mas também como medicina porque lhe eram atribuídas propriedades curativas. Como nessa época não existiam

direitos de marca, o *Eau de Cologne* passou a ser um nome genérico. Esse é o motivo pelo qual incontáveis lojas vendiam fragrâncias com o nome de «água-de-colônia», incluindo Farina. Por volta de 1806, os direitos da marca foram vendidos para a Roger & Gallet, quem passaram a ser os novos donos dos direitos do *Eau de Cologne Extra Vieille* (Garnier, 2002). Um dos fragmentos analisados para este trabalho permite ler o seguinte: ... *VIS LE MARCHE*, que corresponde a *VIS A VIS LE MARCHE* (Figura 4), que é o endereço onde o produto foi desenvolvido desde 1841. Posteriormente, em 1862, ganhou o prêmio em Londres com o mesmo nome. Este dado permite situar com precisão a temporalidade correspondente com o funcionamento do FGP.

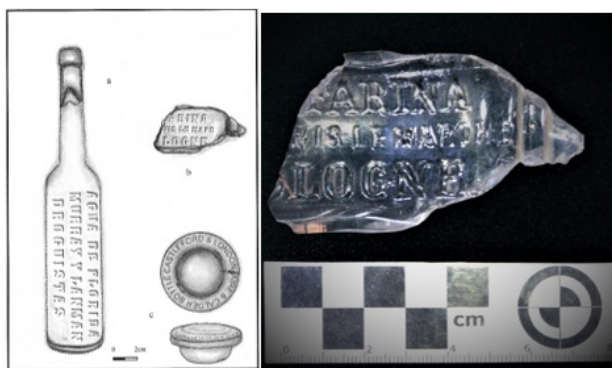


Figura 4: Desenho: a-garrafa Água Florida. b- fragmento da Água da Colonia Farina. c- tampa da vidrio da Aire & Calder. Fotografia: detalhe fragmento Água de Colonia Farina *VIS A VIS LE MARCHE*.

Água de Florida

Contamos com ($n = 15$) fragmentos mais ($n = 3$ frascos inteiros) correspondentes à Água de Florida (Figura 5). Esse produto corresponde à versão americana da famosa Água de colônia de Farina antes descrita. Ela tinha a mesma base cítrica, com o acréscimo de cravo e alfazema. Inicialmente, a empresa Robert Murray a fabricou e a apresentou em Nova Iorque em 1808. Posteriormente, em 1835, a empresa passou a chamar-se de Murray & Lanman, mais tarde, David T. Lanman & Co. e, em 1861, passou a ser Lanman & Kemp. A amostra disponível para realizar a análise comparativa, e

que coincide com os fragmentos analisados, procede do FGP e pertence à coleção do MHMCC. Apresenta a inscrição longitudinal em relevo «Murray Y Lanman/ Droguistas New York», o que permite situar temporalmente o período de produção iniciado em 1835. Um dos fragmentos com que contamos («E W»), coincidente com Nova Iorque, pode ser situada nessa segunda época de produção de 1835. Houve numerosas falsificações deste produto, contudo, a marca original caracterizava-se por apresentar as letras em relevo no corpo do frasco.



Figura 5: Agua de Florida – Murray Y Lanman/ Droguistas New York.

Óleo higiênico

Foram analisados ($n= 16$) fragmentos e ($n= 4$) amostras inteiras pertencentes ao produto *Huile Hygiénique*, de cor branca, translúcidas, sopradas em molde sem união visível. Nos dois frascos, em letras de forma maiúsculas com *serif* em relevo, é possível ler: *Huile Hygiénique / Entrepot General A Paris*, também apresenta «lágrimas», ou bolhas do soprado. Em todos os frascos restantes que conformam a amostra, é possível ler em letras de forma maiúsculas com *serif* *Huile Hygiénique RUE DE RIVOLI PARIS* desde a base até o ombro. Esse produto era de uso medicinal e indicado para doenças venéreas. Pode ser situado temporalmente após 1868, data em que foi fundada a *Société Hygiénique* em Paris, tutora deste tipo de produtos. Contamos, aliás, com um selo de chumbo que apresenta cera ou outro tipo de material adesivo no reverso, e que provavelmente pertencesse a alguma das garrafas (Figura 6).



Figura 6: Frasco da *Huile Hygiénique* RUE DE RIVOLI PARIS. Selo de chumbo *Société Hygiénique* en Paris.

Air and Calder

A amostra analisada apresenta uma tampa de vidro fosco de cor verde clara translúcida com a inscrição *Aire & Calder Bottle / Castleford & London*, em letras maiúsculas com *serif* em relevo (Figura 7). Os frascos que possuíam essas tampas eram utilizados para conservar doces, molhos, licores, vinhos, entre outros produtos; também eram utilizados para armazenar drogas. Esse tipo de tampas foi patenteada em 1851 em Londres, como *combination stoppers*, indicada para fechamentos herméticos (Boow, 1991).



Figura 7 : Tampa *Aire & Calder Bottle*. Exemplo tampa com sistema de ajuste em metal.

Água dentifrícia de Botot

Trata-se de um frasco com a base de seção cilíndrica faltante, com o gargalo ligeiramente voltado para fora soprado em molde de duas peças (Figura 8). Apresenta, aliás, a marca longitudinal do molde desde a base até o gargalo. Inscrição horizontal em

letras maiúsculas com *serif* (*Seule Veritable/Eau Dentifrice/De Botot/Entrepot a Paris*) em relevo, e impressas sob pressão em molde. A superfície do frasco apresenta também imperfeições em forma de pontos de falha transversais ao texto. O produto que continha era utilizado com fins medicinais e/ou de toucador, e ainda hoje é fabricado na França. O lapso temporal abrange desde 1755 até o presente. É considerada a primeira pasta de dentes e enxaguante bucal. Ela foi desenvolvida em 1755 pelo Dr. Botot para o rei Luís XV de França. A fórmula contém ingredientes naturais tais como cravo, gengibre e erva-doce, o que lhe confere sabor e ativa a circulação do sangue nas gengivas (Acedo, 2018).



Figura 8. *Eau Dentifrice/De Botot/Entrepot a Paris*.

Poção Amarga

Outro recipiente estudado corresponde a um frasco de medicina a base de ervas como genciana, zedoária e melão. É conhecida como *Poção Amarga*, porém, seu nome original é *Keisserliche Privilegirt Altonatische W. Kronessents* e está escrito em espiral ao longo do frasco. Esta medicina era promovida como cura milagrosa – o “W” de “milagre” em alemão –, e foi bem sucedida e vendida no mundo inteiro. Ela foi produzida até 1928. A única amostra com que contamos possui um logo que não aparece nas outras peças estudadas (Figura 9) (Acedo, 2018).

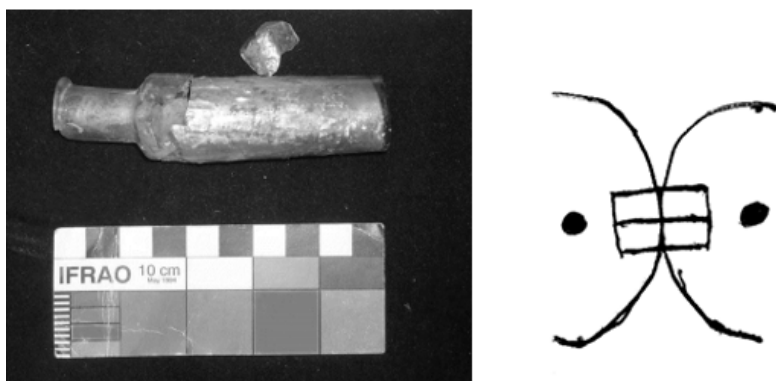


Figura 9. *Poção Amarga* e desenho do logo que apresenta a garrafa

Em nível interpretativo, foi integrada uma ampla variedade de grupos de recipientes conforme os seguintes aspectos: características morfológicas dos recipientes, conteúdo, origem, momento de fabricação. Foram registrados diversos produtos de farmácia e toucador disponíveis em contextos de fronteira do século XIX. Isso coincide com os alcances que o mercado industrial atingiu desde meados do século XIX, quando foi iniciada a comercialização de produtos importados. Posteriormente, os produtos passaram a ser importados de mais lugares e houve acesso a diferentes qualidades e variedades, o que pode ser constatado também nos recipientes (Mayo, 2005). Os diferentes artefatos vítreos estudados no FGP evidenciam os novos hábitos e as novas práticas de consumo cotidiano nesse enclave fronteiriço.

Considerações finais

Dentro da amostra, alguns fragmentos estudados permitiram a análise comparativa e em contraste com amostras completas, como os frascos correspondentes à *Água de Florida* e *Huile Hygiénique*. No caso daqueles recipientes quase completos (Botot e Kissersliche), a técnica com que foram feitos e suas características morfológicas forneceram dados para ajustar a datação, como a tipologia das letras, as características de confecção e o estado de conservação. As características morfológicas permitiram situá-los na segunda meta-

de do século XIX (período de ocupação do FGP). Por conseguinte, consideramos que este tipo de artefatos tem implicações socioculturais sensivelmente significativas, o que reflete uma ampla gama de atividades e uma variedade de atores sociais (em termos de hierarquia, gênero, idade, etc.). Nesse sentido, é evidente que os habitantes do FGP tinham acesso a uma ampla variedade de produtos provenientes de diversos centros de manufatura de recipientes vítreos e conteúdos de origem europeu, e que possivelmente depois foram reutilizados no âmbito fronteiriço. Contudo, resulta presumível que o acesso a esses artigos não fosse igualitário.

Agradecimentos

Agradecemos à Direção de Patrimônio do Museu e Turismo de Carlos Casares, ao Sr. Alberto Reinoso, à professora Marilina Biogianino e ao engenheiro agrônomo Gerardo Consolani pelo apoio à realização de investigação no Forte General Paz.

Referências bibliográficas

ACEDO, Teresa. Vidrios del Fuerte General Paz. MS. Dirección de Patrimonio Museos y Turismo. Carlos Casares. Argentina, 2018.

BAGALONI, Vanesa. Aporte al estudio de materiales vítreos en contextos fronterizos y rurales: la casa de negocio Chapar (partido de Gonzales Chaves, provincia de Buenos Aires). *Intersecciones en Antropología*. 18:113-118, 2017.

BOOW, J. Early Australian Commercial Glass: Manufacturing Processes, 1991.

GÓMEZ ROMERO, Facundo. *Sobre lo arado: el pasado. Arqueología histórica en los alrededores del fortín Miñana (1860-1869)*. Editorial Biblos. Azul. Argentina, 1999.

LEONI, Juan B; TAMBURINI, Diana S.; ACEDO, Teresa y SCARAFÍA, Graciela. Arqueología del Fuerte General Paz (Partido de Carlos Casares, Provincia de Buenos Aires), comandancia de la Frontera Oeste (1869-1876). *Revista de la Escuela de Antropología (UNR)* XII:149-162, 2006.

LEONI, Juan B; TAMBURINI, Diana S.; ACEDO, Teresa y SCARAFÍA, Graciela. De balas perdidas y vidrios rotos: distribución espacial de artefactos superficiales en el Fuerte General Paz (1869-1876). *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*. 1:29-64, 2007.

LEONI, Juan B; TAMBURINI, Diana S.; ACEDO, Teresa y SCARAFÍA, Graciela. El Fuerte General Paz y el Fortín Algarrobos: Arqueología de emplazamientos militares en la Frontera Oeste de Buenos Aires (1869-1876). *Revista de la Escuela de Antropología (UNR)* XIV:45-58. 2008.

LEONI, Juan B.; AGUILERA, Danie; GIACCARDI, Aldo; ACEDO, Teresa; SCARAFIA, Graciela y TAMBURINI, Diana S. Resultados preliminares de las investigaciones arqueológicas del sitio Fuerte General Paz (Partido de Carlos Casares, Provincia de Buenos Aires), comandancia de la Frontera Oeste (1869-1876). *Actas del 3^{er} Congreso Nacional de Arqueología Histórica*, pp. 325-333. Universidad Nacional de Rosario, Rosario, 2008b.

LEONI, Juan Bautista; ACEDO, Teresa; TAMBURINI, Diana S. y SCARAFIA, Graciela. Arqueología histórica del Fuerte General Paz (partido de Carlos Casares, provincia de Buenos Aires): una aproximación para la interpretación del conjunto artefactual Arqueología Rosarina Hoy; Lugar: Rosario; vol. 3 p. 185 – 194, 2011.

LEONI, Juan Bautista; TAMBURINI, Diana S.; ACEDO, Teresa y SCARAFÍA, Graciela. Revisitando el Fuerte General Paz (1869-1876): el valor del registro arqueológico superficial para la interpretación de su organización espacial *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*; Lugar: Buenos Aires; vol. 12 p. 33 – 65, 2018.

MAYO, Carlos A. Comercio minorista y pautas de consumo. El Mundo Rural Bonaerense, 1760-1870. *Anuario IEHS* 20: 239-262. Tandil, 2005.

MERLO, Julio; LANGIANO, María del Carmen y ORMAZABAL, Pablo. Investigaciones arqueológicas en el fortín La Parva. En *Temas y problemas de la Arqueología Histórica*. Editado por Mariano Ramos; Alicia Tapia; Fabián Bognanni; Mabel Fernández; Verónica

Helfer; Carlos Landa; Matilde Lanza; Emmanuel Montanari; Eugenia Néspolo y Virginia Pineau, Tomo I: 163-176. Programa de Arqueología Histórica y Estudios Pluridisciplinarios (PROARHEP). Departamento de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Luján. Luján, 2011.

MINISTERIO DE GUERRA Y MARINA 1870-1877. *Memorias del Ministerio de Guerra y Marina*. Ministerio de Guerra y Marina. Buenos Aires. Argentina.

MORENO, P. *Botellas Cuadradas de Ginebra*. Editado por M. Moreno, Buenos Aires, 1997.

PEDROTTA, Victoria y BAGALONI, Vanesa. Looking at interethnic relations in the southern border through glass remains: The nineteenth-century Pampa region, Argentina. *International Journal of Historical Archaeology* 9(3):177-193, 2005.

PINEAU, Virginia. Prácticas de consumo del alcohol entre los grupos indígenas de Frontera del Sur (s. XVIII-XIX) desde la arqueología histórica. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* XXXVII (2):265-297, 2012.

RAMOS, Mariano. Vidrio y piedra talladas en un fortín ¿la misma tecnología? Actas de las I Jornadas Regionales de Historia y Arqueología del siglo XIX: 141-147. Tapalqué, 1997.

RAONE, Juan M. *Fortines del desierto. Mojones de civilización*, Tomo 1. Biblioteca del Suboficial. Buenos Aires. Argentina, 1969.

SCHAVELZON, Daniel. Arqueología Histórica en Buenos Aires. La cultura material porteña de los siglos XVIII y XIX. Corregidor. Buenos Aires, 1991.

TAPIA, Alicia; LOIS, María y PINEAU, Virginia. Fragmentos vítreos asociados a un fogón del siglo XIX en el monte de Caldén. En: La Región Pampeana, su pasado arqueológico, editado por C. Gradín y F. Oliva, pp 223-236. Laborde Editor, Rosario, 2004.

THILL, José P. y PUIGDOMENECH, Jorge A. *Guardias, fuertes y fortines de la Frontera Sur. Historia, antecedentes y ubicación catastral*. Tomo I. Edivern. Buenos Aires. Argentina, 2003.

Isolamento Social: A Economia do Amazonas nos cinco primeiros meses de 2020 durante a crise sanitária da Covid-19.

João Clovis de Oliveira Costa¹

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva²

Introdução

O avançar dos dias e o passar do tempo nesse processo, envolve, mais do que apenas, a estabilidade econômica ou a saúde física dos indivíduos enclausurados, e também sentimentos como: a solidão, a ansiedade, a depressão, o emocional ficam abalados e insustentáveis, muitas vezes, nutrem-se sentimentos obscuros como o medo, principalmente. Segundo Jocelaine Silveira, professora de psicologia da UFPR (Universidade Federal do Paraná),

O problema acontece quando ele é agudo, como o que muitas pessoas estão tendo nesse momento. Elas ficam acuadas, desesperadas com a ideia de morrer, de perder familiares e amigos, de ficar sem trabalho e não ter dinheiro para sobreviver(2020).

A metodologia deste artigo consiste em analisar os números encontrados em sites e mídia local para analisar o impacto do Coronavírus no Amazonas nos primeiros meses de 2020.

Neste contexto a forma de “medo” aqui apresentada, e refere a inúmeros fatores, cujos principais, são: a morte, a fome, a demora na “ajuda” prometida pelos governos (em especial em países pobres ou emergentes), a perda do ganho diário (no caso de informais), a perda do emprego (no caso de empregados regidos pela CLT³), a perda do poder de compra, inflação, juros altos.

O isolamento social defendido por inúmeros países, agências internacionais e especialistas em saúde do mundo inteiro e tam-

1 Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

2 Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

3 Consolidação das Leis de Trabalho

bém do Brasil (a grande maioria dos especialistas convergem nesse sentido) sob resultados dos estudos científicos, tem nessa medida, a melhor maneira/forma de enfrentamento em relação ao Vírus que, se alastra pelo mundo causando, além de medo e mortes, fome, miséria, desemprego, queda nos mercados, assolando o pavor nos sistemas econômicos, mostrando a debilidade dos sistemas de saúde e projetando negativamente, governantes despreparados. Segundo a empresa *in lócus* responsável por uma Pesquisa divulgada pelo Portal de Notícias G1⁴:

No primeiro mês de quarentena no Amazonas, apenas 52,2% da população respeitou a recomendação de isolamento social como prevenção ao novo coronavírus. O levantamento foi realizado de 21 de março – quando o governo decretou a suspensão de serviços não essenciais – até 21 de abril. Neste período, o número de casos de Covid-19 subiu de 7 para 2.270 no estado.

Desde que o vírus se propagou pelo mundo, a crise sanitária nos mais diversos países tem se alastrado de modo rápido e extremamente letal, segundo a Organização Mundial da Saúde OMS, *“O novo coronavírus é dez vezes mais letal do que o vírus responsável pela gripe A (H1N1) surgida no final de março de 2009 no México”*. Na América Latina, não é diferente, do Caribe à Argentina, os países do hemisfério sul, tem sentido o impacto da “primeira onda” da doença e tem externado o despreparo e os frágeis modelos dos sistemas de saúde em todos os países, ainda segundo a entidade

Foram confirmados no mundo 6.416.828 casos de COVID-19 (129.281 novos em relação ao dia anterior) e 382.867 mortes (4.842 novas em relação ao dia anterior). Na Região das Américas, 1.080.051 pessoas que foram infectadas pelo novo coronavírus se recuperaram, conforme dados de 4 de junho de 2020.

Diante desses cenários, a população mais carente é quem sofre mais, apesar de ser também, os que mais burlam a quarentena e o isolamento social. Em geral, os países que estão situados na América Latina e no Caribe não têm a mesma desenvoltura fiscal que ocorre nos países ricos desenvolvidos e no tocante a isso, temos uma desigualdade discrepante, pois as Políticas Públicas de combate

4 Portal de Notícias do Grupo Globo/Grupo Rede Amazônica no Amazonas

à fome e endereçadas às formas de renda, sofrem com a burocracia e com a morosidade para chegar aos seus destinos. De outra forma, esses mesmos países, enfrentavam distúrbios causados por políticas mal implementadas, por políticos autoritários que dispensavam as informações geradas pelos técnicos e especialistas das mais diversas áreas, soma-se a isso, má governança, baixo valor da moeda local, alto custo de vida e uma parcela da população que se encontra na miséria ou formam os chamados “Invisíveis”.

Assim, as Economias nessas nações decorrem, em sua grande maioria, da informalidade, fazendo com que esse fato contribua e reduza diretamente as ações de distribuição não só das políticas bem como, os adiantamentos financeiros no sentido de impostos e subsídios salariais. Como diz um trecho do Relatório do Banco Mundial em A Economia nos Tempos da Covid-19:

As dificuldades geradas pela crise serão enormes para grandes segmentos da população. Muitas famílias vivem de maneira precária, ou, como se diz no Brasil, “vendem o almoço para pagar a janta”. Elas carecem dos recursos básicos para sobreviver aos bloqueios e quarentenas necessários para conter a propagação da epidemia. Muitos trabalhadores são autônomos, e a informalidade é comum mesmo entre os assalariados. Alcançar esses trabalhadores por meio de transferências é mais difícil que nas economias em que a maioria do emprego é formal. Muitas famílias também dependem de remessas, que estão se extinguindo à medida que as suas atividades abrandam ou se interrompe em outros países, onde os imigrantes tendem a ser um grupo muito afetado. (Fonte: A Economia nos Tempos da Covid-19, 2020)

No Brasil

No cotidiano e, para um mundo que versa o capitalismo, a melhor forma de se manter competitivo, saudável mentalmente, obter segurança, melhor qualidade de vida e convênios médicos mais específicos, é necessário a abordagem de uma vida mais corrida, ou ainda, mais concorrida entre a população. Segundo o Ministério da Cidadania,

A pasta teve um reforço financeiro no Bolsa Família, ampliou a capacidade de atendimento do Sistema Único de Assistência Social e recebeu dois repasses extraordinários via Medida Provisória, um de R\$ 98 bilhões e outro de R\$ 25 bilhões, para garantir o pagamento

do Auxílio Emergencial de R\$ 600.

O Novo Coronavírus nos obrigou a fazer um recolhimento obrigatório, tornaram-nos encarcerados de nós mesmos, reféns de nossas residências e, nesse meio tempo, estagnou a economia, destruiu inúmeros empregos diretos e incontáveis, indiretos. Segundo estudo do Instituto Fiscal Independente do Senado Brasileiro publicado pelo Portal da Revista Veja “a paralisação da atividade econômica e gastos com o combate à pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) podem resultar em consequências dolorosas para a economia brasileira pelos próximos dez anos”. Esse pensamento a longo prazo se dá pelo seguinte:

Segundo a instituição, no pior dos cenários, com 22 semanas de paralisação das atividades, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) do país pode atingir até 7% neste ano. Contudo, este é apenas o impacto inicial — as perspectivas para os próximos anos não são melhores. Segundo a instituição, os gastos engendrados pelo Governo Federal farão a dívida pública disparar a 84,9% do PIB neste ano. Mas o pior vem depois. Ainda de acordo com o documento, a dívida pública do país deve ultrapassar todos os bens e serviços produzidos no país em até dez anos. Para que isso não aconteça, um penoso controle do crescimento do endividamento precisará ser colocado em prática, passado o momento crítico. Isso terá efeitos atroz sobre o crescimento do PIB e da renda da população por mais de uma década. (Revista Veja, 2020)

Outro fator importante é o número de casos da Pandemia no Brasil, os números nos mostram que somos umas das “praças” com maior expansão de casos e ainda nem estamos no pico da curva, ou seja, ainda não chegamos ao ápice do contágio, este, segundo especialistas, deve chegar aos meses junho e julho, mesmo assim o governo brasileiro e alguns Estados, já fazem uma política de relaxamento do isolamento social, no entanto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se contra põe a essa política, uma vez que o país ainda não saiu da primeira onda de contágio. A figura a seguir nos mostra essa tendência com números consideráveis até 05 de junho de 2020:



Fonte: Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (2020)

Assim, é possível vermos que a ascensão da Covid-19 no Brasil, não é apenas uma simples contagem de números pela imprensa, é também, a falta de governabilidade do Estado Brasileiro, uma vez que este atua de forma a ir de encontro a todas as políticas e, informações adotadas, pelos diversos Estados da Federação e subjugam os estudos científicos que tratam da pandemia.

No Amazonas

Esses dados refletem negativamente a não aderência da população do Estado naquele momento, onde ela, ou não tinha a informação pertinente a respeito da doença e suas formas de contaminação ou, para aqueles que desobedeciam às medidas de contenção observadas pelo governo, o mais importante era a renda do lar à sua saúde. O Estado depende das atividades financeiras e econômicas da Zona Franca de Manaus ZFM para ter Produto Interno Bruto PIB competitivo frente às demais regiões e/ou estados da federação.

Em relação à Capital segundo uma pesquisa feita pela empresa *in lócu* e divulgada pelo Portal de Notícias G1, somente após o número de casos da doença crescer, houve uma corrida da população em relação às recomendações propostas. Em face a isso, o percentual de isolamento cresceu chegando a 62,7% no dia 19 de abril de 2020, porém em contraponto, à essa ascendência, no dia 30,

véspera de feriado, o índice de isolamento caiu para 42% - depois de registrar taxas de 52,57% e 51,64% nos dois dias anteriores - e colocou o Amazonas em 12º lugar no ranking de isolamento social, na comparação mais recente com os demais Estados. A média nacional registrada foi de apenas 39%, segundo a pesquisa.

Em relação a maio de 2020 novos resultados divulgados pela *In lócu* no Portal de Notícias G1 nos diz que, o isolamento social em Manaus nos primeiros dias de maio tem picos abaixo de 50%, onde se precisa ponderar que a melhor margem para conter a disseminação da Pandemia é de 70% sugerido pela OMS. Em relação ao contágio, como podemos ver na figura abaixo, temos números alarmantes, uma vez que o Amazonas tem uma margem de cerca de 10% de infectados frente aos contaminados no Globo:

Índice de isolamento social no AM

Abril - 2020	(%)	Maio -2020	(%)
01/04	46%	01/05	49,7%
02/04	48,5%	02/05	44%
03/04	49,9%	03/05	50%
04/04	52,9%	04/05	48,3%
05/04	59,3%	05/05	47,4%
06/04	52,2%	06/05	49,2%
07/04	51%	07/05	48%
08/04	53%	08/05	46,8%
09/04	51,8%	09/05	48,5%
10/04	58%	10/05	50%

Fonte: *In lócu* no Portal de Notícias G1

Esses dados apontam para dois tipos de medo da população do Amazonas, o primeiro em relação aos ganhos, pois com exceção dos indivíduos com carteira assinada por grandes blocos empresariais o restante da população vive da informalidade de pequenos bicos (popularmente falado) e segundo, pelo medo de contrair o vírus, uma vez que este se propaga de forma rápida entre as populações mais carentes e pelas periferias do Estado.

As grandes distâncias geográficas que demandam o Amazonas, onde o principal meio de transporte é feito por barcos e lanchas pode fazer diferença entre a vida e a morte, em matéria divulgada pelo Portal de Notícias G1, as cidades em situação mais alarmantes, que ficam abaixo dos 48%, são: São Gabriel da Cachoeira, Novo Airão, Caapiranga, Codajás, Anori, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Maués, Parintins e Urucará.

É importante lembrar que os números podem dobrar a cerca de cada 04 dias, mas em especial no interior, a população se quer segue as orientações das autoridades sanitárias.

Em Manaus

E, se no Brasil as condições não estão fáceis, no Amazonas não é diferente, um estudo feito pela UFAM⁵ mostra que, “as medidas de isolamento adotadas em abril foram fundamentais para evitar a morte de mais de 2.500 pessoas”⁶ pela Covid-19 em Manaus. Em outro paralelo, Manaus teve a interrupção abrupta do comércio de produtos não essenciais, trouxe consigo, uma desconformidade financeira para empresas de pequeno e médio porte, empresas individuais e informais que exercem inúmeras funções e atividades que compõem a arrecadação e o fortalecimento do PIB no Estado.

Segundo Alex Del Gligio, Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas em Matéria publicada pelo Portal Acrítica, “o PIB do Amazonas sofrerá uma queda de 7% em 2020 por causa dos impactos trazidos pelo novo coronavírus (covid-19), com uma perda de - R\$ 2Bi em arrecadações”. Ainda segundo a matéria:

o percentual de queda, entre os meses de maio e julho, é de 40% que, segundo ele, vai ser o período que vai se registrar a fase mais aguda da pandemia na região. O secretário de Fazenda, porém, salientou que a arrecadação global de 2020 deve cair em torno de 25% e que o Governo do Amazonas está tomando medidas para a diminuição dos impactos econômicos.

5 Universidade Federal do Amazonas

6 A pesquisa foi publicada no site <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/19/isolamento-social-evitou-a-morte-de-pelo-menos-2500-pessoas-em-manaus-diz-estudo.ghhtml>>.

Em um estudo publicado recentemente pela Universidade do Estado do Amazonas UEA, no período de 24 de abril a 02 de maio de 2020, o cenário negativo do estado na questão econômica, se confirmou.

A Pesquisa ouviu 202 empresários locais do comércio de produtos não essenciais, onde 95% desses, afirmaram que seus negócios tiveram impacto negativo; 54% foram obrigados a demitir funcionários e, outros 81% acreditam que o faturamento de 2020 será pior ou muito pior que 2019.

Esses cenários nos mostram que a vida comercial do Amazonas estagnou, a crise instaurou uma forte necessidade de recolhimento da população ativa, o que gerou números negativos que compõe esse trabalho. Onde, a dificuldade econômica emergente, se alastra pelas zonas comerciais da capital e também ocasiona transtornos no interior, outro fator importante, são dos indivíduos que vivem à margem do sistema, se de um lado, temos as empresas que deixaram de faturar, d'outro, temos os informais, dependentes de um capital diário em tempos normais e agora, à mercê de pacotes financeiros propostos pelo Governo Federal.

Um levantamento feito pelo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua PNAD, departamento ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com dados publicados pelo Portal de Notícias G1, mostra que em 2019 haviam 71,7% de trabalhadores informais no Estado, o que totalizava 819 mil pessoas das quais, 380mil estavam situadas no interior do Amazonas. Ainda segundo a matéria, entende-se por informalidade, segundo IBGE, o empregado no setor privado (sem carteira assinada) ou trabalhador por Conta-Própria (sem CNPJ e Sem Contribuição para Previdência Oficial) ou empregadores (sem CNPJ e Sem Contribuição para Previdência Oficial) ou trabalhador doméstico (sem carteira de trabalho assinada) ou trabalhador familiar auxiliar.

Ainda em relação à Capital do Amazonas até 24 de maio de 2020, Manaus é o pior cenário da região, pois concentra quase 14 mil contaminados, seguida de: Manacapuru (1.968); Coari (1.509); Tefé (1.322); Parintins (925), respectivamente segundo o Portal de Notícias G1 com informações divulgadas pela Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS Amazonas.

Já na questão do desemprego, o Amazonas conta com uma população imersa na informalidade, essas pessoas ganham menos de um salário mínimo, vivem em situação de pobreza e/ou miséria, dependem da junção de ganhos de duas ou mais pessoas para terem uma renda que possibilite a estas a sobrevivência durante o mês além, de dependerem de programas sociais pagos pelo Governo Federal, soma-se a esses contrastes, a população advinda de outros países que, por sua vez, se erradicaram no Amazonas.

Com números expressivos, a demanda de pessoas aptas a receberem o programa de apoio ao enfrentamento da Covid-19 (denominada Auxílio Emergencial) no Amazonas, chega a 1.141.457 indivíduos. Esses dados referem-se a um levantamento preliminar feito no período de 06 a 20 de abril de 2020, onde entre outras informações, aparecem os municípios de: Manaus com 545,6 mil inscritos; Manacapuru com 38,5 mil; Parintins com 35,5 mil e Coari com 23, 6 mil, segundo o Ministério da Cidadania em matéria publicada pelo Portal Amazonas Atual.

Conclusão

A Pandemia do Novo Coronavírus, sitiou o planeta, ela nos ameaça de fato, por que somos frágeis, contudo, a situação vivenciada no presente, é mais uma das milhares de patologias que já assolou o mundo em outros momentos da história, somamos a elas, quase sempre, o descaso das autoridades, seja de um estado, de um país ou mesmo àquelas que estão à frente das tecnologias e a quem compete os estudos para que a população do globo não sofra as constantes perdas.

A orientação mais aceita em toda a comunidade internacional é a de que, uma política econômica bem-feita, está relacionada à adoção de medidas que estabeleçam o bem-estar da população no sentido de promover primeiramente, um contentamento da queda da infecção no âmbito sanitário, a promoção de isolamento da crise nos sistemas de saúde concorrerá para uma retomada mais eficaz da economia nos mais diversos setores permeando, por exemplo: as relações de empregador e empregado. Nesse sentido, será possível para as empresas terem capital humano específico para funções es-

pecíficas na retomada da produção. E, com a Pandemia devidamente controlada, as pessoas poderão voltar às suas rotinas com um novo olhar, com um novo pensar, assim, não só a economia poderia dar um salto qualitativo, quanto os direitos sociais seriam levados a sério.

Referências

Disponível em <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/pib-do-amazonas-deve-sofrer-queda-de-7-em-2020-aponta-se-faz.>>. Acesso em 5 de junho de 2020.

Disponível em <<https://amazonasatual.com.br/no-amazonas-auxilio-emergencial-beneficia-11-milhao-de-pessoas.>>. Acesso em 5 de junho de 2020.

Disponível em <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-banco-mundial-pede-mais-programas-de-transferencia-de-renda-na-america-latina/>>. Acesso em 5 junho de 2020.

Disponível em <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/25/amazonas-tem-maior-quantidade-de-trabalhadores-informais-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 5 de junho de 2020.

Disponível em <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/05/06/em-um-mes-apenas-metade-da-populacao-do-am-respeitou-medida-de-isolamento-social-decretada-pelo-governo.ghtml>>. Acesso em 5 de junho de 2020.

Disponível em <<https://veja.abril.com.br/economia/coronavirus-e-economia-brasileira-pode-sofrer-impactos-por-mais-de-dez-anos/>>. Acesso em 5 de junho de 2020.

Disponível em <<https://www.atlasodsamazonas.ufam.edu.br/imagens/Dados/Pesquisa-COVID-19-UEA-download.pdf>>. Acesso em 5 de Junho de 2020.

Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/04/13/covid-19-e-dez-vezes-mais-letal-que-h1n1-diz-oms.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 5 de Junho de 2020.

Do município metropolitano à hinterlândia rural: uma reflexão sobre o progresso sociocultural da cidade de Iranduba

Ronald Rosa de Lima¹

Lupuna Corrêa de Souza²

Introdução

Localizada entre as calhas dos rios, Negro e Solimões surge o município de Iranduba. Através das margens de seus rios e igarapés podemos perceber o contexto de sua ocupação e daí termos as evidências dos processos de desenvolvimento do médio rio Negro. O referido artigo perpassa pelos processos de urbanização frente às novas opções devido à construção da ponte Jornalista Phelippe Daou. Não obstante podemos também fazer uma análise das atividades comerciais urbanas e rurais; e evidenciarmos a simbiose ocorrida entre elas.

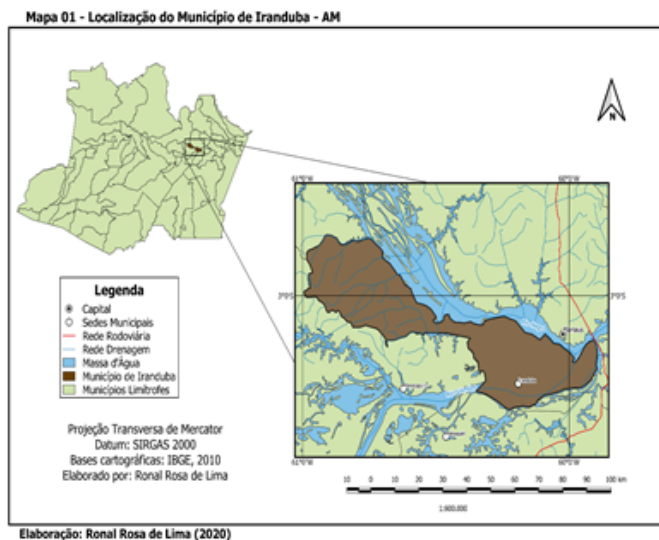


Figura 1: Mapa do município de Iranduba

1 Mestre em Ciências e Meio Ambiente- UFPA

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

A perspectiva de fortalecimento dos setores econômicos impulsionou a administração local e da capital em manterem acesos os trâmites comerciais entre as cidades para o fortalecimento das relações comerciais que favoreçam ambos os lados da ponte. Outro aspecto importante foi o incentivo das atividades turísticas em virtude da facilidade de locomoção entre as cidades devido à construção da ponte.

O presente artigo incumbiu-se de realizar as possibilidades de crescimento dos setores relativos ao turismo, tendo em vista a grande diversidade biológica e belezas naturais na região.

Em um segundo momento procurou-se elucidar os trabalhos arqueológicos com o intuito de promover o resgate cultural da região em função dos desdobramentos ocorridos na passagem do homem por essas terras em tempos passados, os quais deixaram através de seus vestígios, informações que nos ofertam a possibilidade de contar a história do médio rio Negro e Solimões tendo como produto final o fomento à pesquisa e extensão, disseminação da cultura regional e estímulo aos diversos tipos de turismo levando-se em conta a grande complexidade ecológica da região.

Nesse contexto, observou-se que as comunidades próximas a sede principal influenciaram no processo de ocupação e distribuição da população perpassando pelo período pré-colonial e chegando até a configuração atual.

O processo de ocupação humana na Amazônia dá-se próximo as calhas de rios, igapós e igarapés. Ao serem percorridas as margens dos dois principais rios, evidenciam-se diversos grupos sociais que carregam consigo suas histórias, crenças, mitos e ancestralidades. Antes de se juntarem e seguirem rumo ao oceano, os rios tangenciam o município de Iranduba onde parte desses saberes é deixada em seu artesanato, técnicas de pesca, culinária e hábitos culturais.

Desenvolvimento

Região Metropolitana de Iranduba

A criação da região metropolitana de Manaus impulsionou os três setores da economia, porém nos últimos anos o setor terciário

destacou-se em virtude da ponte sobre o rio Negro. Devido a facilidade de locomoção entre as duas cidades, possibilitou-se a criação de novas oportunidades de comércio, serviços e implantação de projetos, como por exemplo, a Cidade Universitária (UEA), duplicação da rodovia Manuel Urbano (AM-070), continuidade das obras relativas ao gasoduto Coari-Manaus, expansão imobiliária, maior abertura do comércio e turismo.

Dentro do contexto de ocupação de Iranduba por vários tipos de empreendimentos, há de se fazer uma breve e sucinta colocação sobre categoria de espaço. Milton Santos (1994) entende que categoria espaço dá-se através da obtenção da influência da dinâmica da natureza e a forma produtiva em que se encontra. Entende-se que “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: Coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...]”. Partindo deste viés, entende-se que o espaço representa o processo social e dinâmico existentes entre a atuação do homem com o meio físico que o proporcionou a exercer certa atividade e produtividade local. Lefébvre (1976) dá suporte a tal argumentação quando diz que o espaço é um *locus* da reprodução das relações sociais, ou seja, o resultado do processo evolutivo da região desde as primeiras evidências de aparição do homem no médio amazonas até as relações sociais dos dias atuais.



Figura 2: Projeto da Cidade Universitária e construção da ponte jornalista Phelippe Daou

Sousa ao interpretar as novas mudanças na cidade de Iranduba em virtude da construção da ponte, aponta que: “as transformações socioespaciais, [...] são decorrentes de estratégias de reprodução do capital, pelas quais se busca a incorporação de novas áreas, homogeneizando os espaços e padronizando as relações socioespaciais” (2015, p.62).

Em relação às transformações sócio-espaciais ocorridas em Iranduba, Lencione (2006) já nos oferecia a possibilidade de refletirmos com o seguinte pensamento:

Essas transformações exprimem a metamorfose pela qual passa o processo de urbanização. Não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou a urbanização em seu sentido restrito; trata-se de desenvolver condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital, subvertendo toda lógica urbana herdada e negando a cidade (p. 203).

Podemos também observar a abrupta transição de uma Iranduba extremamente rural para um município pertencente à Região Metropolitana de Manaus. Em decorrência destas transformações sociais o comércio e o turismo também tiveram que se adaptar. Observou-se a vinda dos produtores rurais para beira da estrada (AM-070) para venda de frutas, artesanatos e outros. À medida que a cidade se expandiu o campo também acompanhou, pois houve uma nova ressignificação do espaço.

Wanderley (2010), ao fazer a consideração da relação entre campo e cidade entende que as particularidades não destroem as relações entre o rural e o urbano, onde não se vê a destruição de umas das partes e sim a complementação dos serviços oferecidos a sociedade.

[...] as relações campo-cidade, devem ser compreendidas como uma via de mão dupla na qual, do ponto de vista técnico, as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas relações de complementaridade, pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas. (p. 91).

Pelo exposto, percebe-se que o setor rural de Iranduba é bastante promissor e não há perigo de ser “engolido” pelas atividades urbanas. A existência das atividades agrícolas, o polo oleiro e comércio informal servem de combustível para a economia local além de abastecer a capital com esses produtos devido a fácil escoação em função da ponte sobre o rio Negro, fato este que permite maior saída de produtos para metrópole.

Arqueologia entre o Rio negro e Solimões

Partindo-se para o viés arqueológico, o município de Iranduba apresenta variadas opções turísticas. Com aproximadamente 100 sítios arqueológicos localizados e pesquisados pelos institutos ligados à cultura e educação. O município apresenta uma grande diversidade de ambientes distribuídos pelas calhas dos rios, Negro e Solimões e nas proximidades de lagos e igarapés formadores da calha principal. Baseado em estudos entende-se que estes sítios estão distribuídos em solos muito antigos, uma vez que se percebe a ausência de cerâmicas e encontram-se frequentemente fragmentos de materiais líticos lascados (COSTA, 2009).

Com o intuito de realizar uma breve amostra da variabilidade cultural da região e seu patrimônio local, identificaram-se alguns lugares possuidores de sítios arqueológicos pesquisados, aos quais em sua maioria identificou-se a Terra Preta como o principal ponto de ligação das pesquisas realizadas a respeito das antigas civilizações que aqui habitaram.

Sítio Arqueológico hatahara

O sítio arqueológico de hatahara, localizado em uma propriedade particular em área periférica do município de Iranduba é de suma importância devido o resultado das escavações realizadas pelo Professor Dr. Eduardo Goes Neves, integrante do MAE (Museu de arqueologia e Etnologia) da USP nos anos compreendidos entre 1999 à 2009, onde os dados coletados em função das escavações ratificaram os conceitos sobre as correntes teóricas sobre a arqueologia na Amazônia.

O local destaca-se pelo fato de serem encontrados distintos fragmentos cerâmicos por grande parte de sua superfície; a constatação da Terra Preta que conta parte da história das populações que por ali passaram; a presença de montículos construídos em que o uso da terra e da cerâmica se destaca; a descoberta dos rituais de sepultamentos com suas respectivas datações, além do estudo da sucessão das camadas ou estratos que aparecem no corte geológico do terreno.



Figura 3: Sítio arqueológico Hatahara

Evidências sobre o posicionamento, existência de depósitos cerâmicos, suas profundidades em função dos estudos relacionados à estratigrafia, induz a hipótese de que esta região fora ocupada por numerosa população e de formas complexas (NEVES E PETERSEN, 2003).

A origem da Terra Preta dá-se através do resultado da decomposição dos resíduos oriundos das fezes, cinzas, urina, ossadas,

cerâmicas e outros materiais utilizados diariamente por estas populações durante o longo tempo em que foram processados, deixando a clara evidência da ocupação por grandes grupos de pessoas durante muito tempo no mesmo local (Neves *et al.*, 2003). Porém, ainda classificam-se como objeto de estudo, tendo em vista a dúvida sobre a intencionalidade da produção desse tipo de solo e aspectos relativos aos processos de formação do solo escuro e a sua fertilidade por tempos contínuos.

Sítio Arqueológico Laguinho

Localizado na calha do Solimões, cerca de 35 (trinta e cinco) metros acima do nível médio das águas, o Sítio Laguinho possui bastante influência arqueológica no cenário regional. Castro (2009) acredita na hipótese de que esta região foi palco de um suposto *centro político ou cerimonial influente na região*, pois os montículos (unidades habitacionais) possuem dimensões e posicionamentos diferentes dos outros encontrados nos diversos sítios arqueológicos.

No local encontra-se também grande quantidade de Terra Preta, ratificando a presença de grandes aglomerações humanas na região.

Sítio Arqueológico Açutuba

Localizado no Km 28 da estrada Manuel Urbano (AM 070), o sítio arqueológico de açutuba acompanha a margem do rio Negro por aproximadamente três quilômetros. Lima (2008) afirma que a extensa área de três quilômetros onde se localiza Açutuba, foi ocupada em tempos pré-coloniais, durante mais de dois mil anos. Onde no decorrer dos tempos tiveram períodos de abandono (cerca de quinhentos anos) e de reocupação. Esta área é de grande relevância para o contexto histórico da região levando-se em conta a cronologia da região central da Amazônia assim como a datação das cerâmicas ali encontradas como sendo o início da ocupação de grupos ceramistas na região.



Figura 4: Sítio arqueológico de Açutuba

No período da seca, nas proximidades do sítio, forma-se uma praia de areias brancas que, atualmente é muito visitada por turistas, em virtude da construção da Ponte Rio Negro (Ponte Jornalista Phelippe Daou) e a pavimentação da Rodovia Manoel Urbano (AM 070).

Contribuições Sociais e Turísticas das Comunidades Locais

Comunidade de Paricatuba

Paricatuba possui uma vegetação bem preservada com uma cachoeira principal onde podemos registrar a presença de animais silvestres e regulares visitas de botos em suas margens. Ocupada pelos índios do tronco Mura (Neto, 2005) oriundos dos rios Madeira e Purus, o sítio arqueológico da região apresentou quantidades razoáveis de artefatos cerâmicos assim como Terra Preta.

Se por uma vertente a comunidade não apresenta elevados fatores arqueológicos, por outro, o lado histórico e político sobressai com a presença do prédio conhecido como *Ruínas de Paricatuba*. A referida construção destaca-se por sua imponente arquitetura e sua importância dentro do contexto regional.

No ano de 1898, iniciou-se a construção para hospedaria para imigrantes italianos, obra custeada pelo governo do Amazonas. Após ficar pronta não atendeu aos seus devidos fins. Sendo em 1900 disponibilizada para fins educacionais.

Em 1905, o imóvel passou por uma reforma e depois foi inaugurado o Instituto Affonso Pena, responsável por disseminar vá-

rios estudos relativos à carpintaria, funilaria e sapataria. Uma escola com cursos profissionalizantes, administrada por padres franceses. Segundo Pessoa (2010), a maioria dos menores que frequentavam o referido Liceu eram órfãos e indígenas, que com o advento das atividades passaram a morar em Paricatuba.

Em 1916 a instituição suspendeu suas atividades e o prédio foi transformado em Casa de Detenção. No decorrer da década de 1920, houve uma epidemia de hanseníase em várias localidades de nosso território nacional e nesse contexto no ano de 1924, através do decreto 1479, o prédio foi cedido à Diretoria de Hygiene do Estado do Amazonas onde funcionou por cerca de 70 (setenta) anos. Após anos de discussão chegou-se a conclusão de que havia a possibilidade de contágio pelas águas que desembocavam em Manaus. Este forte argumento fomentou a extinção do Leprosário transferindo-o para o Hospital Colônia Antônio Aleixo. Após a desativação do prédio aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas permaneceram pelas redondezas e formaram a Comunidade de Paricatuba.

Ao ser à Patrimônio Histórico do Amazonas, o prédio tombado em 1926, recebeu o título de área de preservação ecológica do município (Lei Orgânica da Câmara Municipal de Iranduba, Cap. VII. Parágrafo Único).

Atualmente, o local é visitado diariamente sendo um dos pontos turísticos do município de Iranduba onde podemos encontrar pessoas que carregam em suas histórias de vida as experiências vividas naquele local.



Figura 5: Ruínas de Paricatuba

Comunidade Lago do Limão

Possuidor de um povoado de aproximadamente mil pessoas, a comunidade do lago do Limão possui uma população basicamente cabocla, cerca de 40 km de Manaus. A comunidade vive da pesca e do artesanato sendo ainda latente a forma tradicional de seus costumes.

Durante a fase de escavações, os resultados das análises indicou a presença de sítios da fase Paredão (fase datada entre os séculos VII e XIII de nossa era) onde se pode observar uma cerâmica melhor elaborada com ponto de pasta e queima muito bem definida (Moraes, 2006).

Além da observância ao acabamento, polimento e incisões detalhadas. Evidenciaram-se a presença de montículos, contextos funerários e *currais de tartaruga* (currais para armazenar quelônios), aspectos que tornam mais relevantes o fomento à pesquisa arqueológica local.



Figura 6: Sítio arqueológico do lago do Limão

Discussões e Propostas

De acordo com a importância cultural e arqueológica que contam a história dos espaços ocupados na região de encontro das calhas dos principais afluentes do Amazonas, Iranduba tornou-se referência brasileira de estudos em função seus dos diversos sítios repletos de artefatos, belezas naturais e monumentos que traduzem o processo evolutivo das civilizações no médio Amazonas.

Partindo deste princípio há de se considerar a existência de Parâmetros e propostas para o fomento de atividades comerciais e turísticas na região onde se pode vislumbrar a possibilidade de de-

envolvimento sociocultural e a consequente independência econômica da metrópole.

Atualmente, a preservação ambiental tornou-se a grande intersecção em todos os processos econômicos e administrativos, principalmente na região Amazônica, onde o turismo se destaca como uma nova opção que atende a estas atividades que visam o lucro e ao mesmo tempo nutre os setores direcionados a educação e meio ambiente.

Visando um maior aproveitamento dos espaços com vistas ao turismo e suas ramificações, criou-se uma tabela contendo características das diversas localidades onde podem ser realizados estudos, visitas e até o uso de atividades comerciais em função da visita nos locais citados.

Sítio arqueológico hatahara

Sugestões	Discussões
Musealização do Sítio arqueológico	Visitas onde podem ser abordados temas relativos ao ambiente, solo, esqueletos, artefatos e outros.
Meios midiáticos	Exposição de filmes sobre as características da localidade como ferramenta de estudos.
Material didático	Caderno informativo contendo os exemplares arqueológicos e suas possíveis datações.

Fonte: Lupuna

Sítio arqueológico do Laguinho

Turismo arqueológico	Confecção de trilhas onde pode-se observar a paisagem, tipos de solo, artefatos arqueológicos.
Material didático	Material contendo informações cartográficas do local, instruções de orientação e história da comunidade.

Fonte:Lupuna

Sítio arqueológico de Açutuba

Visita à comunidade	Conhecer a história da vila e os processos que provocaram sua ocupação.
Praia	Em época de cheia do rio, as praias são grandes atrativos turísticos na região.
Sítio arqueológico	Visitação aos sítios em ambiente natural de forma a promover o ecoturismo e o turismo arqueológico.

Fonte: Lupuna

Comunidade de Paricatuba

Visitar a vila de Paricatuba	Fazer abordagem das primeiras ocupações, construção do casarão e transformação das atividades em ordem cronológicas, descaso com o patrimônio histórico.
Centro Turístico	Criação de um centro turístico com o intuito de receber e coordenar as visitas.
Educação	Criação de material didático com o intuito de divulgar a história da comunidade em função das visitas escolares.

Fonte: Lupuna

Comunidade do Lago do Limão

Incentivo ao artesanato	Artesanatos voltados à réplicas dos artefatos arqueológicos encontrados no local.
Material didático	Confecção de informativos contendo características sobre a região e o contexto histórico em relação ao município.
Turismo	Estreitamento com a região através de atividades turísticas com viés arqueológico.

Fonte: Lupuna

Considerações Finais

Tomar conhecimento e compreender as formas que os fenômenos se apresentam no decorrer da ocupação humana torna-se uma questão fundamental no processo de desenvolvimento socio-cultural de Iranduba. Fatores arqueológicos que identificam as formas e costumes habitacionais deixados pelos ancestrais, contam a história da evolução antropológica até os dias atuais.

Do ponto de vista comercial, o município teve grande avanço devido à construção da ponte sobre o rio Negro. Porém, necessário se faz ressaltar que o setor relativo ao transporte fluvial ficou desvalorizado e até mesmo sendo precariamente utilizado uma vez que não se faz mais necessária a travessia para a cidade de Manaus por via fluvial.

Outro aspecto foi à perspectiva do avanço das atividades turísticas existente na região, que de certa forma contribui em muito para o crescimento econômico da sede, principalmente das regiões rurais, uma vez que o modelo administrativo anterior à construção da ponte não propiciava grandes perspectivas comerciais e turísticas.

Em virtude do avanço comercial, observou-se o despontamento imobiliário na área de estudo onde podemos constatar uma nova modelagem do espaço no processo de metropolização da cidade de Iranduba onde a mesma sofre influência da dinâmica da capital e ao mesmo tempo carrega entre seus ocupantes as tradições arraigadas na cultura interiorana amazonense.

Pelo exposto, constatou-se neste artigo que o município de Iranduba em virtude dos processos de civilização e em ato contínuo, a ocupação dos espaços em virtude da metropolização provocou grandes mudanças em seu contexto material e na formação socio-cultural dos indivíduos. No entanto há de se continuar a pesquisar a região, tendo em vista a grande diversidade cultural e patrimônio material reunidos em uma região a pouco estudada pela academia.

Bibliografia

CASTRO, Márcio Walter de Moura. A cronologia dos Sítios Lago do Iranduba e laguinho à luz das hipóteses da ocupação humana para Amazônia Central. (Dissertação) São Paulo: MAE/USP, 2009.

COSTA, Fernando Walter da S. Arqueologia das Campinaranas do baixo rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. (Tese) São Paulo: MAE/USP, 2009.

LENCIONI, Sandra. **Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade.** In SILVA, Catia; FREIRE, Desiree; OLIVEIRA, Floriano (Org.). Metrôpole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006. P. 41-57.

LIMA, Helena Pinto. História das Caretas: A tradição Borba incisa na Amazônia Central. (Tese) São Paulo: MAE/USP, 2008.

MORAES, C. P. Arqueologia na Amazônia Central vista de uma perspectiva da região do Lago do Limão. (Dissertação) São Paulo: Museu de Arquivologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2006.

NETO, Pedro Garcia. Paricatuba: Uma breve abordagem etnográfica do processo histórico cultural. Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDb, Ano I, Vol. II, Julho-Dezembro, 2005. P.28-29. Disponível em: http://www.fsdb.edu.br/pdf/II_eletronica.pdf. Acesso em 22 Set 2020.

NEVES, Eduardo G; PETERSEN, James B apud GUIMARÃES, A. M. Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas. (Tese) São Paulo: MAE/USP, 2012.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1994, p.28.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço na Região metropolitana de Manaus: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru.** Manaus: Editora Reggo UEA Edições, 2015.

WANDERLEY, M.N.B., FAVARETO, A. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, 2010, p.91.

Empoderamento da mulher no contexto da agroecologia e produção orgânica, Manaus/AM¹

Maria Isabel de Araújo²

Silas Garcia Aquino de Sousa³

Evandro de Moraes Ramos⁴

Introdução

O município de Manaus, capital do estado do Amazonas, localizada ao centro da maior floresta tropical do mundo, com uma população estimada de 2.500.000 habitantes, com uma área de 1.570.745,680 km², centrada nas coordenadas geográficas 60°26'13" S 60° 1' 34" W, a margem esquerda do segundo maior rio do mundo de água negra e em volume de água, o rio Negro (Figura 1), com 2.250 km de extensão, próximo ao encontro das águas do rio Solimões, constituindo o rio Amazonas. Com um clima quente e úmido, Manaus tem uma média anual da temperatura de 25,6°C, apresenta alta umidade do ar, variando no inverno em torno de 88% e no verão próximo de 77%.



Figura 1 – Vista de Manaus.
Fonte: Acervo de SOUSA, S.G.A. (2013).

1 Trabalho apresentado na VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC “Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais.”. Anais. Manaus (AM). UFAM, 2018.

2 Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

3 Doutor em Engenharia Florestal e Conservação da Natureza pela UFPR. Pesquisador da EMBRAPA.

4 Doutor em Tecnologias Educativas pela Universidade de Ilhas Baleares. Professor Associado IV da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

Assentada sobre a formação Álter do Chão (Figura 2), de idade cretácea, apresentando o holoceno depósitos aluvionares ao longo dos igarapés, rios e furos.



Figura 2 – Formação Álter do Chão.
Fonte: Acervo de SOUSA, S.G.A. (2013).

Uma densa malha de igarapés (Figura 3) recorta a cidade formando o sistema das bacias de drenagem.



Figura 3 – Manaus à margem esquerda do rio Negro.
Fonte: Acervo de SOUSA, S.G.A. (2013).

Neste emaranhado discursivo de terra, rios, igarapés, furos... representam o objeto de estudo do presente artigo, centrado nas discussões envolvendo o Empoderamento da mulher no contexto da agroecologia e produção orgânica, na Região Metropolitana de Manaus (RMM) (Figura 4), qual reúne treze municípios do Estado do Amazonas (Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves), com uma área de 101.475 Km², criada em 30 de maio de 2007 pela Lei nº 52/2007, alterado pela Lei nº 2.918/2015.

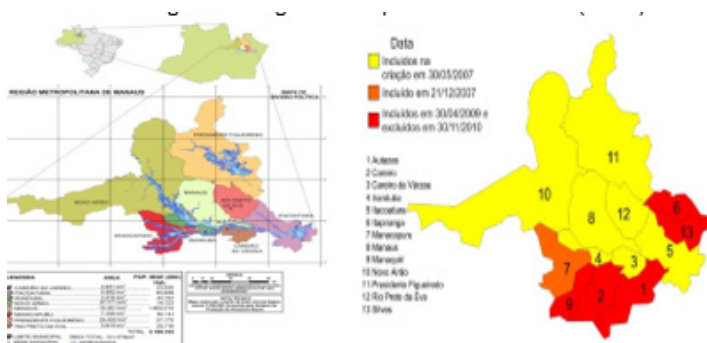


Figura 4 – Região Metropolitana de Manaus (RMM).
Fonte: Acervo de EHNERT, Alexandre Ricardo Von. (2012).

Devido à influência dos fatores edafoclimáticos (vegetação, solo, altitude...) formando a maior rede hidrográfica do planeta na região, com uma superfície de 7 milhões de km² aproximados, formando distintos ecossistemas tais como: florestas de terra firme, de igapó, campos alagados, várzeas, savanas, refúgios montanhosos e formações E neste bioma a agricultura é praticada em dois importantes ecossistemas, Várzea (Figura 5) e Terra Firme.



Figura 5 – Ecossistema de Várzea.
Fonte: Acervo de SOUSA, S.G.A. (2013).

A Várzea possui solos com alta fertilidade, porém apresenta restrição de plantio durante o período de cheia dos rios e os ribeirinhos são responsáveis pela maior porcentagem de hortaliças e frutíferas de semi-perenes, nas feiras e mercados de Manaus, na época da vazante do rio Amazonas.

Na Terra Firme (Figura 6) a maioria dos solos apresenta baixa fertilidade, porém é um ecossistema que produz durante o

ano todo. A fruticultura é a principal atividade do ambiente de terra firme, seguida das hortaliças que são mais exigentes em nutrientes e solos férteis, susceptíveis a pragas e doenças, apresentam melhor desempenho em cultivo protegido, por causa das instabilidades climáticas na região.



Figura 6 – Ecossistema de Terra Firme.
Fonte: Acervo de SOUSA, S.G.A. (2013).

As comunidades de agricultores familiar da RMM em decorrência do contato com a floresta amazônica e seus igarapés, furos, rios, paranás, conservam seus costumes, impostos tanto pelo isolamento da malha hidroviária, bem como pela forte influência indígena, neste contexto, a produção agroecológica amazônica incorpora os aspectos sociais, econômicos e ambientais no desenvolvimento sustentável da região, cujas populações harmonicamente aprenderam a viver e conviver com os meandros dos rios e suas alterações sazonais de enchente, cheia, vazante e seca, relacionando os saberes e práticas da memória biocultural ao modo de viver.

Construídos imemoravelmente através das relações familiares e sociais, socializando conhecimentos e saberes agroecológicos entre os agricultores, na construção de saberes socioambientais necessários para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, garantindo a máxima preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

Diante de tal contexto, objetivamos neste trabalho a análise do papel da mulher agricultora e as relações de poder no contexto da agroecologia e da produção orgânica, embasada na teoria de Elias & Scotson, diante da tradição de poder pela presidência de associação

de produtores rurais que, tradicionalmente é exercida pelo homem, entre os agricultores convencionais (estabelecidos) e a possibilidade de empoderamento da mulher entre os agricultores orgânicos (outsiders).

Conforme o relato de Noda (2007, p. 26-30), o sistema produtivo da agricultura familiar na Amazônia está assentada em geral sobre três subsistemas básicos, descritos como:

Subsistema de autossuficiência e sustentabilidade familiar; Subsistema de produção agrícola e extrativa comercial e o Subsistema estatal. Estando o sistema produtivo direcionado ao atendimento das necessidades da manutenção e reprodução biológica e social do produtor rural. Os fatores de produção disponíveis ao produtor são os recursos naturais (solo, floresta, capoeira, rio, lago) e a força de trabalho. Os produtos gerados são consumidos pela unidade de produção familiar mantendo e reproduzindo o sistema (família e ambiente). Outra parte é compartilhada por outros membros da comunidade, através de uma rede cultural, social e econômica, que contribui significativamente para a estabilidade e permanência das comunidades rurais. (NODA. 2007, p. 26-30)

Nessa perspectiva, o espaço é produzido, reproduzido, recriado, configurando-se não apenas sociedade, localidade ou “comunidade, mas também e, principalmente, como possibilidade” de ser o lugar de (re)construção da vida no espaço agroalimentar.

Registramos que as relações econômicas (reciprocidade) - doação e recebimento de produtos - e as relações sociais de ajuda mútua - ajuri, puxirum, mutirão, troca de dia, roças e hortas comunitárias culturalmente mantidas pelos membros da comunidade. O produto excedente não consumido é colocado no mercado gerando renda monetária, o que permite a aquisição de bens não produzidos pela unidade de produção. Os produtores agrícolas familiares adotam formas de produção que podem ser designadas como sistemas agroflorestais tradicionais. Esses sistemas são constituídos, na sua maioria, por cinco componentes: roça, capoeira (pousio), sítio, extrativismo e criação. (NODA, 2007, p. 97).

De acordo com Gliessman (2006, p. 38) a agroecologia desponta a partir dos anos 1980 como resultado da junção entre a Ecologia e Agronomia, que por muito tempo foram consideradas sem relação. Enquanto a ecologia se detinha ao estudo dos sistemas

naturais, a agronomia preocupava-se com a aplicação de métodos e investigação científica na prática da agricultura.

Desde então a agroecologia tem contribuído para o desenvolvimento da sustentabilidade na agricultura, diante de tal contexto, compreendemos que a agricultura familiar nas comunidades da RMM buscam autonomia com relação aos sistemas agroindustriais, inserindo-se no espaço do mercado agroecológico diversificado e produtivo, interagindo com o meio ambiente no qual estão inseridos, constituindo deste modo uma condição de bem-estar e qualidade de vida para as famílias rurais, colocando o excedente de sua produção no espaço urbano, sem que para isso precise alterar seu *modus vivendi* para poderem usufruir das condições do espaço urbano.

Emerge neste contexto o associativismo, fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das comunidades em torno de objetivos comuns e fundamentais para assegurar melhores condições de vida ao grupo familiar e a comunidade, através da cooperação, participação e solidariedade. Apesar de incipiente a agricultura familiar orgânica no estado do Amazonas, apresenta reflexos econômicos e sociais positivos. Com a inserção do pequeno agricultor orgânico no circuito produtivo, movimenta desta forma a economia amazônica, promovendo o desenvolvimento social e humano, proporcionando ao agricultor familiar uma alimentação saudável ao mesmo tempo amplia a renda da família com a venda do excedente no mercado local.

Com o intuito de explorar as relações entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, embasado no conceito de Oliveira (2014, p. 5), que define 6 (seis) dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

Vale ressaltar alguns elementos em relação à economia solidária relacionada aos grupos produtivos de mulheres nas atividades econômicas, sociais e ambientais, visto que as políticas de desen-

volvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e a consequente dependência das mulheres ao universo masculino. (BUTTO, 2010, p. 17).

Ainda segundo a autora, neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). (BUTTO, 2010, p. 100-158).

Com o objetivo de analisar o empoderamento da mulher no contexto da agroecologia e produção orgânica, Manaus/AM, os dados que égeriam os argumentos apresentados nesse artigo tratam dos desafios, a partir das práticas produtivas agrícolas da presidenta da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas - APOAM, Mirian Carvalho de Oliveira (Figura 7), cuja vivência, luta por igualdade de direitos e poder, bem como, pela valorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas.



Figura 7 – Mirian Carvalho de Oliveira.

Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2017).

Ou seja, buscou-se sistematizar um delineamento teórico para subsidiar as interpretações da realidade vivida a partir das mudanças nos hábitos e nos modos de vida das famílias associadas da APOAM. Para tal foram estudados os conceitos que norteiam o de-

bate em torno das relações de poder observadas por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders* e o primeiro volume de *O processo civilizador* de Norbert Elias (1994), nos termos figurações sociais, estabelecidos, outsiders, que colocam os agricultores familiares na condição de subalternos – outsiders dos poderes hegemônicos estabelecidos – e a construção das imagens do eu-nós e do nós-outros, revelando duas funções reguladoras, sociais e psicológicas (ELIAS; SCOTSON, 2000 p. 41-44), nas relações sócio-histórica do sujeito social efetivo, que se constituiu no contexto da produção agroecológica dos agricultores familiar da APOAM, caracterizando as principais transformações sociais e econômicas na vida destes associados após a adoção da produção agroecológica integrada e sustentável em suas unidades familiares.

Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas – APOAM

No ano de 2007, como parte dos esforços relativos à política setorial do pró-orgânico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e da Comissão de Produção Orgânica – CPOrg., e seus membros, chegou-se ao entendimento da necessidade de fortalecer a cadeia produtiva da produção orgânica, ainda muito incipiente no estado do Amazonas. Na 33ª Feira de Exposição Agropecuária do Amazonas - EXPOAGRO) incluiu-se na programação um espaço de discussão para a produção orgânica. Agricultores interessados na produção sustentável e na conservação de recursos naturais participaram da 33ª EXPOAGRO, apresentando suas lutas, objetivos, problemas e expectativas para o setor.

Com o aumento da integração entre esses agricultores, amadureceu o embrião da APOAM. Em outubro de 2010 a APOAM conclui seu processo de formalização jurídica. Em maio de 2011 a APOAM credenciou-se junto ao Ministério da Agricultura/AM para como Organismo de Controle Social – OCS tornou-se apta para venda direta de produtos orgânicos sem certificação. A feira da APOAM (Figura 8), única feira orgânica do Amazonas, em 2012 passa a ser semanal e é referência para os consumidores preocupados com a saúde e as questões ambientais. (MENEZES, 2015, p. 4).



Figura 8 – Feira da APOAM
Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2014).

Com o trabalho de seus líderes para capacitar e fortalecer os agricultores e para garantir a conformidade da produção às legislações do MAPA e às ambientais torna-se mais intenso e surge a necessidade da criação da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas - REMA.

Com o apoio da Rede Maniva de Agroecologia - REMA, e as instituições parceiras (EMBRAPA, SEBRAE, SEMPAB, INPA, UEA, MDA, INCRA, MUSA, IPÊ etc.) que fazem parte da Rede (que antes aprendiam técnicas de produção de forma empírica, agora recebem assessoria de técnicos que lhes transmitem conhecimentos para obter bons resultados sem utilizar agrotóxicos, adubação com compostagem, com calda sulfocálcica ou bordaleza, adubação verde, a utilização do óleo de “nim” ou “neem” (*Azadirachta indica* A. Juss), um repelente de insetos, além de outras técnicas simples, como o pó da pimenta-do-reino para afugentar as paquinhos que comem o milho, quando ele está nascendo) têm atuado na formação de agricultores por meio de metodologias de construção coletiva de conhecimentos agroecológicos, na assessoria e promoção de trocas de experiências agroecológicas, na produção orgânica, na organização social, na conservação e manejo dos recursos naturais das propriedades e comunidades rurais e na certificação socioparticipativa dos agricultores familiares da área de atuação do projeto. E, ainda, tem articulado com o poder público local o escoamento da produção para a Feira de Produtos Orgânicos da APOAM, e a ampliação e estruturação deste espaço. (MENEZES, 2015, p. 4).

Esta feira, aliada ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA para destinação do excedente representa uma importante alternativa de comercialização direta a um preço justo dos produtos da agrobiodiversidade amazônica. Manaus possui um grande mercado consumidor, que tem se atentado cada vez mais para questões de produtos saudáveis, produzidos de forma sustentável por agricultores familiares.

A partir dos esforços desses agricultores e líderes de diversas comunidades rurais, passaram a comercializar seus produtos orgânicos em feira semanais de produtos agroflorestais orgânicos. Na capital do estado – Manaus, estes produtos são comercializados no pátio do MAPA/AM, com o apoio de diversas instituições. Hoje, os mais de 30 associados da APOAM comemoram poder comercializar seus produtos além da feirinha que organizam, contudo o principal problema na sede da capital é a frequência do transporte, que é feito pela Secretaria de Produção e Abastecimento – SEMPAB, somente em dois sábados, os outros sábados do mês é feito por conta própria contando com o aluguel do transporte de um dos colega de feira.

De igual forma em todos os municípios do Estado ocorre o mesmo entrave. Além do que, devido ao estado precário das vicinais o transporte não vai até a propriedade produtora, a exemplo o caso da agricultora Miriam Carvalho de Oliveira (locus da pesquisa) seu esposo tem que transportar os produtos em carrinho de mão até a estrada onde a Kombi da SEMBAP aguarda, sem condições de chegar ao ramal, durante o período chuvoso. As estradas estão em precárias condições, obrigando os moradores e os produtos serem deslocados até a estrada principal. Entretanto, a agroecologia no Amazonas ainda carece do apoio de políticas públicas e da internalização desta ciência e prática de uso da terra dos órgãos governamentais de pesquisa, ensino, extensão e saúde.

O modo de vida, como explica Elias e Scotson (2000, p. 21), que a relação de poder entre dois grupos de moradores [...] não se diferencia quanto a sua classe social, nacionalidade, ascendência étnica ou racial, credo religioso ou nível de instrução, mas sim, no que se refere ao tempo em que residem na comunidade.

A produção (Quadro 1) destaca uma variedade (Figura 9) de PFM, PFM, hortícolas, PANC, medicinais, ornamentais, dentre outras espécies botânica.

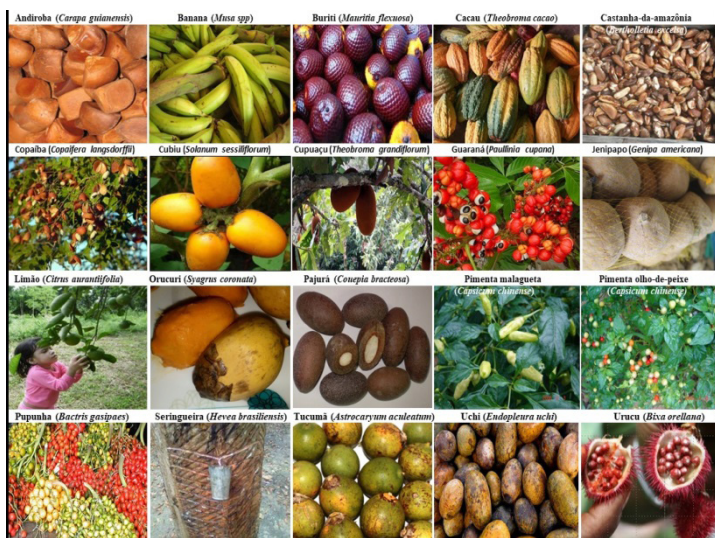


Figura 9 – Variedade de Produtos da Feira APOAM.

Fonte: Acervo de ARAÚJO, M. I. (2018).

QUADRO 1. Produção agroecológica dos Associados da APOAM.

Nome etnocomum	Nome científico	Família
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae
Abiu	<i>Pouteria caimit</i>	Sapotaceae
Abóbora (jerimum)	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae
Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	Malpighiaceae
Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae

Açaí	<i>Euterpe oleraceae/precatoria</i>	Arecaceae
Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Asteraceae
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae.
Algodão	<i>Gossypium barbadense L.</i>	Malvaceae
Ameixa	<i>Prunus serrulata</i>	Rosaceae
Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>	Portulacaceae
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae
Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>	Myrtaceae
Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>	Marantaceae
Ariá	<i>Calathea allouia</i>	Marantaceas
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Rutaceae
Azeitona	<i>Olea europaea</i>	Oleaceae
Babosa	<i>Aloe arborescens</i>	Asphodelaceae
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae
Bacuri	<i>Platonia insignis sp</i>	Clusiaceae
Banana	<i>Musa paradisiaca</i>	Musaceae
Batata	<i>Ipomoea batata</i>	Convolvulaceae
Bertalha	<i>Basella alba</i>	Basellaceae
Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>	Annonaceae

Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Monimiaceae
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Arecaceae
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae
Cajá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae
Cará-roxo	<i>Dioscorea alata L</i>	Amaranthaceae
Cariru ou Caruru	<i>Talinum triangulare</i>	Portulacaceae
Castanha-da-Amazônia	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
Castanha-de-cutia	<i>Couepia edulis Prance</i>	Chrysobalanaceae
Castanhola	<i>Terminalia catappa</i>	Combretaceae
Cebolinha	<i>Tanacetum vulgare</i>	Asteraceae
Cheiro-verde	<i>Allium fistulosum</i>	Amarylidaceae
Chicória	<i>Petroselinum crispum</i>	Apiaceae
Citronela	<i>Cichorium endivia</i>	Asteraceae
Coco	<i>Cymbopogon winterianus</i>	Gramíneas
Coirama	<i>Cocos nucifera L.</i>	Arecaceae

Coléus	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae
Comigo-ninguém-pode	<i>Solenostemon scutellarioides</i>	Lamiaceae
Corama	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae
Couve	<i>Brassica oleracea</i>	Brassicaceae
Craijirú	<i>Arrebidaea chica verlot</i>	Bignoniaceae
Cravo-de-defunto	<i>Tagetes patula L.</i>	Asteraceae
Crista-de-galo	<i>Celosia cristata</i>	Amaranthaceae
Cúbio	<i>Solanum sessiliflorum</i>	Solanaceae

Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae
Espinafre-amazônico	<i>Alternanthera sissoo</i>	Amaranthaceae
Escarola/Endívia	<i>Cichorium endivia</i>	Rubiaceae
Feijão-diversos	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae
Feijão-de-metro	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae
Fruta-pão	<i>Astrocaryum altilis</i>	Moraceae
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae
Guine ou Mucuracá	<i>Petiveria tetrandra</i>	Phytolaccaceae
Helicônia	<i>Heliconia rostrata</i>	Heliconiaceae
Hortelã	<i>Mentha</i>	Lamiaceae
Ingá diversas	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae

Jambo	<i>Syzygium jambos.</i>	Myrtaceae
Jambú	<i>Acmella oleracea</i>	Asteraceae
Jenipapo	<i>Genipa americana L.</i>	Rubiaceae
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Rutaceae
Limão- comum	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae
Malvarisco	<i>Athaea officinalis</i>	Malvaceae
Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae
Mandioca macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae
Maracujá (do mato)	<i>Passiflora sp</i>	Passifloraceae
Marupazinho	<i>Eleutherine plicata</i>	Iridaceae
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides.</i>	Amaranthaceae
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae
Merthiolate	<i>Jatropha multifida</i>	Euphorbiaceae
Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae
Mucuna diversas	<i>Mucuna pruriens</i>	Fabaceae
Noni	<i>Morinda citrifolia</i>	Rubiaceae
Ora-pro-nóbis	<i>Pereskia aculeata</i>	Cactaceae
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	Cucurbitaceae
Pimenta-variedades	<i>Capsicum spp.</i>	Solanaceae
Puerária	<i>Pueraria mirifica</i>	Fabaceae
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecaceae
Rambutan	<i>Nephelium lappaceum</i>	Sapindaceae
Salva-do-marajó	<i>Hyptis crenata</i>	Labiaceae
Sálvia	<i>Salvia officinalis</i>	Lamiaceae
Taboca	<i>Guadua aff</i>	Poaceae
Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Araceae

Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Fabaceae
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae
Taperebá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>	Solanaceae
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae
Uxi-coroa	<i>Endopleura uchi</i>	Humiriaceae
Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa</i> L.	Malvaceae

Fonte: Dados da pesquisa.

No espaço produtivo dos quintais agroflorestais dos associados da APOAM, podemos observar o trabalho feminino nas atividades agrícolas. As mulheres participam das tarefas básicas, principalmente no plantio e colheita de frutas e vegetais. A participação das mulheres no trabalho agrícola faz parte dos processos de reestruturação produtiva, abordada a partir da perspectiva dos papéis sociais de gênero que lhes atribuem qualidades naturalizadas como femininas e, ao mesmo tempo, a responsabilidade exclusiva no trabalho doméstico-reprodutivo. No entanto, sua abordagem encontra dificuldades teóricas e metodológicas para revelar as transformações que ocorrem no trabalho das mulheres em suas diferentes dimensões.

Segundo Elias & Scotson (2000, p. 9.) “[...] compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais”. No sentido da problemática posta neste artigo identifica-se que, em relação aos produtores da agricultura orgânica, recai o peso de serem de “fora” (outsider), enquanto os produtores da agricultura convencional são considerados “dono” (estabelecidos) no espaço de produção e comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Por esta via, Elias & Scotson (2000, p. 91/94) ratificam que podemos distinguir as particularidades de uma sociedade, e reconhecer a existência objetiva de determinado indivíduo, não significa isso que tal experiência sirva para a generalização do “indivíduo” em

si (ou da “sociedade”), tal generalização é vista apenas como uma construção mental, onusta de convicções, ideais, princípios e valores ideológicos qual favorecem aos interesses de um (ou de outro) grupo, tendo em vista que a realidade constitui-se no jogo social de relações de interdependências numa teia configuracional (Elias, 1994, 66) cujas posições individuais são regularmente variáveis em conformidade com as situações, os movimentos, as tensões, os deslocamentos de cada um (estabelecidos/ outsider).

Metodologia

A metodologia caracteriza-se como pesquisa-ação com visita de campo *in loco*, com abordagem crítica junto aos associados da APOAM e levantamento bibliográfico em documentos referenciados ao tema.

Resultados

A história da mulher agricultora Miriam Carvalho de Oliveira, presidenta da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas - APOAM, cuja vivência, luta por igualdade de direitos e poder, bem como, pela valorização do trabalho feminino nas atividades agrícolas. Como a história de tantas mulheres, é estabelecida pela ordem patriarcal qual foi sancionada pela religião cristã ocidental, que difundiu o silêncio feminino em todas as categorias sociais, econômicas, políticas...

Segundo Oliveira (2014), o papel da mulher como esposa e mãe é definido pela lógica patriarcal que marca as relações dos sujeitos

deste modo, o espaço a ser ocupado pela mulher até então era apenas o espaço da casa/quintal, desde cedo era ensinada a ser boa mãe, boa dona de casa, submissa ao marido que exercia todo o poder de decisão sobre sua vida e sobre a família. (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

Sobre o patriarcalismo como sistema simbólico aponta Bourdieu (2002), que as práticas e papéis sociais a partir do binômio dominador/dominado, enquanto instrumentos

estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de

instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2002, p. 11).

Neste contexto referencial foi possível constatar os enfoques do termo estabelecidos e outsiders necessários à análise proposta, ou seja, o labor da agricultora orgânica Miriam Oliveira, com sua origem histórica fundada nos princípios da agricultura familiar como garantia da soberania alimentar, cujo legado patriarcal marcado por uma cultura com ordem de poder prevaletente até nos dias atuais, reforçando nas relações sociais as desigualdades de gênero.

Os resultados obtidos indicam que Miriam C. Oliveira, mulher, agricultora habilitou-se no nível do empoderamento individual e organizacional. A participação da agricultora socializada (estabelecida) em uma sociedade rural de agricultores familiar, produtora de produtos orgânicos (outsider) traria como consequência a transformação de sua submissão e passividade, diante da sua participação nas atividades da produção agrícola de produtos orgânicos, de negociação e reconhecimento público como presidenta da APOAM, cujo empoderamento ocorreu em diferentes dimensões: pessoal, social, econômica e política.

Na perspectiva do empoderamento, à luz das teorias feministas apontam que este foi alcançado pela agricultora, comprovando assim a resistência da produtora agricultora familiar de produção de orgânicos Miriam C. Oliveira, na tenacidade da cultura patriarcal do labor agrícola, antes vistos como ajuda e não trabalho, importantes avanços na perspectiva desenvolvimentista.

Conclusões

O empoderamento da mulher, no âmbito da agroecologia e da produção orgânica é um espaço de convivência social, econômica e solidária, que nem sempre é oferecido pela agricultura convencional. Conclui-se que ocorre conflito de poder entre agricultores “estabelecidos” e “outsiders”, constituída na relação de gênero, no embate

entre tradições, crenças e costumes, marcado pelo empoderamento da mulher na agroecologia e produção orgânica de alimentos.

Referências

ARAÚJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de; AMARAL, Mercedes Araújo Gurgel do; DIAS, Rosineide da Silva. Navegando de acordo com a “Lei do Rio”. In: **Anais**. V Congresso Internacional de Geografia da Saúde. Geografia da saúde: ambientes e sujeitos sociais no mundo globalizado. Manaus/Am. Brasil, 24 a 28. nov.2014.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva. para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 658p.

MENEZES, Márcio Arthur Oliveira. A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas/Rema. **Anais**. IX Congresso Brasileiro de Agroecologia e IV Seminário Estadual de Agroecologia. 2015.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 208 p.

OLIVEIRA, Lilian Sarat. **Mulheres e processos civilizadores: uma análise das relações de gênero**. In: II Jornadas Internacionales “Sociedades Contemporáneas, Subjetividad y Educación” Abril 2014.

A música e o desenvolvimento da criança: um olhar para a educação infantil

Evandro de Oliveira Souza¹

Mariene Mendonça de Freitas²

Introdução

A música desde os primórdios das civilizações serviu como meio de comunicação entre os homens e desde muito cedo. Segundo Bréscia (2011, p. 25), “na Grécia Antiga, a música estava presente em todas as manifestações da coletividade, tanto nas festas religiosas como nas profanas”. A música desde muito cedo faz parte do mundo das crianças, pois as mesmas são expostas a diversos sons e ritmos, pois durante o seu desenvolvimento em todas as suas fases como no cognitivo, motor e afetivo, a música pode influenciar de forma positiva, contribuindo assim, para o desenvolvimento da criatividade, das expressões corporais e artísticas assim como de outros fatores para a aprendizagem das crianças.

A referente pesquisa traz como objetivo geral compreender a importância da música no desenvolvimento da criança na educação infantil e dentro dos objetivos específicos, mostrar como a música pode contribuir no desenvolvimento da criança e descrever as transformações causadas pela música nas crianças. Diante deste, buscou-se: apresentar a teoria da musicalização no ensino-aprendizagem e utilizou-se de natureza da pesquisa qualitativa, o método de abordagem dialética com o método observacional além da pesquisa bibliográfica.

Em seus capítulos descreverá; A história da música, a influência da música, falando um pouco da música no Brasil, a introdução da música na educação infantil, o significado da música na educação infantil, a prática da música como arte na educação infantil.

1 Arte-Educador. Professor efetivo de Artes da rede estadual de ensino básico- SEDUC - AM
2 Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus. Professora Assistente da UFAM/Manaus.

Justifica-se a importância desta pesquisa em buscar a compreensão da musicalização no desenvolvimento da infância e suas contribuições, pois, sabe-se que a infância é uma fase de suma importância para o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo das crianças, pois estão em uma fase de transição característicos de sua idade, pois a musicalização pode beneficiar o desenvolvimento integral das crianças, não só apenas como mais uma linguagem, mas como elemento socializador e ampliador de seus conhecimentos.

O artigo utilizou-se da pesquisa qualitativa, com o método de abordagem a dialética, de procedimento o observacional e a pesquisa bibliográfica.

Breve histórico sobre a música

A palavra música tem origem grega e significa “a força das deusas”, as quais eram quem ensinavam aos seres humanos as verdades sobre os deuses, semideuses e heróis. Fazendo por meio da dança, do canto lírico, do canto coral, do teatro, entre outros. Todas essas manifestações eram acompanhada por sons.

Até o século XV e XVI, a atividade musical era exclusivamente utilitária. Ela estava presente nos rituais das religiões, na comunicação dos trovadores e rapsódias, no trabalho de marinheiros e soldados, no cotidiano do ninar e lavar roupa, no lazer pela canção e dança. Além disso, a música ambiente existia nas cortes, acompanhava poemas e peças teatrais e outras atividades sócio artísticas na educação, na medicina, no campo militar, na moda, na propaganda e, em comerciais, além de desempenhar funções políticas, entre uma infinidade de outras manifestações.

Nesse momento, é bom lembrar que a música é necessária para trabalhar com crianças para conscientizá-las o quanto é importante o ensino da música como linguagem, mas ao mesmo tempo considerando em forma sonora, como também de expressão, comunicação e reconhecendo a sensibilidade entre o som e o silêncio.

A música é uma arte e deve ser considerada parte fundamental nas escolas da educação infantil, já que as crianças são o público alvo a ser visado o no desenvolvimento de seu aprendizado, os educadores devem estar preparados para ensinar o quanto é saudável

a relação dos alunos com a música. Ela está presente na nossa vida diária e na cultura da nossa região.

Na sociedade, sempre a buscar os benefícios que a música oferece para o ensino da educação infantil, é sempre bom ter em mente que o conhecimento adquirido com a música não deve estar ligado a instrumentos musicais, mas ao ensino dentro da sala de aula que possa envolver as crianças, já que está presente desde da antiguidade até os dias atuais, fazendo parte das festividades da escola das datas comemorativas do nosso cotidiano, ganhando espaço para uma nova sociedade buscando melhor meio de ensino para as crianças jovens e adolescentes da nossa sociedade moderna.

O RCNEI ano 1998, nos traz informações importantes no decorrer da história, na sociedade em termo geral, segundo o volume três do mesmo ano. Pios de pássaros, sinos de diferentes tamanhos, folhas de acetato, brinquedos que imitam sons de animais, entre outros, são materiais interessantes que podem ser aproveitados na realização das atividades musicais.

Os pios de pássaros, por exemplo, além de servirem à sonorização de histórias, pode estimular a discriminação auditiva, o mesmo acontece com os diferentes sinos. Um tipo de sino chamado de “chocalho”, no Nordeste, e de “cincerro”, no Sul do país, e que costuma ser pendurado no pescoço de animais com a função de sinalizar a direção, pode, por exemplo, ser utilizado no processo de musicalização das crianças em improvisações ou pequenos arranjos e também em exercícios de discriminação, classificação e seriação de sons. Com os mesmos objetos podem ser usados conjuntos de tampas práticas potes, caixinhas etc

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI (p. 73-74):

Os pequenos idiofones, por suas características, são os instrumentos mais adequados para o início das atividades musicais com as crianças. Sendo o próprio corpo do instrumento o responsável pela produção do som, são materiais que respondem imediatamente ao gesto. Assim, sacudir um chocalho, gonzá ou guizo, raspa um reco-reco, percutir um par de chaves, um triângulo ou coco, badalar um sino, são gestos motores possíveis de serem realizados desde pequenos. Nessa fase é importante misturar instrumentos de madeiras,

metal ou outros materiais a fim de explorar as diferenças tímbricas entre eles, assim como pesquisar diferentes modos de ação num mesmo instrumento, tais como instrumentos indígenas etc.

O RCNEI, também nos revela o que pode acontecer nos primeiros anos de vida. A prática musical poderá ocorrer por meio de atividades lúdicas. O professor contribuirá para o desenvolvimento da percepção e atenção dos bebês enquanto canta para eles; com sons vocais diversos por meio da imitação de vozes de animais, ruídos, etc., ou sons corporais, como palmas, batidas nas pernas, pés etc. Embala-os e dança com eles.

As canções de ninar tradicionais, os brinquedos cantados e os rítmicos, em rodas e cirandas, jogos com movimentos, as brincadeiras com palmas e gestos sonoros corporais, assim como outras produções do acervo cultural infantil, podem estar presente e devem se construir em conteúdo de trabalho. Isso pode favorecer a interação e respostas dos bebês, seja por meio da imitação e criação vocal, do gesto corporal, ou da exploração sensório-motora de materiais sonoros, como objetos do cotidiano, brinquedos sonoros, instrumentos musicais de percussão como chocalho, guizo, blocos, sinos, tambores etc. Tudo o que observei no volume três, que conhecemos como RCNEI, deixa bem claro que a música na educação infantil é sempre voltada para a arte, e são vários os instrumentos usados para desenvolver um bom trabalho em sala de aula. É de suma importância que o professor faça uso com os seus alunos de toda essa riqueza, mas isso é só um suporte para que os educadores tenham melhor desempenho em suas atividades diárias como a construção de conteúdo no espaço escolar.

Falando um pouco de música no Brasil

O ensino de música no Brasil remonta aos primórdios do processo de colonização, iniciando-se com a vinda dos jesuítas. Essa ordem religiosa surgiu na Europa em meios às lutas religiosas deflagradas pela reforma protestante. Constituindo-se numa legião em defesa da Igreja Católica, os jesuítas alegaram a educação como uma de suas armas de combate a heresia. Chegando no Brasil

em 1549, abriram as primeiras escolas e aqui se estabeleceram. Por dois séculos os inacianos foram praticamente os detentores do sistema educacional vigente a Colônia. Seguiram a macha de expansão colonizadora portuguesa em todas as direções, fundando missões, abrindo escolas. Estas, muitas vezes, precediam o desenvolvimento da localidade, quando não surgiam com elas.

A primeira missão dos jesuítas, terras brasileiras, foi à catequese dos indígenas, conforme atesta os documentos da época, como a carta do padre Aspilcueta Navarro, de 28 de março de 1550: A evangelização dos nativos exigiu dos jesuítas uma atuação diferente da que desenvolviam nos colégios europeus, que acolhiam a elite da sociedade europeia da época e ofereciam o que hoje poderíamos chamar de ensino médio. Entre os recursos utilizados destaca -se:

[...] a música, em virtude da forte ligação dos indígenas com essa manifestação artística. Eram eles músicos natos que em harmonia com a natureza, cantavam e dançavam em louvor aos deuses, durante a caça e a pesca, em comemoração à nascimento, casamento, morte, ou festejando vitórias alcançadas (LOUREIRO, 2010, p. 42).

Naquela época eles usavam recursos e um deles era a música, porque ela servia de ligação para os povos como os indígenas, e até hoje ainda utilizam as músicas nas suas manifestações artísticas. Eles mesmos são os músicos, sempre considerando a harmonia com a natureza. Eles cantavam, dançavam e também louvavam seus deuses. Como todo ser humano, eles tem suas devoções religiosas, batallham para sobreviver com a caça e a pesca, como também a outros meios de fonte de rendas. Eles também têm as datas onde podem comemorar suas festividades, tais como os casamentos, nascimentos, morte ou quando festejam as vitórias alcançadas.

Sobre esse movimento da música e a riqueza de manifestações em nossa sociedade, Bauab (1990, p. 192) afirma que o brasileiro sempre trouxe consigo a inclinação para a música. Gostou sempre de tocar, dançar, de cantar. É natural que, desde cedo, a música fosse cultivada entre nós. Sambava-se ao tam-tam dos atabaques nas senzalas, e nas casas grandes, ouvia-se a viola e depois, o cravo. Na igreja, se cultivava música com mais apuro, é importante salientar que

a música surgiu há muitos anos, trazendo consigo as manifestações por meio do continente africano, e com o passar dos anos foi se espalhando pelo universo. Segundo alguns relatos históricos, a música já existia e foi uma descoberta dos seres humanos, eles não precisavam de instrumentos adequados. As experiências adquiridas por eles era uma arte onde descobriam os utensílios que serviam de instrumentos e podiam ser usados nas comemorações e festas que os africanos mesmos faziam. A veracidade da história da música no Brasil deixa bem claro que há milhões de anos AC, já existiam instrumentos musicais de formas bem variáveis.

É importante lembrar que a música teve grande influência dos negros. Quando vieram para o Brasil, o relato nos mostra que eles vieram como escravos, mas mesmo chegando ao Brasil em regime de escravidão, não deixaram sua cultura para traz e trouxeram os seus instrumentos de percussão, alguns desses instrumentos como são conhecidos hoje em dia, eram o ganzá, a cuíca e o atabaque. Com este material em mãos eles criavam suas músicas e dançavam, cantavam pelos sons das suas próprias práticas conhecidas como distintas. Também tiveram contato com outros povos como os índios e os portugueses. Então, foi aí que eles usaram sua inteligência e começaram a criar suas músicas como também os seus arranjos instrumentais de caráter distintos e eram embalados nos ambientes que eles encontraram.

As músicas eram ouvidas nas festas públicas, como também na igreja como nas casas das pessoas que eram tidas como ricas ou influentes da época. Naquela época já existiam pessoas influentes no século XVIII. No Rio de Janeiro foi criada uma escola para os filhos dos escravos, onde aprenderam músicas, e isso foi muito bom porque desta escola, saíram vários talentos musicais e cantores, entre eles estava o Padre José Mauricio Nunes.

O padre era filho de escravos e tinha grande desempenho em vários instrumentos e fazia parte das obras sacras, e isso foi na metade do século XVIII. Na mesma época existia o samba que era totalmente africano e houve a mistura de várias tendências musicais nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e as características se tornariam totalmente brasileiras.

No Brasil em pleno século XX, a música ganhou e conquistou seu espaço com inovações e mudanças. Hoje, ela faz parte da rotina dos brasileiros de várias formas. É utilizada nas instituições de ensino da educação infantil visando desenvolver um melhor trabalho acadêmico e possibilitar maior interação e aprendizagem das crianças de 04 a 06 anos de idade, com também para o desenvolvimento do ser humano como um todo.

A introdução da música na educação infantil

Para entender a música e como ela é importante na formação inicial é de suma importância conhecer sobre a linha e evolução e qual sua história, observando as mudanças conceitos sobre ela como também os movimentos sociais da época, no trabalho logo será explanado conceitos e apresentações sobre a história da música, e os efeitos e benefícios que traz; a importância no ensino aprendido e desenvolvimento da criança, como é tão importante nessa fase inicial.

O ensino que contempla a musicalidade dentro da sala de aula é muito importante, e traz para as crianças algo de bom, porém, isso ainda deixa a desejar, pois a maior parte das escolas não fazem este trabalho e prefere a rotina diária com aplicação de tarefas.

A música na educação infantil é uma ferramenta muito relevância na aprendizagem das crianças, e de suma importância na criatividade, sendo também um fator na desinibição, coletividade, ao fazer assim, a diferença na convivência das crianças no período escolar. Desde muito cedo, elas já têm uma relação forte com os sons de sua mãe, e é nesta fase que se forma a memória das crianças. Sabemos que é na barriga da mãe que acontece um vínculo entre mãe e filho, ligação que se dá através do cordão umbilical que os une, mas, depois do nascimento, vem a parte que cabe a cada mãe, através de várias atitudes, proporcionar o desenvolvimento e também aprendizagem da criança, podendo através de músicas deixá-las mais calmas e com a memória fortalecida.

A música na Educação Infantil é sempre uma aliada e serve com estímulos, ajuda na área do cérebro e, como equilíbrio deixa

as crianças felizes, desse modo, nesses momentos o que devemos fazer é entender que a musicalidade é essencial no cotidiano das crianças e, quanto mais cedo ela estiver em contato com atividades envolvendo a música terá um melhor desenvolvimento na aprendizagem.

Para Nogueira (2003, p. 01):

[...] a música é entendida como experiência que: [...] acompanha os seres humanos em praticamente todos os momentos de sua trajetória neste planeta. E particularmente nos tempos atuais, deve ser vista como umas das mais importantes formas de comunicação.

A experiência musical não pode ser ignorada, mas sim compreendida, analisada e já que a música serve de experiência é sempre bom que o professor veja na escola como um ponto de aprendizado, não desconsiderando os conhecimentos que as crianças já têm sobre a música. O educador deve considerar esse fato como um ponto, para incentivar a criança e mostrar o que ela já entende e conhece. Esse ensinamento deve ter uma postura de criação e aceitação em relação à cultura da sua região que os alunos já sabem.

Por alguns momentos pode ocorrer de alguma maneira que o professor, esteja despercebido, deixar um pouco de lado o meio cultural e social da criança, isso não é bom, porque pode levar a perda ou desinteresse pela educação musical.

A criança que vive em contato com a música aprende a conviver melhor com outras crianças, estabelecendo uma comunicação mais harmoniosa. Nesta idade, a música encanta, dá segurança emocional, confiança, pois a criança se sente compreendida ao compartilhar canções, e inseridas num clima de ajuda, colaboração e respeito mútuo.

Na etapa de alfabetização a criança deve ser estimulada com a música. Através das canções infantis em que as sílabas são rimadas, repetitivas, e acompanhadas de gestos que se fazem ao cantar. A criança melhora sua forma de falar e de entender o significado de cada palavra, e assim, se alfabetizará de uma forma mais rápida. A música também é benéfica para a criança quanto ao poder de concentração, além de melhorar sua capacidade de aprendizagem em

matemática. Além disso, facilita a aprendizagem de outros idiomas, potencializando sua memória com a música. A expressão corporal da criança será mais estimulada. Utilizam novos recursos ao adaptar seu movimento corporal aos ritmos de diferentes músicas, contribuindo desta forma na potencialidade do controle rítmico de seu corpo. Através da música, a criança pode melhorar sua coordenação e combinar uma série de movimentos, pois, ela contribui para o desenvolvimento da criança, sendo uma atividade estimulante, e desperta na criança a criatividade e a sensibilidade.

Para Silva (2001), a música deve ser considerada uma verdadeira “linguagem de expressão”, parte integrante da formação global da criança. Deverá ela estar colaborando no desenvolvimento dos processos de aquisição do conhecimento, sensibilidade, criatividade, sociabilidade e gosto artístico. Caso contrário, não poderá cumprir as suas finalidade.

A música é muito importante na pré-escola como uma verdadeira linguagem, como também no estado do desenvolvimento e do conhecimento. A interação com a música deixa as crianças mais criativas podendo desenvolver o seu conhecimento pela arte, que hoje faz parte da educação infantil.

O significado da música na educação infantil

A música está presente em diversas situações da vida humana. Existe música para adormecer, música para dançar, para chorar os mortos, para conclamar o povo a lutar, o que remonta à sua função ritualista. Presente na vida diária de alguns povos, ainda hoje é tocada e dançada por todos, seguindo costumes que respeitam as festividades e os momentos próprios a cada manifestação musical. Desde muito cedo e assim começam a aprender suas tradições musicais. Mesmo que as formas de organização social e o papel da música nas sociedades modernas tenham se transformado, algo de seu caráter ritual é preservado, assim como certa tradição do fazer e ensinar por imitação e “por ouvido” em que se misturam intuição, conhecimento prático e transmissão oral.

Essas questões devem ser consideradas ao se pensar na aprendizagem, pois o contato intuitivo e espontâneo com a expres-

são musical desde os primeiros anos de vida é importante ponto de partida para o processo de musicalização. Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mão etc. São atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando para níveis cada vez mais elaborados. (RCNEI, Vol. 3 p. 47, 48). Segundo Faria (2001, p. 24), transformadas criticamente.

A música como sempre esteve presente na vida dos seres humanos, ela também sempre está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar e favorecer a socialização dos alunos além de despertar neles o senso de criação e recreação... A música passa uma mensagem e revela a forma de vida mais nobre, a qual a humanidade almeja, ela demonstra emoção, não ocorrendo apenas no inconsciente, mas toma conta das pessoas, envolvendo as trazendo lucidez à consciência.

É importante observar como a música faz bem a vida dos seres humanos, no cotidiano e, principalmente na escola trabalhar com música no ambiente escolar. É de suma importância por promover uma grande interação no ambiente escolar. Isso traz enormes benefícios e uma forma de vida saudável favorecendo uma aprendizagem melhor, passando uma harmonia entre eles, demonstrando em sala de aula o bem que a música causa as crianças, pois elas agem com mais emoção, dando o melhor de si.

É inquestionável o envolvimento das pessoas com a música, pois ela revela qualquer mensagem de forma mais nobre, trazendo maior lucidez à nossa consciência, conforme afirma o autor. É sabido por todos que em todos os registros da trajetória da humanidade, a música é algo constante na vida, tornando-se muito importante como real e concreta por auxiliar no bem-estar das pessoas.

A Educação, sendo um processo global, progressivo e permanente, deve desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento emocional e criativo dos alunos, e sendo assim, a música no contexto escolar, tem como principal objetivo a educação dos

sentidos. Em suma, a música deverá ser conteúdo obrigatório, embora não exclusivo do componente curricular, dada a sua indiscutível importância.

Realizar trabalho com a música ajuda a melhorar a sensibilidade das crianças, como também a sua capacidade de memória e concentração, beneficiando o desenvolvimento nos estudos desde a infância. É uma ótima aliada para estimular a área do cérebro das crianças que tem pouco desenvolvimento em outras linguagens, pode, por exemplo, desenvolver a escrita e a oralidade.

Quanto mais cedo as escolas começarem a trabalhar a música em sala de aula, influenciando na área do cérebro dos alunos, na linguagem e no aprendizado surtirá mais efeito para um ensino aprendizado mais eficaz. Tornando-se indicado um ensino envolvendo a música em uma rotina do dia-a-dia nas escolas da educação infantil, trazendo para dentro da escola a sua cultura. Já que a música pode trazer tantos benefícios para a saúde física e mental porque a escola não utiliza mais? Incluí-la no cotidiano escolar certamente trará benefícios tanto para professores quanto para os alunos. Os educadores encontram nela mais um recurso, e os alunos se sentirão motivados, se desenvolvendo de forma lúdica e prazerosa. Como já foi destacado, a música ajuda a equilibra as energias, desenvolve a criatividade, a memória, a concentração, autodisciplina, socialização, além de contribuir para a higiene mental, reduzindo a ansiedade e promovendo vínculos (BRITO e SILVA, 2004).

Por meio da música as crianças têm melhor concentração na sua aprendizagem, como no meio social além de incentivar uma boa interação com os colegas de classe em casa e até mesmo na rua, observando bem, é visto como um ponto positivo deixando assim crianças mais calmas e respeitosas com os outros dentro e fora da escola.

A prática da música como arte na educação infantil

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz ser obrigatório o ensino de arte na educação básica. Em seu art. 26 § 2º “O ensino da arte constituirá componente curricular obri-

gatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. (BRASIL, 1996). Sendo assim, a aprovação da lei 11.769 em 18 de agosto de 2008, dispõe a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas de educação básica. (BRASIL, 1996).

A música e a arte são diferentes de outras disciplinas, pois as mesmas trabalham a constituição do cérebro, desenvolvendo toda cognição e sinapses, que são as regiões de impulsos nervosos e neurônios, a criança que se dedica às disciplinas teóricas, ela trabalha bem o lado esquerdo do cérebro já as atividades de educação física, artes e musicalização garantem as sinapses do lado direito, causando, assim, o equilíbrio dos hemisférios.

A música e a arte na escola oportunizam ao aluno descobrir seu pensamento crítico, sua criatividade, socialização mais ampla, a criança vai formando aos poucos a própria identidade, percebendo-se diferentes dos outros e ao mesmo tempo buscando integrar-se com os outros.

Além disso, ao expressar-se musicalmente em atividades que lhe deem prazer, ela demonstra seus sentimentos, libera suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança pois as crianças têm um jeito mágico de perceber o mundo, creem que seu pensamento tem o poder de transformação da realidade. O encanto das crianças que falam de animais com ações reais e imaginárias, de fenômenos de natureza, de emoções e uma infinidade de assuntos comuns. Por meio das cantigas e ações, a criança aprende que alegria e tristeza, conquistas e perdas, coragem e medo podem ocorrer, mas também serem resolvidos pela auto realização (CHIARELLI, 2007, s./p.).

O ambiente sonoro, assim como a presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adulto cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas, para lendas etc. Reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem. Encantados com o que ouvem, os bebês tentam imitar e responder, criando momento significativo no desenvol-

vimento afetivo e cognitivo, responsáveis pela criação de vínculos tantos com os adultos quanto com a música. Nas interações que se estabelecem, eles constroem um repertório que lhes permite iniciar uma forma de comunicação por meios dos sons.

O canto desempenha um papel de grande importância na educação musical infantil, pois integra melodia, ritmo e frequentemente harmonia, sendo excelente meio para o desenvolvimento da audição. Quando cantam, as crianças imitam o que ouvem e assim desenvolvem condições necessárias à elaboração do repertório de informações que posteriormente lhes permitirá criar e se comunicar por intermédio dessa linguagem.

Assim tocar um tambor de diferentes maneiras, por exemplo, variando força: modos de ação como tocar com diferentes baquetas, com as mãos, pontas dos dedos etc. E, especialmente, experimentando e ouvindo seus resultados é um caminho importante para o desenvolvimento da técnica aliada à percepção da qualidade dos sons produzidos. Deve-se promover o crescimento e a transformação do trabalho a partir do que as crianças podem realizar com os instrumentos (RCNEI, 1998, p. 59, volume 3). Para Bréscia (2003, p. 29):

[...] a música não é apenas entretenimento, deleite convite ao devaneio. É também fonte de crescimento espiritual, enriquecimento da sensibilidade e fortalecimento do ego, condições fundamentais para a realização plena do ser humano na sua trajetória de vida.

Observando o que revela o autor, a música é uma grande aliada para as crianças no início da sua trajetória de vida escolar transformando o seu pensamento de uma forma enriquecedora, principalmente na fase inicial. Também, traz benefícios, para os adolescentes e tirando muitos deles das ruas e trazendo para o seio da sua família. É importante salientar que em todos os aspectos a música é um ponto fundamental e nos traz condições de vida melhor, hoje não existe idade para se envolver com a arte musical o que realmente importa é seu interesse e, assim tendo uma oportunidade de vida melhor.

Em 1971, a música passou a fazer parte do ensino interdisciplinar de Educação Artística (Art. 7da Lei 5.692/71), diluída nos

currículos escolares (CORREIA, 2003, p. 5). Isso fez com que ela se tornasse privilégio de poucos, pois a maioria das escolas brasileiras aboliu o ensino, dada sua não obrigatoriedade e por causa de fatores relativos a valores culturais e sociais que regiam a sociedade brasileira.

No entanto, a música deve ser considerada uma verdadeira “linguagem de expressão”, tornando-se parte integrante da formação global da criança. Podendo estimular o desenvolvimento dos processos cognitivos, ampliando a sensibilidade, criatividade, sociabilidade e gosto artísticos, não deve ser utilizada na forma de simples atividades mecânicas, com a mera reprodução de cantos, sem a interação da criança com o verdadeiro momento de criação musical (VELOSO, 2007).

Metodologia

O referente artigo é de natureza qualitativa, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (GIL, 2006). O pesquisador, considerado instrumento chave, tende a analisar seus dados indutivamente, no ambiente e os focos principais de abordagem e utilizou-se nos métodos de abordagem dialética, de acordo com Lakatos (2006, p. 101) para a dialética as coisas não analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em constante movimento, nenhuma coisa está acabada encontra-se sempre em via de transformar, desenvolver, o fim de tudo é sempre o começo do outro.

Como método de procedimento técnico utilizou-se o método observacional qual serviu de suporte para a investigação para a arte da música no desenvolvimento da criança na educação infantil.

O método observacional possibilitou obtermos um grau de precisão dos fatos no que se refere a arte da música no desenvolvimento da criança na educação infantil, pois através do qual pode-se observar o cotidiano das crianças focalizando o problema a ser investigado (Oliveira, 2002):

Trata-se de um dos métodos mais utilizados nas ciências sociais. De um lado, pode ser considerado o mais primitivo e, portanto, o mais impreciso dos métodos, mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, uma vez que permite o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.

Na pesquisa utilizou-se também da pesquisa bibliográfica, que se utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico, e algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2006).

Coleta de dados

Observou-se que durante a pesquisa que o ensino da música faz parte do contexto infantil nos centros de educação e que os professores se utilizam da música diariamente no contexto da aula como instrumento pedagógico didático para o enriquecimento de suas mediações.

Dentro das disciplinas ministradas observou-se que os professores utilizam-se da música para fomentar seus conteúdos e ao mesmo tempo enriquecer e facilitar as atividades propostas para as crianças.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, volume 3 - Conhecimento de mundo que apresenta o eixo musical, destaca que linguagem musical tem estrutura e características próprias, devendo ser considerada como: produção, apreciação e reflexão e dentro da música podendo desenvolver um trabalho de linguagem musical como o estímulo ao do desenvolvimento do instinto rítmico (com ordens para andar, correr, rolar, balançar e outros).

Portanto, conclui-se que a presente pesquisa contribui para que se reflita sobre o papel da música no contexto da educação infantil e sua importância no desenvolvimento cognitivo das crianças.

Conclusão

Esta pesquisa buscou compreender a importância da música no desenvolvimento da criança na educação infantil e os benefícios que o ensino da música podem proporcionar às crianças da educação infantil, bem como verificar a importância da música no desenvolvimento da criança, suas contribuições da música na educação infantil salientando que é possível se trabalhar com a música de uma forma prazerosa e consciente.

Através do trabalho, vi que a música pode influenciar o desenvolvimento das crianças, seja dentro ou fora das escolas, a música sempre estará presente, trazendo seus benefícios para o meio social de cada um de nós e assim conhecer cada vez mais a importância da música no desenvolvimento da criança e é possível afirmar através deste trabalho que a música pode auxiliar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança e, principalmente o desenvolvimento da aprendizagem.

Portanto, a música, tem muito a oferecer na vida das crianças e também de mostrar que o processo de aprendizagem, podendo acontecer de uma forma mais lúdica, fazendo com que o ensino caminhe cada vez mais, estimulando a atenção e o interesse dentro de cada criança.

Referências

ANDRADE, Mário. **Pequena história Da música**. Martins Editora, 1980.

BAUAB, Magiba. **História da educação musical**. Rio de Janeiro: Editora Livros Organização Simões. 1960.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Editora do Brasil.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 3. Conhecimento de Mundo. MEC/SEF, 1998.

BRESCIA, Vera Lúcia Pessagno. **Educação Musical: base psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, T. A. **Música na educação infantil** – propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Editora Petrópolis, 2003.

CORREIA, Cássio. **Um pouco da história da música na educação**. A Voz do povo: Vida Cristã. Londrina, 01 a 17 abril, 2003, p.5.

CHIARELLI, Ligia Karina Meneghetti. **A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental**. Disponível em <http://www.jacat.com/revista/recrearte/recrearte03/musicoterapia.htm>. Acesso em 20 dez. 2007.

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Assis chateaubriandPr, 2001 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) - Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense (CTESOP/CAEDRHS).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. HERMIDA, Jorge Fernando (Org.) Educação Infantil, Políticas e Fundamentos, ano 2009, p. 148, 149.

MÁRSICO, Leda Osório. **A criança e a música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

NASCIMENTO, Fábila 'Toneze do Nascimento. **Utilizando a música com recurso didático na Pré-Escola**. 2005. Monografia. (Especialização em Gestão Escolar). Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, PR.

PENNA, Moura. **Reavaliações e busca em musicalização**. São Paulo: Loyola, 1990. O desafio necessário: por uma educação musical comprometida com a democratização no acesso à arte. Caderno de Estudo educação musical, nº 4/5, p. 15- 29, 1974.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro Zahar, 1975. 51

SNYDERS, Georges. **Alegria na escola**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

VELOSO, Adalgisa Ogando. **A importância da Música do Desenvolvimento Deficiente Mental**. Monografia. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Comélio, 2007.

Los cuartillos del rey Resellos en el pecio de Zencity, Buenos Aires, Argentina

Mónica Patricia Valentini¹

El puerto de Buenos Aires

El Puerto de Buenos Aires fue, desde la conquista, un escenario o espacio de destino de diferentes tipos de mercancías. A bordo de las naves llegaron a estas tierras los materiales tangibles para la supervivencia de la ciudad y sus habitantes.

Buenos Aires, prácticamente en los confines del sistema se vio incorporada al mercado mundial por medio del comercio de ultramar, tanto por vías lícitas como ilícitas. Para mediados del siglo XVIII funcionaba lo que Jumar definió como un “complejo portuario rioplatense” (Jumar 2011:208), que articulaba distintos circuitos. Este complejo portuario, en su momento de mayor extensión entre 1730 y 1820, estuvo conformado principalmente por la ciudad de Buenos Aires, las ciudades puertos de Colonia do Sacramento y Montevideo. Aunque también los apostaderos secundarios de Maldonado, Ensenada de Barragán y atracaderos clandestinos con mayor o menor estructura y tránsito, siempre en aguas del Río de la Plata (Jumar *et al.* 2006, Jumar 2011, Camarda 2015). Buenos Aires participaba de este comercio exportando metales preciosos y, mayoritariamente, con la venta de cueros proveniente de las tierras del interior y del ganado cimarrón, que se había expandido considerablemente. De ultramar se importaban esclavos, por vía ilegal, desde Brasil y legalmente de África, que ingresaban por el puerto de Montevideo. Ambos circuitos, el legal y el ilegal, importaban además todo tipo de insumos que no existían en la ciudad, tales como azúcar, café, tabaco y productos manufacturados (Borucki, 2009). Por otra parte, el Río de la Plata ofrecía puertos de aprovisionamiento para el retorno, reparaciones a

¹ Graduada em História/Antropologia. Profesora Titular de Metodología y Técnicas de la Investigación Arqueológica da Universidade Nacional de Rosário – UNR

los barcos que muy frecuentemente llegaban con averías debido a la larga travesía por el Atlántico y todo tipo de servicios para los marinos mientras permanecían en la ciudad (Jumar *et al.* 2006).

El Puerto de Nuestra Señora de los Buenos Aires era una ruta o trayecto de navegación importante donde los intercambios comerciales eran una constante y a donde llegaron tripulantes y pasajeros de una diversidad de lugares. Las ciudades puerto jugaron un papel preponderante en el flujo de personas y mercancías a lo largo de la historia y especialmente en el período de la expansión colonial. El registro arqueológico nos permite evidenciarlo y observar que el tipo de registro que se encuentra en los pecios (embarcaciones naufragadas) es muy variado y hasta ecléctico... Sin duda el pecio de Zencity y sus materiales asociados, comprueba, desde la arqueología, la interacción de la ciudad de Buenos Aires en el contexto colonial y comercial de la época.



Vista de Buenos Aires. Acuarela de Carlos Pellegrini. Museo Nacional de Bellas Artes. Inventario 3125, sala 22: Arte Argentino siglo XIX. <https://www.bellasartes.gob.ar/coleccion/obra/3125/>

El hallazgo

A partir del hallazgo a fines de diciembre del 2009, se implementó una excavación de rescate consensuada entre las partes involucradas (Gobierno de Ciudad Autónoma de Buenos Aires, em-

presa constructora y profesionales encargados). Entre enero del 2009 y abril del 2010 se recuperaron una gran cantidad de materiales arqueológicos que formaban parte del contexto primario y secundario de un buque de madera de fines del siglo XVIII que habría arribado al Puerto de Nuestra Señora de los Buenos Aires con la carga en su bodega. De acuerdo al contexto arqueológico estudiado la hipótesis propuesta es que una fuerte tormenta la habría varado en las cercanías de la Boca del Riachuelo. Luego de rescatar algunos enceres la tripulación la dejó a merced de las aguas del Río de la Plata primero y del proceso de sedimentación y transformación de la línea de la costa a través de los años que terminaron por dejarla bajo tierra.

En el caso del pecio, al quedar varado en las proximidades de la orilla y afectado por la dinámica fluvial propia del Río de la Plata, se convirtió en un elemento de atracción de todo objeto que estaba siendo arrastrado por las aguas. Cuando dicho cuerpo se encuentra en los márgenes del curso de agua, donde menor es su fuerza de arrastre, mayor es la capacidad de “captación” que posee, por eso es que podemos hallar dentro de él y/o en sus proximidades objetos que no conforman lo que denominamos el contexto primario del episodio del naufragio, sino que conforman un contexto secundario, fruto de la acumulación de elementos que fueron captados por la atracción ejercida por los restos del barco. Por ser el Río de la Plata un vector fluvial con mucho arrastre de sedimentos, es probable que el barco quedara atascado en los bancos y/o barras de arenas formados a partir de esa dinámica luego de haber tenido una avería que lo imposibilitó para seguir navegando, por lo cual quedó varado (Valentini et al. 2012). Los restos del pecio se comportaron a su vez, a lo largo del tiempo, como un “imán” de atracción para aquellos objetos que flotaban en su cercanía, donde también se habrían depositado los desechos arrojados desde la costa. Incluso, con las bajantes, el área se pudo haber transformado en un lugar de circulación pedestre con actividades de los lugareños quienes habrían dejado, dentro o en proximidad del pecio, diversos objetos enteros o fragmentados (de Haro, 2017). Esta situación es la que nos hace diferenciar entre un contexto primario y otro que denominamos secundario. El primero

correspondería a todos aquellos hallazgos que sin duda provienen directamente de esta embarcación. Los segundos en cambio serían todos aquellos que quedaron atrapados en los restos luego de su hundimiento (de Haro, 2017).



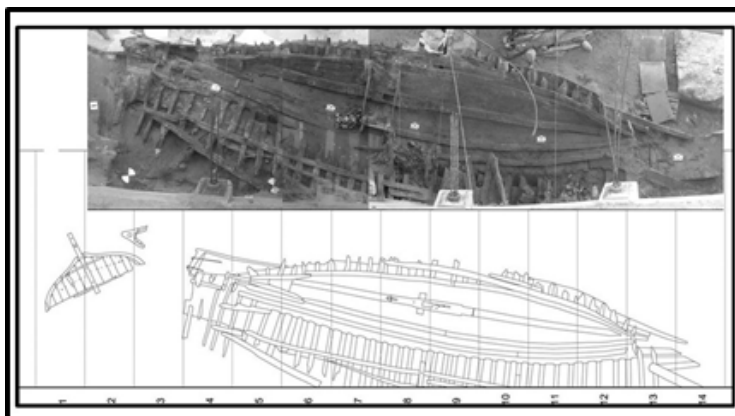
Ubicación del hallazgo de los restos del pecio en la zona del Dique 1 de Puerto Madero, Buenos Aires. Imagen de Google Maps 2009.

Los restos corresponden a un barco mercante de navegación oceánica construido en España o dentro de los parámetros españoles, con madera de roble posiblemente proveniente del Cantábrico. Pudo haber tenido alrededor de 27 metros de eslora y de acuerdo a la carga pudo determinarse durante la excavación que la nave arribaba a la ciudad, ya que transportaba elementos que no se encontraban en estas latitudes, incluso fueron hallados en su estiba original.

Finalizada la excavación se tomó la decisión de retirar, en una sola pieza, la estructura de la embarcación y reenterrarla en un lugar donde no hubiera que removerlo nuevamente. El procedimiento se hizo bajo los estándares internacionales, manteniendo las condiciones en las que se conservó por tanto tiempo (Valentini et al,

2014). Cuando no hay otras opciones técnicas al alcance para mantener expuesto el hallazgo, se consideró el re enterramiento como la mejor opción hasta una nueva perspectiva de conservación para preservarlo.

Monedas, cañones, botijas, herramientas, toneles, platinas, aceitunas, resina de pino, brea, alcarrazas, lozas, cerámica local, pipas, huesos, clavos, pernos, roldanas, cabos... todos elementos hallados durante la excavación de los restos de Zencity en el barrio de Puerto Madero (CABA Ciudad Autónoma de Buenos Aires).



Vista de los restos excavados y dibujo en AutoCad. Fotografía de Javier García Cano y dibujo en AutoCad de Rosario Johnson.

Dos monedas

Entre los materiales encontrados, llamaron nuestra atención dos pequeñas monedas de cobre.



Resellos hallados en el pecio de Zencity, anverso y reverso. Fotografía Mónica Valentini

Sobre ellas tal vez no haya mucho que decir. Las monedas son un elemento fácil de determinar ya que se cuenta con catálogos que tienen la información necesaria. En el caso de estas monedas las mismas fueron revisadas durante el momento de la excavación por un especialista español que casualmente se encontraba en Buenos Aires para ese entonces, el señor Juan Cayón, un numismático experto español. Al verlas supo enseguida de qué se trataban. Las denominó “cuartillos”, “resellos” o “calderillas”, monedas baratas de cobre (Comunicación personal con Juan Cayón en Buenos Aires el día 23 de febrero del 2010).

En una primera instancia la denominación dada por Cayón de cuartillos haría referencia a una moneda de vellón de cobre o plata acuñada desde la época de Enrique IV de Castilla. Lo de calderilla es un nombre genérico que se aplica a todas las monedas de poco valor. Lo cierto es que éstas dos definiciones son aplicables entre los especialistas a varios tipos de monedas de baja denominación. Específicamente estas piezas se presentan claramente como resellos de monedas de cobre (calderillas) y particularmente de 8 maravedíes, las cuales ubicamos bajo el reinado de Felipe IV (Calderilla Nombre popular con el que se designa a la moneda española de poco valor. Diccionario de Numismática, 2009: 44).

Lo cierto es que las continuas mutaciones del valor del numerario de cobre, con una intensa labor de resello, ocasiona que a veces sea casi imposible la identificación de las piezas. Siendo frecuente encontrar varios resellos difíciles de identificar y que la ceca sea prácticamente invisible. (Ceca: Lugar de producción, taller o edificio donde se fabrica la moneda y, por extensión, la ciudad donde se acuña moneda. Diccionario de Numismática, 2009: 46)

La estampación de resellos o contramarcas sobre las monedas se ha repetido con frecuencia a lo largo de la historia, casi desde la misma invención de la moneda. Los resellos se pueden aplicar a las monedas por razones muy diversas. En España, y concretamente en los antiguos territorios dependientes de la Corona de Castilla, son especialmente significativos los resellos practicados sobre la moneda de vellón y cobre a lo largo del siglo XVII, durante los reinados de Felipe III (1598-1621) y Felipe IV (1621-1665) (Almenara, 2007; Gómez Paz, 2011). Estos resellos, aplicados para cambiar el valor facial de las monedas, eran muy abundantes y fueron el fiel reflejo de la anarquía monetaria alcanzada durante dicha época, así como de las frecuentes manipulaciones y alteraciones por parte de un Estado consumido por las deudas. (Font de Villanueva, 2005; Almenara, 2007; Gómez Paz, 2011; Huidobro Moya, 2015). Estos resellos con un valor de 8 maravedis, de acuerdo al período en número arábigo o romano, se utilizaron como monetario con este nombre a lo largo de siete siglos: desde el XII al XIX. Su denominación está relacionada con la herencia de la cultura de los árabes que habitaron en la Península.

“Las líneas de actuación de la Corona en materia internacional provocaban un enorme gasto y hacían necesaria la búsqueda de una constante y eficaz fuente de ingresos. La moneda fue, en muchas ocasiones, el recurso más utilizado. Ante la firme decisión de todos los monarcas de la casa de Austria de mantener prácticamente inalterables las características básicas y fundamentales de la moneda de oro y plata, las piezas de vellón fueron de forma frecuente masivamente acuñadas, sufrieron subidas y pérdidas de valor inesperadas y recibieron numerosos resellos y reaçuñaciones. Este numerario, originalmente de cobre con liga de plata, llegará a emitirse sin ninguna cantidad de metal precioso. Las alteraciones de valor y los sucesivos resellos provocaron nefastas consecuencias en la activi-

dad económica diaria. El vellón era la moneda empleada de forma cotidiana para todo tipo de pagos e intercambios en los pequeños y medianos mercados de la Corona, era la base monetaria de la economía castellana.” (Gómez Paz, 2011:93)

Algunas ideas o hipótesis

Lo cierto es que el hallazgo de estas dos pequeñas piezas en el fondo de lo que habría sido la bodega del barco hizo que analizáramos algunas alternativas de explicación.

Estas piezas monetarias eran de uso común en la península, pero no circularon en América. Especialmente no circularon en la región del Río de la Plata. Si bien en 1680 se prohíbe la circulación de este tipo de monedas en la península, su retiro nunca tuvo éxito pleno o inmediato. El caso es que en España sobrevivieron monedas conocidas como maravedís incluso hasta el siglo XIX (Fontenla Ballega, 2007; Gómez Paz, 2011).

Estos cuartillos podrían haber viajado en los bolsillos de uno de los tripulantes de la embarcación. Quedando olvidados o perdidos al momento de tener que abandonar el barco naufragado.

Son conocidos y profusos muchos mitos marineros. Muy abundantes son las prácticas religiosas que los marinos desde la antigüedad utilizaron para procurarse el beneplácito de los dioses ante un largo viaje en aguas turbulentas y desconocidas. Normalmente las supersticiones dan lugar a las costumbres, las mismas se convierten en tradiciones al pasar de los tiempos. Estas situaciones ejercieron también su influencia en las tradiciones marineras, las cuales se conservan en la actualidad, aunque aparentemente no tengan una verdadera razón de ser. Una de las más difundidas fue la de colocar una moneda en la base de los mástiles durante la construcción de los buques, data de largo tiempo atrás y es una antigua superstición muy arraigada entre los hombres de mar. Con dicha práctica también se recordaría la fecha de construcción o botadura del navío, protegería a la tripulación ante tempestades y naufragios, asegurando una navegación benéfica y hasta favorecería una buena pesca (Stevens, 1991; Rodríguez López, 2002; García y Sella, 2003).

Los marinos aseguraban su ofrenda como pago de la contribución que los tripulantes del buque hacían a los dioses, para transportar sus almas en la barca legendaria si se producía el nau-

fragio y ellos perdían la vida en el mar (Stevens, 1991; Rodríguez López, 2002). De esta manera pagaban su tributo al dios Caronte (en la mitología griega era el barquero del inframundo y su misión era la de transportar las almas de quienes habían muerto recientemente, hasta el Hades, en donde morarían por toda la eternidad) (Stevens, 1992; Cantinela, 1995).

La ubicación de estos cobres al momento de la excavación, cercana a la quilla y entre el palo mayor y el trinquete (palo o mástil más a proa), nos hace pensar en la hipótesis de que habrían estado ubicados en la base de alguno de los mástiles. Cabe aclarar que ninguno de los palos de la embarcación se encontró durante la excavación. Creemos que fueron rescatados ya que la zona de la ciudad de Buenos Aires era escasa en buena madera y estos palos representaban una materia prima de calidad.

El análisis de los resellos nos ubica entre los años 1641 y 1665 (Centeno Yañez, 2006). Los estudios dendrocronológicos realizados nos dan una datación de corte y posible construcción para la segunda mitad del siglo XVIII (Mundo, 2013; Valentini, 2018). Por lo que nos acercamos a pensar que estas monedas tenían más que ver con alguna de las supersticiones arraigadas en la cultura marinera. Los mismos astilleros tanto militares como privados del imperio español tenían y tienen en la actualidad la costumbre de colocar la moneda de la suerte en las embarcaciones construidas.

El pago al barquero para pasar la laguna Estigia y salvar su alma era una constante preocupación del mundo antiguo que perduró en el tiempo como un mito que hasta el día de hoy sigue manteniéndose. En la novela *Moby Dick* de Herman Neville se hace referencia de contar con una moneda a bordo ante el peligro que significaba el perseguir la gran ballena blanca. Anders Franzen, arqueólogo que rescató el *Vasa*, colocó en la base del palo mayor una moneda conmemorativa acuñada como celebración del rescate del buque insignia sueco naufragado en 1628, al momento de montar nuevamente el mástil en el astillero (Calero, 2013). La construcción actual de naves también cuenta en muchos casos con una ceremonia en relación a este mito de la moneda (<http://www.ara.mil.ar/tradiciones>).

Epílogo

En los bolsillos de uno de los tripulantes que llegaron al puerto de Buenos Aires o en la base del mástil del pecio de Zencity, estas monedas... ¿cumplieron su cometido ante el naufragio ocurrido y protegieron a su tripulación?...

Este pecio y sus materiales asociados son de gran valor arqueológico. Restos que nos hacen comprender qué tipo de construcciones navales emprendieron el duro viaje marítimo desde España a sus colonias distantes en América del Sur. Reconstruir las redes comerciales, entre la metrópoli y su periferia, en un período histórico, donde el contrabando y los navíos de registro eran una práctica común y hasta tolerada, donde gran parte de la carga no aparece en la documentación de las autoridades portuarias de la época, hace que el registro material a través de la arqueología nos permita completar la historia y conocer prácticas y hasta supersticiones de diferentes grupos humanos.

“...Lasciati ogni speranza voi che entrate...”

‘Abandonad toda esperanza, quienes aquí entráis’

Frase que se atribuye, en el Canto tercero, a la puerta de entrada al infierno en la

Divina Comedia de Dante Alighieri.

Bibliografía

ALMENARA, Eduardo. Las monedas olvidadas. La acuñación del numerario de cobre durante el resello de Felipe IV. *Numisma: revista de Estudios Numismáticos*, (251), 2007: 295-318.

BORUCKI, Alex. Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812. *4º Encontro escravidao e Liverdade no Brasil Meridional*. Curitiba. 2009

CAMARDA, Maximiliano. La región Río de la Plata y el comercio ultramarino durante las últimas décadas del siglo XVIII: actores, circulación comercial y mercancías. *Tesis para optar por el grado de Doctor en Historia*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Secretaría de Posgrado. La Plata. 2015

CANTILENA, Renata. Un obolo per Caronte? *Caronte Un obolo per l'aldilà, La Parola del Pasato*, 1995, vol. 50, p. 165-177.

CENTENO YÁÑEZ, J. Las Monedas Reselladas de Felipe III y Felipe IV (1603-1659). Estudio y catalogación, Córdoba, España. 2006.

DE HARO, María Teresita. Pecio de ZenCity: la otra cerámica. Procesos de formación o ¿cómo llegó esto aquí? *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana* 12 (60). 2018 1428-1451. Buenos Aires

Diccionario de Numismática. 2009. Ministerio de Cultura de España. sede.educacion.gob.es › diccionario-de-numismatica

FONT DE VILLANUEVA, Cecilia. Política monetaria y política fiscal en Castilla en el siglo XVII: un siglo de inestabilidades. *Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History (Second Series)*, 23(S1), 2005: 329-347.

FONTENLA BALLESTA, Salvador. Un depósito numismático de finales del Siglo XVII. En *Alberca* Nro. 5. 2007: 153 a 156.

GARCÍA, Enric y SELLA, Antoni. Creencias del Mar. Barcelona: Museu Marítim de Barcelona, Angle Editorial, 2003.

GARCIA CALERO, Jesús. La moneda que pudo causar la maldición del Vasa. En <https://abcblogs.abc.es/espejo-de-navegantes>. 23 de noviembre 2013.

GÓMEZ PAZ, Ángel. La moneda de vellón castellana en el reinado de Felipe IV. En MUÑOZ SERRULLA, María Teresa (Coord.), *Estudios de Historia Monetaria, Ab initio*, Núm. Extraord. 1. 2011: 93-123.

JUMAR, Fernando. Le commerce atlantique au **Río de la Plata, 1680-1778**, Presses Universitaires du Septentrion, Villeneuve-d'Ascq, Francia. 2002.

JUMAR, Fernando. Comerciantes en Río de la Plata pre-virreinal. El caso de Domingo de Basavilbaso. *Anuario del Instituto de Historia Argentina*. Nº 11, 2011: 207-241.

JUMAR, FERNANDO, N. BIANCARDI, J. BOZZO, S. ORLOWSKI, R. QUERZOLI Y M.E. SANDRÍN. El comercio ultramarino y la economía local en el Complejo Portuario Rioplatense, siglo XVIII. *Anuario IEHS* 21. 2006

HUIDOBRO MOYA, José Manuel. Heráldica y numismática en España. Liber Factory. Madrid. España. 2015

MUNDO, Ignacio. 2013. Dendrochronological dating of the Puerto Madero Vessel, Buenos Aires, Argentina, Second American Dendrochronology Conference, Tucson, Arizona. 13 al 17 de mayo del 2013.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María Isabel. Los mitos del mar en la Grecia clásica: proyección antropológica y cultural. *Revista de Arqueología*, Año XXIII, n. 260. 2002

RODRÍGUEZ LÓPEZ, María Isabel. Arqueología y creencias del mar en la antigua Grecia. *Zephyrus*, LXI, enero-junio 2008: 177-195

STEVENS, SUSAN. Charon's Obol and Other Coins in Ancient Funerary Practice. *Phoenix*, 45(3), 1991: 215-229.

VALENTINI, MÓNICA. 2018. Zencity, los restos de una embarcación. En Memoria del 56 Congreso Americanista de Salamanca. 2018:1041-1049.

VALENTINI, MÓNICA., JAVIER GARCÍA CANO Y MARIANO DARIGO. El viaje final. En *Anuario de Arqueología*. Volumen 6. Rosario. 2014: 483-488.

O trabalho por meio da criação artística de Aníbal Beça

Sandra Oliveira de Almeida¹

Kátia Silva de Oliveira²

O termo trabalho possui em si mesmo um conceito abrangente e de suma importância social, uma vez que relações interpessoais ocorrem por meio deste. Seu desenvolvimento e mutações foram e continuam sendo importantes para que as organizações sociais tenham êxito e futuras gerações obtenham ambiente de trabalho com qualidade e bem-estar.

Segundo Vasconcelos (2001), desde os ensinamentos de Euclides da Alexandria, 300 anos a.C a respeito dos princípios de Geometria, foi que os trabalhos executados pelos agricultores à margem do Nilo tiveram mais qualidade.

Da modernidade até início do século XX, é sabido que leis trabalhistas ainda não existiam no Brasil, de acordo com Bernardes (2019) podemos dizer que houve a preocupação em se melhorar as relações de trabalho para que o aprimorassem de modo mais eficaz, reduzindo as desigualdades entre empregador e empregado, tendo assim a criação da primeira constituição brasileira do trabalho em 1934, baseada no constitucionalismo social do México e de Weimar, estabelecendo dessa forma o salário mínimo, carga de oito horas de trabalho, isonomia salarial, a liberdade dos sindicatos, dentre outros mais.

Trabalho intelectual

Para muitos o trabalho só é considerado se houver força física e muitas vezes com horas marcadas pela própria lei trabalhista que regulariza com o quantitativo de até oito horas diárias. Contudo,

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus. Professora de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino básico - SEDUC- AM

2 PhD em Direitos Humanos pelo Seminário Internacional de Teologia Gospel - SITE. Professora de Língua Portuguesa pela rede estadual de ensino básico - SEDUC- AM

nem todos os trabalhos conseguem se enquadrar neste patamar. Daí, podemos citar o trabalho de artistas que precisam de inspiração para que suas produções ocorram. Como exemplo, citaremos os poetas que trabalham por meio de palavras, tal produção exige espontaneidade, criação artística, leitura diária, conhecimentos variados que de certa forma, auxiliam na construção de poesias novas por meio de velhas.

A poiesis que é a criação artística do poeta, sua inspiração não possui hora, o trabalho pode ocorrer em momentos inusitados como na hora em que se está fazendo uma refeição, quando se está ouvindo uma música. Viver somente da criação artística é um tanto complexo, o artista necessariamente precisa buscar outros meios de sobrevivência e assim fazer um paralelo com a sua criação o que de certa forma, acaba deixando o artista numa dupla jornada de trabalho.

De acordo com Bruni (1991) o trabalho intelectual tem uma temporalidade irregular, onde o acaso, o imprevisto são algo natural e corriqueiro, é um tipo de trabalho diferenciado por ser uma criação artística que não tem hora marcada, e tempo regulamentado para ser cumprido, contudo há uma pressão com relação ao término e até mesmo como se dará essa finalização uma vez que para um poeta a obra nunca parece estar acabada de fato. Legoff (1980) explica muito bem como ocorre à mudança pela ideologia do mundo moderno a estruturação nas práticas econômicas, ou seja, o tempo passa a ser um tipo de pressão sobre a sociedade, cujo trabalho vai se tornando regulamentado.

Vida e obra de Aníbal Beça

Aníbal Augusto Ferro de Madureira Beça Neto, conhecido no meio literário como Aníbal Beça, nasceu em Manaus no dia 13 de Setembro de 1946 e veio a falecer em 25 de Agosto de 2009. Sua vida foi marcada pela arte de modo geral. Não fora apenas poeta pertencente ao clube da madrugada, dedicou sua vida também à música, a criação de espetáculos, trabalhou ativamente nos meios de comunicação com reportagem, sendo redator e até mesmo colunista.

Estudou fora de Manaus, passou um tempo no Sul do país, contudo retornara a terra natal onde fez sua carreira no meio ar-

tístico. Apesar do tempo que ficou distante, Beça em seus escritos, apresenta elementos da cultura amazônica com riqueza de detalhes sobre a mata, as águas dos rios, a vida de pessoas, sejam caboclos ou indígenas, despertando no leitor a identidade de um povo, um lugar distante, com características próprias.

Incontestavelmente, é um artista de expressividade na literatura amazonense, conhecido no pós-madrugada. Foi assim consagrado após a publicação de sua obra “Suíte para os habitantes da noite”; configurando-se entre os poetas mais importantes da literatura nacional contemporânea.

Além de escritor, fora jornalista, compositor, tradutor, artista plástico e teatrólogo, sendo, portanto um ser dotado de muitas habilidades, sua obra possui 17 livros. Beça dedicou por meio da escrita mais de quarenta anos de sua vida à produção literária.

Como poeta, produziu não somente a poesia, mas a composição artística de modo mais abrangente. Sua poética é bastante diversificada; pois ao longo de sua jornada como artista amazonense, escreveu sobre inúmeras temáticas. No entanto, para nós, aquela que nos chama mais atenção é sobre a Amazônia. Por ter nascido nesta terra, há uma forte ligação com ela.

Aníbal possui uma produção de poemas que não seguem um padrão, faz desde versos livres a haicais, sendo estes de origem oriental, porém, consegue externar seus sentimentos pela terra com uma nova roupagem, sem perder a sensibilidade de um haicai.

O entrelaçamento de sua produção com os aspectos sociais são pontos importantes, uma vez que a literatura, por mais que apresente elementos ficcionais, metafóricos, não surge do nada, há relação intrínseca com a sociedade, um tempo histórico, personagens, meios de vida, cultura de um povo. Nesta perspectiva, tentaremos mostrar pelos conceitos de Guiddens (2017) na poética de Aníbal Beça, dando ênfase na, Esfera pública, Identidade e Interação como era o trabalho deste.

Esfera Pública (Trabalhos realizados)

De acordo com Guiddens (2017), a definição de esfera pública é entendida como uma arena para discussão e debate público nas sociedades modernas, de forma que possam aparecer em

espaços formais ou informais. Avritzer e Costa (2006) relatam que a esfera pública se descobriu no início da modernidade, e que surge para fazer a integração legal de associações grupos e movimentos. Entendemos, portanto, que ela permite que movimentos surgentes tornem-se mais conhecidos.

Neste sentido, Aníbal Beça, de certa maneira, foi bastante popular devido aos trabalhos que realizou. Possuidor de um capital cultural advindo de sua influência na sociedade manauara alcançou êxito em vários âmbitos, fora poeta do clube da madrugada, dedicou sua vida a arte com esmero, tanto que há resquícios disso em seus herdeiros, por exemplo, com seu filho Turenko Beça, que se tornou artista plástico e, certamente vive com intensidade o estilo de seu pai e assim como ele tornou-se conhecido pelas imagens desenhadas de cunho expressionista.

Na imagem a seguir, podemos observar no jornal Amazonas em Tempo de 03 de Agosto de 2004, uma reportagem sobre Turenko, cujo título era: A celebração da cor em Tureko Beça, o que segundo Guiddens (2017) o capital cultural constatado por muitos sociólogos, argumentam que a educação não é um campo separado da sociedade, mas que a refletem beneficiando aqueles que de certa maneira adquiriram o capital cultural por meio da família.



Figura 01: A celebração da cor, de Turenko Beça
Fonte: Amazonas em tempo, agosto de 2004.

No trecho do jornal que está com subtítulo: *Experiência com farinha de peixe*, Turenko relata que trabalha com variadas ideias em suas obras e que já produziu cerca de 500 telas e mais de 2000 produções em papel, sem contar com figuras. Sua experiência como artista vem de seu contato com o pai que além de poeta e músico, fora consultor da Secretaria de Cultura do Amazonas e diretor de produção da televisão educativa do Amazonas.

Aníbal sempre se fez presente na esfera pública, e por meio dela conseguiu propagar seu trabalho até internacionalmente, por tudo isso, alcançou seu lugar como imortal da Academia Amazonense de Letras, o conceito tratado por Guiddens a respeito disso é que

As democracias modernas se desenvolveram junto com a mídia de massa, sobretudo jornais, panfletos e outras publicações. Em um sentido bastante real, a mídia de massa possibilitou e estimulou a cultura democrática. A esfera pública surgiu nos salões e cafés dos séculos XVII e XVIII em Londres e Paris, bem como em outras cidades europeias, onde as pessoas se encontravam para discutir os assuntos do dia. (Pg. 255)

Não foi diferente com a sociedade amazonense o desenvolvimento dos meios de comunicação, ainda mais no período em que Beça viveu, pois trabalhou ativamente em muitos jornais da cidade, tais como: O jornal do Comércio, A crítica e A notícia. Seu pseudônimo era Toninho Ponta Negra, era assim que o conheciam na coluna “Rosa dos ventos”. Como também fora um artista dedicado à música popular, conquistou muitos prêmios, vencendo cinco festivais, obtendo assim reconhecimento nacional e internacional.

A seguir temos a imagem do convite para a publicação de um de seus livros “Itinerário poético da noite desmedida à mínima fratura” feito pelo governador da época Amazonino Mendes e o Clube da Madrugada.



Figura 02: Capa de convite

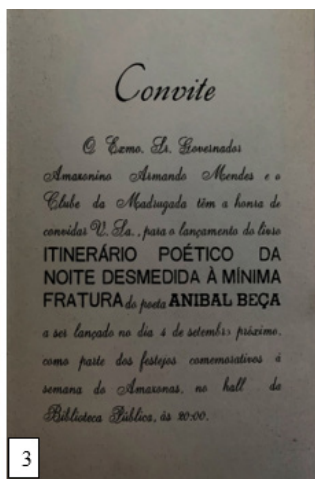


Figura 03: Parte interna do convite

Fonte:arquivo do acervo familiar de Beça (2019)

Foi cidadão ativo na sociedade amazonense, seus trabalhos mostram não somente o capital cultural conceituado por Guiddens, como também o entrelaçamento sociológico e a literatura, mesmo as duas sendo consideradas áreas tão diferentes, uma pode complementar a outra. O poeta descreve a Amazônia, o caboclo, o rio por meio de suas metáforas, contudo, o estilo de vida dos habitantes surge com certo realismo de uma região distante, mas que tem características próprias pela linguagem e cultura.

Suas canções foram interpretadas por grandes artistas como Ângela Maria. Produziu marchas de carnaval e música popular amazonense. Em relação a sua poética, obteve um prêmio importante da Fundação Nestlé de Cultura com o livro “Suíte para os habitantes da noite”. A seguir temos os documentos que comprovam o prêmio conquistado e o júri que o selecionou, autores renomados no Brasil, tais como: Jorge Amado, Zélia Gattai, dentre outros.

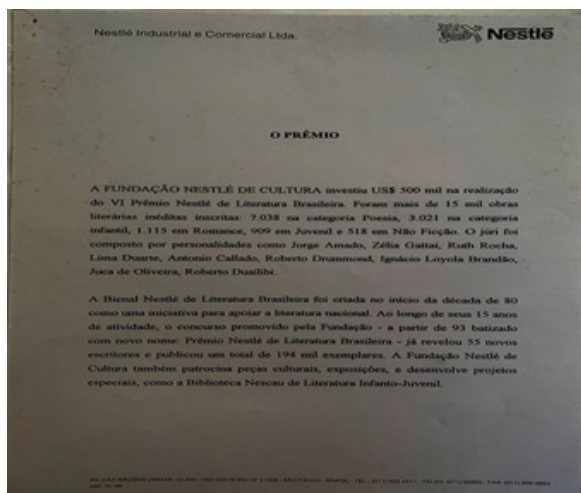


Figura 04: Prêmio Nestlé
Fonte: arquivo do acervo familiar de Beça (2019)

Beça, sem dúvidas, foi um artista moderno no seu tempo, soube, porém utilizar o clássico junto com o novo, propiciando uma produção sem igual. Oliveira e Mendes (2015) explicam que a modernidade é um deslocamento de um período histórico para outro, cujas mudanças não se dão rapidamente, mas com certas condições históricas e sociais. Ao observar a produção de Aníbal, conseguimos encontrar a conexão que tem entre fazer o novo, sem deixar de lado, resquícios do tradicional.

O trabalho e os amigos

Um artista do nível de Beça sempre esteve rodeado de amigos das mais diversas áreas artísticas devido a sua versatilidade, além de poeta, compositor, tinha também a habilidade de escrever apresentações nos livros de muitos amigos e companheiros de trabalho, temos como exemplo o texto: A dança de Aldísio Filgueiras ante as visagens do mundo.

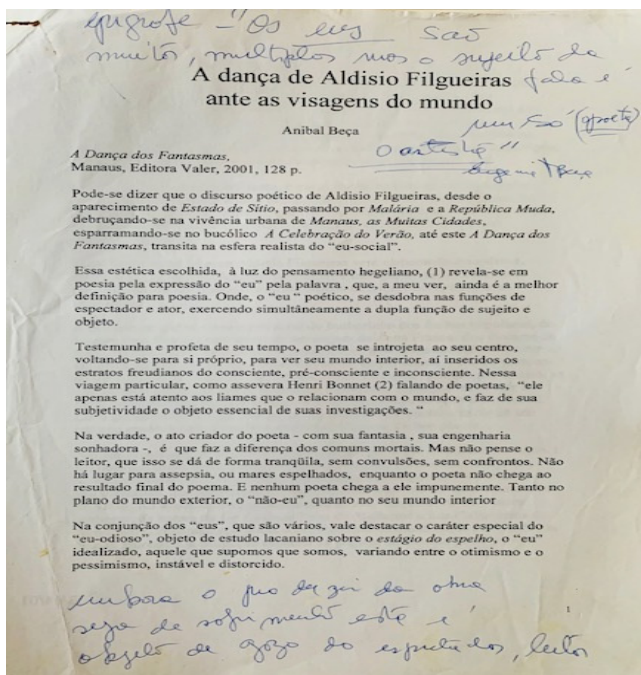


Figura 05: Apresentação de livro do poeta Aldísio Filgueira
Fonte própria (2019)

Na imagem podemos ver que é um rascunho onde o autor mergulha pelos escritos de Aldísio, mostrando o estilo que este possui. Entendemos que para escrever sobre alguém é necessário, sumariamente, a leitura prévia de variadas obras do autor que está sendo mencionando, o trabalho artístico é sim laborioso e requer tempo e reflexão para expor a maneira de expressar o mundo pela visão do outro, Beça relata que Aldísio faz da sua subjetividade o objeto essencial de suas investigações, ou seja, é um ser que passa por mutações para que sua escrita apareça, surja, seja criada por meio daquilo que existe e que não deixa de ser sofrido, afinal

A vida de Anibal sempre esteve entrelaçada com seus variados tipos de trabalhos, não por força, mas por amor à arte, que o fazia bastante humano como relata Antunes (2000) ao dizer que uma vida está muito próxima da criação artística, pois a transforma num

elemento humanizador, é um processo que dá sentido à vida, à realização pessoal, por isso entendemos que apesar de Aníbal ter tantas funções, era alguém que se realizava naquilo eu fazia.

Considerações

O trabalho em si, é algo que exige esforço tanto físico como mental, neste artigo pudemos apresentar um pouco do que Aníbal Beça, notório artista amazonense fez em vida. Além de sua produção escrita, teve uma vida paralela trabalhando ativamente na sociedade enquanto viveu isso não fez de sua arte algo pesado e sofrido, quando temos contato com sua criação artística podemos nos deliciar de como o poeta nos encanta com sua visão sobre Amazônia.

Por certo que tentar conciliar seus diversos trabalhos fora uma tarefa complicada, mas Aníbal soube se enquadrar muito bem em diversas áreas deixando um legado interessante a todos quanto tiverem a oportunidade de apreciar seus escritos.

Referências

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, Democrática e Esfera pública: Concepções e usos na América Latina. In: MAIA Rousiley; Castro Maria Céres Pimenta Spínola Mídia esfera pública e Identidades coletivas. Belo Horizonte, MG, Editora UFMG, 2006. Pg 63-91.

BERNARDES, Simone Soares. Direito do trabalho. Coleção resumo para concursos.4 ed revista, atualizada e ampliada. Ed. Juspodivm.2019.

BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. vol.3 no.1-2 São Paulo Jan./Dec. 1991

GIDDENS, Anthony. Conceitos essenciais da Sociologia. Tradução Cláudia Freire. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

LE GOFF, Jacques. Tempo e trabalho. In: Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa, Ed. Estampa, 1980.

OLIVEIRA, Geilson Fernandes de. MENDES, Marcília Luiza Costa Mendes. Modernidade e reflexividade :considerações à luz do pensa-

mento de Anthony Giddens. Revista espaço acadêmico, n 170, Julho de 2015.

RICARDO, Antunes. Os sentidos do trabalho. São Paulo, boitempo, 2000.

VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 08, no 1, janeiro/março 2001.

Os rebatimentos neoliberais no trabalho docente do ensino superior¹

Janaina Zildéia da Silva Paiva²

Elenise Faria Scherer³

Maria Ferreira de Oliveira Filha⁴

Shigeaki Ueki Alves da Paixão⁵

Introdução

O trabalho é uma atividade humana transformadora e muitas vezes difícil, contudo necessária. Embora quando se fala em trabalho é possível compreender o seu sentido como uma ação desempenhada pelo homem que possui diversos significados.

De acordo com Santos Neto (2014), como ser social o homem se faz homem na relação com a natureza por meio do trabalho, ou seja, ele se autoproduz através de seu trabalho. O trabalho é a categoria basilar do mundo dos homens.

Para a autora, Albornoz (2008), o trabalho representa uma finalidade realizada por um esforço, que pode ser predominantemente físico e/ou intelectual. Mesmo quando não se produz nada aparentemente visível, a maioria dos esforços intelectuais se faz por meio do esforço corporal. E é essa intencionalidade, essa consciência que nos difere dos animais que agem apenas por instinto. Essa superioridade, levou o homem a utilização dos instrumentos e a divisão social do trabalho, tão necessários à reprodução da vida. Logo, o significado do trabalho vai depender do contexto histórico, cultural e do sentido na qual vai ser empregado.

1 Esse artigo foi apresentado em sua versão inicial no Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe – EPPAC, nos dias 13, 14 e 15/09/ 2019 em Benjamin Constant – AM.

2 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

3 Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus

4 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus.

5 Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, campus Manaus

Para Alves (2007), o homem é um animal que produz objetos, e isso denomina-se objetivação ou exteriorização. E através desse processo de objetivação do trabalho que o animal homem se transforma em ser humano.

Para Santos Neto (2013), o processo de objetivação do trabalho supõe-se uma relação objetiva da consciência com o seu organismo biológico, assim sem o organismo vivo é impossível a objetivação do trabalho.

Nesse sentido esse artigo busca analisar as transformações no trabalho docente do ensino superior público, apreciando os possíveis impactos produzidos a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em virtude da política neoliberal com a reestruturação produtiva e a globalização da economia e sua incidência em relação ao trabalho docente no ensino superior público.

O trabalho no mundo atual

No capitalismo contemporâneo o mundo do trabalho vem passando por mudanças expressivas em diversos segmentos, e no mundo como um todo. Houve uma diminuição nos países de capitalismo avançado da classe operária industrial tradicional, a essa situação Antunes (2011) denomina de a “desproletarização do trabalho fabril.” Mas, por outro lado, tem ocorrido uma significativa expansão do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços. Todavia, tem se verificado uma heterogeneização do trabalho, com o aumento da inserção feminina no mundo do trabalho. Porém, se percebe também uma expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, o que pode ser considerado como uma “subproletarização” do trabalho. O que tem caracterizado a sociedade dual do capitalismo avançado.

Para Antunes (2011), a sociedade contemporânea atingiu o auge da inovação tecnológica, porém o desemprego estrutural atingiu recordes sem registro na história das sociedades modernas. Pois, se de um lado se reduziu o operariado industrial, por outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário no setor de serviços. Incorpora-se o trabalho feminino, mas se exclui os mais velhos e os jo-

vens. É possível assim, caracterizar a classe trabalhadora como mais fragmentada, heterogênea e complexa. Essa retração do proletariado fabril nos países de capitalismo avançado decorre da automação, da robótica e da microeletrônica, que tem contribuído para a fenomenal taxa de desemprego estrutural.

E paralelo a essa questão, encontramos os trabalhadores vinculados, principalmente à economia informal, que tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração, a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes, que representa uma regressão dos direitos sociais, como a falta de cobertura sindical, levando a uma individualização da relação salarial. A tendência atual dos mercados de trabalho é possuir cada vez mais trabalhadores que sejam facilmente demitidos e sem custos adicionais, isso em virtude dessas perdas de direitos trabalhistas e favorecida pela enorme massa que compõe o exército de reserva de trabalhadores. Isso também em decorrência da expansão e do intenso assalariamento da sociedade de serviços, que tem incorporado um expressivo quantitativo da força de trabalho feminino, além da subproletarização do trabalho em si, com trabalhos parciais e temporários (ANTUNES, 2011).

A substituição e redução do trabalho vivo pelo trabalho morto, no operariado industrial tradicional, vai desencadear uma situação dupla, exigindo uma maior qualificação de um lado e uma maior desqualificação por outro. Essa máxima qualificação será para o que Marx (1996) denominou de “supervisor e regulador do processo de produção”, o homem perdeu o seu papel de protagonista na produção, e aparece agora como coadjuvante do processo. Contudo, o eixo principal da produção e da riqueza, não é o trabalho em si desempenhado pelo homem, nem o tempo gasto por ele para executá-lo, mas sim pelo tempo de trabalho não pago, sendo que o valor atribuído ao trabalho desempenhado não corresponde ao lucro por ele gerado.

Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador entrega sua única mercadoria ao possuidor do dinheiro, o capitalista, que vai explorá-la com bem entender. Ao adentrar na fábrica, o trabalhador

vai encontrar os meios de produção, matéria-prima e ferramentas, necessárias à produção durante a sua jornada de trabalho. Jornada essa, que em parte será destinada a garantir o pagamento da força de trabalho, e a outra parte, o trabalhador entrega gratuitamente ao capitalista, na forma de trabalho excedente (SANTOS NETO, 2013).

Percebe-se como o trabalho, categoria fundante do ser social, passou e ainda passa por inúmeras transformações ao longo do tempo, e vem se adaptando aos modos de produção vigentes. Essa atividade que surgiu como forma de dignificar o ser, através da sua evolução, na atualidade tem sido usada pelo capitalismo para massacrar a humanidade.

Trabalho Docente na Contemporaneidade

O mundo do trabalho vem sofrendo alterações de todas as ordens em virtude das inúmeras crises que permeiam o sistema capitalista, o qual usa de todos os artifícios para manter sua acumulação. Todos os tipos de trabalho estão sujeitos a lógica do capital, e com o trabalho docente do ensino superior não é diferente. Seja na esfera pública ou privada, os docentes sofrem os impactos dessas transformações do sistema capitalista como qualquer outro trabalhador.

Para França (2015), há uma interligação direta entre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e a superestrutura dos sistemas educacionais, principalmente com relação as condições estruturais do exercício profissional docente, dos professores que atuam no ensino superior. O desenvolvimento econômico do capitalismo não significou concomitantemente o desenvolvimento social, nas últimas três décadas. O desemprego é pertinente ao próprio crescimento econômico, e não resultado da ausência desse progresso. Ou melhor, o avanço do capitalismo, com sua profunda diversidade produtiva tem levado a uma desigualdade gigantesca sem premissa nas relações de trabalho.

Com a adoção do ideário neoliberal é instaurado à lógica do Estado mínimo, da desregulamentação e privatização da esfera pública. A educação e a formação profissional são ajustadas à reestruturação produtiva, à qual é oriunda da nova base técnica e dos

processos de globalização. Essa perspectiva de desenvolvimento da ciência e tecnologia não contempla as relações sociais, eles impactam sobre o mundo da produção e do trabalho, contribuindo para a precarização do trabalho e do desemprego estrutural (FRIGOTTO, 1998).

Adorno (1995), adverte para os efeitos negativos da educação baseada apenas no esclarecimento da consciência, sobretudo quando esta é transformada em apenas mais um instrumento da situação social vigente. O desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, pois, este está vinculado a determinada formação social, pelo contrário, ele pode conduzir a barbárie, principalmente com a conversão da ciência em força produtiva social, bem como, pelo condicionamento dos processos formativos e educacionais ao modo de produção capitalista. Para o autor, “É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado” (p. 27).

Para a realização do trabalho se faz necessário uma articulação direta com a educação, e o alvo da ação educativa no modelo educacional atual é a preparação para o mercado de trabalho. Isso decorre do avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior sociabilização da política mundial, através da política neoliberal, que é uma doutrina teórica-política da reação burguesa em busca da regularidade do sistema capitalista. Nesse contexto a educação adquire um novo valor e uma nova necessidade de adequar-se às carências do mercado, bem como, de atender aos interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista (FRANÇA, 2015).

No capitalismo tudo se mercantiliza, a relação mercantil invade completamente tudo, e na área educacional não seria diferente, na lógica do capital, a educação é transformada em mercadoria, o que se torna cada vez mais difícil lutar pela defesa da educação pública e de qualidade. O neoliberalismo conseguiu impor suas políticas antidemocráticas ao dissolver o direito à educação como um direito social e de desintegrar o aparato institucional que garantia essa concretização (GENTILI, 1995).

A educação apresenta também uma particularidade contraditória, pois tem um lado mais humanizado, através do qual é possível incluir o sujeito no mercado de trabalho, e outro alienado, que nega essa inserção. E nesse contexto capitalista, a educação estará a serviço da humanização ou da alienação? O conhecimento será o instrumento que pode contribuir ou negar o processo de humanização. O Estado ao se abster da função reguladora do mercado de trabalho delega as empresas e o monopólio do conhecimento científico e tecnológico, isso tudo em busca da competitividade a todo preço, operando com poucos trabalhadores, aumentando a produção com o abuso de jornadas de trabalho, diminuição da produção por meio de férias coletivas, redução da jornada de trabalho ou até mesmo demissões em massa (FRANÇA, 2015).

O trabalho docente possui um duplo sentido, tornar-se produtivo à acumulação do capital na atual realidade brasileira, e passar de uma força de trabalho social à uma rentável mercadoria. A mercadoria força de trabalho docente do ensino superior, está sujeita as contradições próprias da relação capital e trabalho. Todavia, no setor público, não ocorre essa relação direta entre capital e trabalho. Mas, mercadoria é tudo o que é produzido com finalidade de troca. Para o capitalista é indiferente produzir mesas ou educação, conquanto, que suas mercadorias atendam uma necessidade social, pois o que realmente importa são as possibilidades de lucro (SILVA, 2012).

A educação é considerada um processo de trabalho. O professor é considerado um trabalhador produtivo, porque ao empregar sua força de trabalho, produz mais-valia, concorrendo para o processo de reprodução e expansão do capital. E esta determinação, é fundamental para as possibilidades e limites do seu trabalho. A partir da Lei nº 5.540 de 1968, responsável pela reforma do ensino superior, o trabalho docente se divide em dois momentos, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo e o docente como o próprio produto de seu trabalho. O docente, ao ser considerado um trabalhador do sistema produtivo, estará sujeito a precarização do trabalho docente, seja nas instituições de ensino superior pública, seja nas IES privadas (FRANÇA, 2015).

Segundo Silva (2012), o trabalho docente é considerado bem complexo, e é assim, concebido por ser um trabalho instigante, desafiador, fascinante, multidimensional por sua natureza, enfim um trabalho ambíguo. Mas, também é visto como um trabalho simples, que pode ser de fácil execução pelo professor bem formado e bem preparado para o ensino. Essa complexidade se deve ao fato de o docente está constantemente sendo desafiado a manter-se atualizado, e é instigado, pois se direciona a atividades diversas, como ensino, pesquisa e extensão. E esse caráter multifacetado do trabalho não permite uma atitude passiva do docente frente ao exercício profissional.

É um trabalho ambíguo, pois envolve forças intelectuais, forças operacionais de tempo e espaço, forças de articulação entre teoria e prática, enfim, não é simplesmente um trabalho intelectual. O trabalho docente possui uma dimensão instrumental, relacionada ao saber fazer, preparar aulas, uma dimensão teórica, de reflexão teórica, e uma dimensão prática que é a inserção no campo da pesquisa e do ensino, sem contar as múltiplas relações: professor-aluno, na sala de aula, e as relações estabelecidas nas supervisões de estágio, com outros profissionais, etc. O docente será responsável pela formação de um profissional que seja capaz de articular teoria e prática, além de ser um profissional reflexivo (SILVA, 2012).

Assim, torna-se primordial a defesa pela centralidade do trabalho, pelo trabalho digno do docente no ensino superior, e o respeito pela sua importante função na construção do ser humano mais crítico. Tendo a pesquisa científica como ferramenta capaz de encontrar soluções para as necessidades da população e não somente a favor dos interesses do grande capital.

Conclusão

O trabalho docente tem sofrido total influência da política neoliberal, que age sobre todos os setores da sociedade mundial, logo o Brasil também se insere nesse cenário da globalização, sob o controle do capitalismo. A ideologia neoliberal exige a adoção do Estado mínimo, ou seja, o Estado reduziu seus incentivos financeiros

ros principalmente em relação às políticas sociais, como educação, saúde, dentre outras, o que abre um campo propício para o setor empresarial atuar com o respaldo do próprio governo.

A educação pública superior constitui-se um alvo para o setor empresarial, o qual atua tanto na mercadorização da educação superior, por meio do aumento expressivo de inúmeras instituições de ensino superior privada, como através das parcerias público-privada com as universidades federais, com foco direcionado para as áreas tecnológicas, visto que são as mais rentáveis de lucro ao mercado capital. A educação superior brasileira passou a ser uma área de interesse da lógica capitalista, pois é um mercado altamente lucrativo, recebedora de incentivos fiscais do governo e dispõe de recursos públicos para fomentar a atividade privada da educação superior. A isenção desses impostos a serem concedidos às IES privadas poderiam ser aplicados na ampliação de oferta de vagas em IES públicas. A verdadeira democratização do ensino superior ocorrerá pela inserção da população, independente da classe social, nas universidades públicas e gratuitas, mas para que isso ocorra faz-se necessário uma melhoria na educação como um todo, desde a educação básica.

A reforma universitária realizada no governo Lula atendeu às diretrizes estabelecidas (maior eficiência, qualidade e equidade nesse nível de ensino) pelos organismos internacionais, BM e OMC, e legitima a concepção da educação como um serviço não exclusivo do Estado, o que justifica a transferência de verba pública para o setor privado, que é um dos princípios neoliberais em mais um setor de exploração do capital. Os incentivos nesse nível de ensino contribuem para o aumento da produtividade do trabalho e consequentemente maior crescimento econômico a longo prazo. Daí a necessidade de se investir no setor privado, que seria um ensino terciário não universitário, voltado às transformações do mercado de trabalho, o qual pouparia recursos públicos, visto que o modelo tradicional de universidades europeias de pesquisas é oneroso.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem diretamente no trabalho docente, principalmente com as alterações no plano de cargos e carreira do magistério superior, que gera um desestímulo aos novos profissionais que se interessam por essa car-

reira profissional, tendo em vista que a desconstrução da carreira docente é uma das estratégias do governo federal para acelerar o processo de privatização por dentro do ensino público superior.

A ideia é retirar a função social da universidade e transformá-la em uma prestadora de serviços com foco nas demandas do mercado. O Estado se livra de sua obrigação com a sociedade e transforma a atividade docente em parte de um grande negócio, isso faz parte da reforma de Estado nos moldes do neoliberalismo. Daí a necessidade de um plano de carreira condizente com essa lógica mercantilista. O Estado que antes detinha o papel de provedor, agora se transforma em uma espécie de regulador do mercado, pois quem dita as regras do nosso projeto de educação é o mercado (RODRIGUES; XAVIER, 2013).

As universidades passam a ser geridas como empresas comerciais, instituições privadas, e ao mudar a concepção de universidade, muda também a forma como o docente interage com a instituição, ela sofre efeitos da nova forma de organização e dos interesses do capital. O docente deixa de contribuir para a construção do conhecimento coletivo e passa a se dedicar à formação de novos profissionais ou à pesquisa condicionada aos interesses de seus próprios patrocinadores. Surgindo a figura do docente empreendedor, aquele que tem a iniciativa própria para captar recursos públicos e privados no mercado. E os critérios de avaliação do corpo docente dos programas de pós-graduação pela CAPES/MEC, vão pontuar melhor na progressão vertical esse docente que buscar financiamentos.

Enfim, o trabalho docente tem se tornado uma corrida intensa para publicar, os docentes precisam se destacar nas avaliações de órgãos do governo, as universidades necessitam atingir conceitos e notas altas, os programas de pós-graduação dependem da produção dos docentes e discentes para manterem suas posições. Os docentes precisam manter seus currículos sempre repletos de produções sejam de revistas, livros, artigos, e etc. Essa pressão por publicar de qualquer modo tem gerado uma expansão de revistas e livros não tão bons, textos apressados, sem tanta qualidade e profundidade, tudo com um único propósito, que é publicar para pontuar no cur-

riculo, os quais renderão melhores gratificações salariais, bem como, o reconhecimento do profissional ideal. As produções acadêmicas estão em linha de montagem, uma produção em massa.

Referências

ADORNO, Theodor Ludwing Wiesengrud. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Editora Paz e Terra, 1995. Disponível em: <<http://www.verlaine.pro.br/txt/pp5/adorno-educacao.pdf>>. Acesso em: 28/06/2016.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 171).

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva** – Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. **A precarização do trabalho docente no ensino superior:** o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PrMv7PRq.pdf>. Acesso em: 01/02/2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTLI, Pablo (Org.). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: **Pedagogia da exclusão:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro Primeiro, Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

ROGRIGUES, Valdecir; XAVIER, Fátima. Ataques à carreira prepa-

ram o terreno da privatização. **Revista ANDES especial**, Dossiê Nacional 3, Brasília, 2013.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Universidade, ciência e violência de classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

Os processo de globalização na Amazônia

Vânia Cristina Cantuário de Andrade¹

Michel Justamand²

Introdução

Junto aos padrões de conquista da Amazônia, alguns aspectos resultaram em muitos dilemas pelos produtos da Modernidade e da Globalização sob a égide de uma nova ordem mundial que sedimentou ainda mais as ideias globais. A expansão do sistema econômico por novas áreas e (re) divisões trouxeram disputas aos centros de poder que sobre ele exercem influência. Elementos amplos como referenciais indicativos da globalização em sentido geral geraram muitas inseguranças.

Nesse sentido, é preciso, compreender que a insegurança causada no final dos anos 1960 até o início dos anos 2000 gerou o aumento da sofisticação das formas de controle. Associada à produção da incerteza, tem-se a gradativa dissociação dos padrões hegemônicos anteriores (pautados no binarismo que se refletia na bipolaridade em nível político-ideológico (blocos capitalista e socialista)) e que foi, aos poucos, dando lugar à multiplicidade das políticas pós-modernas ou da diferença. Outro aspecto que ressaltamos aqui é o da afirmação do pós-fordismo ou de acumulação flexível deu lugar também à insegurança nas relações de trabalho, com a fragmentação dos movimentos sociais e a precarização socioeconômica de uma massa crescente da população.

As consequências do regime de acumulação flexível sobre o mundo do trabalho

A globalização é por assim dizer um termo de difícil alcance quando se trata de pensar seu significado, muitos de nós, vemo-la como um mal necessário ao projeto de expansão que teve início há

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA/UFAM-Manaus.

2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP. Professor Associado II da UNIFESP/Guarulhos.

muitos anos atrás. Encará-la não é tarefa fácil, precisamos ir ao cerne do próprio termo. Pois, o termo “Globalização” deveria ser utilizado como um conceito multidimensional e histórico que aponta para tendências, para dimensões mundiais, para o impacto, para conexões mundiais e fenômenos sociais, bem como para uma consciência global dos atores sociais.

No entanto, as principais são a exploração, hierarquia, exclusão e segmentação. Traçou-se um marco de referência geral com o objetivo de explicar os resultados distributivos globais e multidimensionais, distinguindo-se quatro tipos de processos: a história global, os fluxos globais - de comércio, de capital, de populações e de conhecimento -, uniões globais, articulando instituições e políticas nacionais com organizações e pressões transnacionais - e, finalmente, processos nacionais (THERBORN, 2001).

Uma avaliação do peso relativo desses processos mostra que a história global e os processos nacionais são os mais importantes, com uma diferenciação clara entre estados fortes e débeis. Enquanto a história, reproduzida pelos fluxos de comércio, de capital e de migração, acumulou a desigualdade econômica, o fluxo de conhecimento, sobretudo o médico, favoreceu uma maior igualdade, observando-se também novas transformações no sentido dos fluxos globais e seus efeitos distributivos. A desigualdade acontece de diversas formas e em diferentes grupos sociais, além disso, deve ser concebida como multidimensional. A desigualdade assume diferentes formas sociais, que derivam de modos distintos de produzir valores.

A globalização, até este momento, não desfez o fortalecimento secular do estado-nação do Século XX, e na importância das relações interestatais significa que a cidadania é uma das mais importantes instituições mundiais de desigualdade. Por outro lado há estados, que abrigam dentro de suas fronteiras quase tanta desigualdade econômica quanto a existente no mundo. Para o autor, tanto a globalização como a desigualdade são duas encruzilhadas das ciências sociais e da filosofia social.

Mas a globalização é mais do que um termo ou vocábulo, ela é também um modo de enfocar a realidade ou uma perspectiva

analítica e, em termos mais amplos, discursiva. Como tal, é utilizada em algumas das mais influentes visões de mundo, nas quais ela pode ser apreendida com o auxílio de duas dimensões. Uma delas, que podemos denominar como dimensionalidade, diz respeito a como o conteúdo atual da globalização é percebido, predominante, fundamental e basicamente, como sendo econômico, cultural ou ecológico ou, como irredutível, possível e contraditoriamente multifacetado. A outra pode ser chamada de historicidade. A globalização está sendo considerada como uma ruptura básica na história humana moderna e, alternativamente, sua forma corrente é vista como uma nova versão de um fenômeno histórico mais antigo, ou como a manifestação presente de processos permanentes de transformação social.

No que diz respeito ao Brasil, Carvalho e Silveira (1994) consideram que embora mudanças tenham ocorrido no plano internacional, o país ainda não entrara na onda da transnacionalização globalizante. Pois, há na verdade, razões históricas para isso. Como se sabe, a primeira revolução industrial baseada na indústria têxtil maturou plenamente na Inglaterra, por volta de 1820 a 1830.

Contudo, por mais simples que fosse suas bases técnicas seu implante no Brasil perdurou mais de cinquenta anos, o que se iniciou por volta de 1870 e 1880, consolidando-se em 1920 a 1930, computado o marco de referência do nascimento desse padrão industrial na Inglaterra, levou-se cerca de cem anos para se consolidar no país o fruto dessa primeira revolução. Com a segunda revolução industrial levou-se meio século para incorporar os frutos desse progresso técnico. Logo, muitas dificuldades surgiram para a inserção no Brasil desse padrão industrial, dado pela segunda revolução tecnológica (CARVALHO & SILVEIRA, 1994).

Muito embora, os atrasos e a demora da consolidação desses padrões, descritos pelo autor supracitados parecessem aquém da realidade brasileira, às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais afunilaram-se a cada novo dia. As tecnologias desumanizaram o homem ao invés de servirem ao seu bem-estar. E o que nos surpreende é o fato de o homem está cada vez mais privado da comunicação por conta da gama de informações recebidas diaria-

mente. O uso da internet, do whatzap não somente trouxe benefícios como também garante tal isolamento. Além disso, as consequências do regime de acumulação flexível sobre o mundo do trabalho ganhou forma a passos largos.

Harvey (1993) nos diz que o regime de acumulação se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneira de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. O aumento dessa flexibilidade e mobilidade deu permissão aos empregadores para exercerem pressões mais fortes, de controle de trabalho enfraquecida pelos surtos de deflação, o desempregou aumentou nos países capitalistas avançando para níveis sem precedentes no pós guerra. O trabalho foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível e pela re-importação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas.

Isso implicou em níveis altos de desempregos estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical e, reduziu o numero de trabalhadores centrais, admissão e demissão fácil e sem custos, contratos de trabalhos mais flexível devido o enfraquecimento do sindicato e a grande mão-de-obra excedente. Essas novas estruturas facilitaram a exploração de trabalho das mulheres que substituíram trabalhadores homens melhor remunerado menos demissíveis pelo trabalho feminino mal pago.

Novas técnicas e novas formas de organização de produção puseram em riscos os negócios da organização tradicional espalhando um onda de bancarrotas, fechamento de fabricas, desindustrialização e reestruturação que ameaçou até as corporações mais poderosas. Os sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração no ritmo da inovação do produto, ao lado da ponta de consumo por uma atenção maior às modas fugazes e pela mobilidade de todos os artifícios de indicação de necessidade e de transformação cultu-

ral que isso implica. Também o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica implicou a possibilidade de alcançar importante vantagem competitiva. Dessa maneira, isso nos conduziu ao problema ainda mais difícil das maneiras pelas quais as normas, os hábitos e as atitudes culturais e políticas se modificaram a partir de 1970 e do grau até o qual essas mudanças se integraram a transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 2000).

Todos esses acontecimentos globais puseram em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista devido ao conturbado período de reestruturação econômica de reajustamento social e político nas décadas de 70 e 80. Esse regime, esse, que foi mantido até 1973 e conseguiu manter a expansão do período pós-guerra intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos, prevalecia, entretanto a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, e um processo de transição rápido, ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.

A rigidez no âmbito dos investimentos fixos de larga escala, nos mercados, na alocação, nos contratos de trabalho e no compromisso com o Estado mascarava a configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que eclipsaram em vez de garantir a acumulação do capital.

A frouxidão política por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra acarretou forte inflação resultando em uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. Os aumentos no preço do petróleo ocasionaram mudanças tecnológicas e organizacionais para a solução de custos de energia, e acentuou o problema da reciclagem dos petrodólares excedentes. A forte deflagração de 1973-75 criou uma profunda crise fiscal e de legitimação. As corporações foram obrigadas a entrar

num período de reestruturação, racionalização e intensificação do controle do trabalho por possuírem excedentes inutilizáveis. A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercados, a dispersão geográfica passaram ao primeiro plano das estratégias de sobrevivência em condições gerais de deflação (HARVEY, 1993).

É nesse ambiente de nova ordem mundial que vemos a região amazônica, tal como a vemos hoje, no século XXI, emergir de um processo que teve início nos anos 60 e 70. A paisagem diferente que apresenta a partir desse idos está marcada pela concentração de riqueza e pelos piores indicadores sociais do Brasil.

A inserção da Amazônia nos processos globais de reorganização do capitalismo contemporâneo

“Só a Amazônia ilusória e misteriosa entreabrindo os boqueirões aos trabalhadores”. Esse trecho do romance “O Beiradão” de Álvaro Botelho Maia (1958) nos remete à ideia de que é assim que Amazônia tem sido no perpassar dos anos, ilusória e misteriosa abrindo seus rios aos trabalhadores que foram trazidos em busca de sonhos, riquezas e liberdade, mas também aos desafios de um desenvolvimento planejado para incluí-la nos processos globais do mundo. Ela foi lançada ao mundo antes de o Brasil se constituir como unidade territorial e política, à emergência dos processos de globalização econômica e política, colocando-a fora de seu estado de natureza, através do mercantilismo e o absolutismo das forças internacionais (FREITAS e SILVA, 2000).

Vale ressaltar que esses processos não se deram da noite para o dia, como se a Amazônia tivesse uma existência recente, mas, gradativamente, ao longo de um período histórico que deixou inúmeras marcas, dessa interferência. Essas marcas foram perceptíveis por meio da demarcação de terra para os europeus, implantação de uma nova sociedade formada por colonos cujas bases políticas e econômicas estavam em oposição marcantes, nos projetos coloniais que visavam a homogeneidade e conformidade à região e suas etnias; na regionalização da cultura amazônica pela imposição da língua e cos-

tumes europeus e na integração e polarização da sociedade regional com a sociedade nacional. Os ciclos existentes nos séculos XVIII e XIX promoveram os impulsos da demanda externa pelas matérias-primas regionais e um fluxo permanente de intercâmbio com a economia de mercado (FREITAS e SILVA, 2000).

Além disso, nos mostra Valle (2000) que o capitalismo mercantil circunscreveu a Amazônia como área de exportação de produtos extrativos praticamente até a primeira metade do século XX. E que as drogas do sertão, a madeira e a borracha foram os produtos que abasteceram os mercados europeus e americanos com engajamento de diferentes grupos sociais. A sociedade extrativista em vias de seu esgotamento com a expansão do comércio internacional deu lugar a um mundo industrial e urbano hegemônico na segunda metade do século XX.

Essa transição pôde ser percebida com a passagem de uma cultura cabocla para uma cultura urbana, do ciclo extrativo para os incentivos, da transformação do seringueiro ao operário. Para a autora, a modernização da Amazônia se deu através de megaprojetos, ou seja, um parque industrial cuja produção orientou-se para os mercados externos. A Zona Franca, criada na década de sessenta possuía privilégios derivados do status de porto livre os quais foram decisivos para o desenvolvimento na capital amazonense, sua criação, foi resultado do movimento de descentralização da produção capitalista e da difusão do padrão de desenvolvimento urbano-industrial ocidental no século XX. Assim, o capitalismo industrial e os sistemas políticos administrativos foram instituições que organizaram sob as condições de modernidade a vida cotidiana e estabeleceram a articulação entre práticas locais e relações sociais globalizadas (VALLE, 2000).

As condições estabelecidas trouxeram aspectos devastadores, dada a pluralidade de significados atribuídos à modernidade. Giddens a classifica como “instituições e modos de comportamento estabelecidos depois do feudalismo na Europa e que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto” (2002, p. 17). No século XX, essas instituições tiveram seu dinamismo acelerado. O mesmo acon-

tece com os indivíduos que “independentemente do quão local sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (GIDDENS, 2002, p. 9). Trata-se de um mundo de possibilidades nunca antes vistas no contexto tradicional. Um novo mundo gerador de ansiedades, nos quais os riscos são calculados e que exigem constantes adaptações.

No entanto, Giddens concorda com o caráter fugidio e contingente da modernidade, já postulado pelas ciências sociais, definindo o termo modernidade como “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII [...] e tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (GIDDENS, 1991, p.11). Contrapondo-se à ideia da emergência de uma ordem social pós-moderna, Giddens acredita que vivemos a radicalização da modernidade. Isto é, um tempo em que o modo de vida iniciado no século XVII chegou ao seu ápice. As consequências da modernidade nos colocam diante de um fenômeno de dois gumes. Ou seja, vivemos numa época caracterizada por incertezas manufaturadas, de um lado e, reflexividade, de outro.

Estes riscos são produtos da crescente ação humana sobre a natureza e sobre os modos sociais. Juntamente com as incertezas manufaturadas, Giddens observa que a reflexividade também caracteriza a radicalização da modernidade. Em outras palavras, a reflexividade moderna deve ser lida como uma maior autonomia dos sujeitos, reflexividade essa propiciada e, ao mesmo tempo, exigida pela sociedade atual:

Em suma, ao mesmo tempo em que a “quebra” das tradições pelo debate reflexivo gerado pela radicalização da modernidade promove uma maior autonomia do sujeito, a fé cega no homem e na ciência, herdada do iluminismo (racionalidade), trouxe riscos e incertezas ao colocar em cheque a humanidade. Nesses termos, Giddens enfatiza que a vida moderna é caracterizada por várias descontinuidades.

O mundo em descontrole e a velocidade das mudanças atuais são verdades incontestáveis. O principal embate da globaliza-

ção é a batalha entre o fundamentalismo, que se baseia na “tradição tradicional” e a tolerância cosmopolita, guiada por valores morais universais. A tolerância cosmopolita tende a vencer essa contenda, pois demanda a democracia e esta, apesar de seus limites, vem se espalhando por toda parte. As opiniões de Giddens geram inquietações pelo eurocentrismo e pelo modo como ele escapa à discussão crítica se valendo de relativizações. Giddens (2000) ainda enfatiza que as mudanças culturais são produto da globalização, quando também derivam de um processo histórico secular e de lutas sociais.

A crise econômica mundial que provocou uma retração do mercado mundial e uma redução na dinâmica das trocas mostrou, no entanto, que os produtos primários continuam a ter papel importante na economia e na balança comercial brasileira. Trata-se de produtos agrícolas e de bens primários, baseados nos recursos naturais. Se o Brasil diversificou, ao longo das últimas décadas, seu parque industrial e aumentou sua inserção industrial na economia mundo, não deixa de ser um produtor e exportador de commodities e aposta, de forma determinante, no crescimento do agrobusiness, do mercado exportador de alimentos.

Com a globalização e o aumento de competitividade no mercado, observa-se, no âmbito local, a exemplo do que ocorre hoje em diferentes estados e áreas da Amazônia, que as empresas nacionais e internacionais reforçam suas estratégias de apropriação de terras e de recursos, para investimentos imediatos ou futuros, com reserva de nichos de mercado. Esse processo tende a aprofundar-se, se considerarmos a dinâmica atual de mercado, a globalização das economias e a corrida pelo crescimento econômico, para sair das crises do capitalismo ou para assegurar o processo de acumulação e de domínio político em agendas globais.

Considerações Finais

Dada formação desse novo paradigma tecnológico proposto se faz necessário questionar o forma como se dá o relacionamento da Amazônia, com o resto da economia brasileira com a Internacional. Há que se pensar a Amazônia, a partir de uma visão

macroeconômica que considere a possibilidade de melhorias tecnológicas nesse desenvolvimento do capitalismo nacional e internacional nos setores e atividades capazes de internalizar os efeitos de renda e emprego para as populações amazônicas. Para isso, o projeto nacional de desenvolvimento regional deve considerar não somente as demandas socioeconômicas da sociedade como também os custos sociais que venham provocar impactos no meio ambiental regional.

As velhas instituições necessitam ser reformuladas com novas funções sociais e políticas para com a sociedade amazônica. As inovações tecnológicas que tomaram forma no contexto internacional redefiniram um novo padrão industrial nos países desenvolvidos. Ainda que tardiamente esse novo padrão esteja sendo incorporado pela economia nacional isso em direção a Amazônia se dará em forma indireta. No entanto, além do frágil mercado regional, a falta de uma política nacional de desenvolvimento tecnológico para Amazônia que leve em consideração os interesses regionais aumenta o grau de incertezas sobre as possibilidades de atração de empresa de base tecnológica para a região.

Buscar novas abordagens como uma possibilidade de mudança no tempo presente é uma abordagem crível e ao alcance das mãos para subsidiar narrativas em alicerce. Com algum arrojo e autonomia, esta reunião de temas também pretende contribuir para a superação deste status quo ante, para que a Amazônia não seja nem um tema da memória, tampouco uma especulação abstrata de futuro, mas um retrato panorâmico das suas formas de vida e valor, provida pela produção rejuvenescida que brota na região e suas adjacências.

Referências

CARVALHO, Davi Ferreira. Industrialização e grandes projetos. In. D'INCAO, e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (1994)

FREITAS, Marcilio de e SILVA, Marilene Corrêa da (org). *Estados da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: EDUA, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Pau-

lo: Ed. Unesp, 1991.

_____. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. A transformação da intimidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Lyola, 1993

MAIA, Álvaro Botelho. Beiradão, 1958.

PIZARRO, Ana. Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

SILVA, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. 3ª ed. Manaus: editora Valer, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. O albatroz racista. Edições Afrontamento, 2000.

VALLE, Isabel de Medeiros. Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manau. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2000.

THERBORNS, Goran. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 122-169

A quadridimensionalidade de uma realidade de fronteira: Um relato de experiência de iniciação científica no Alto Solimões¹

Maria Angelita da Silva²

Daiane de Moraes Coelho³

Memória e identidade e a quadridimensionalidade

Maurice Halbwachs (1877- 1945) com sua análise do estudo das classes sociais pelos ‘quadros sociais da memória’, inaugura uma nova forma de análise da realidade social, hoje clássica (HALBWACHS, 1990). A partir dos empreendimentos da segunda geração da Escola Francesa de Sociologia que vai do ‘longínquo’ ao ‘próximo’ seus estudos ganham robustez. Essa tendência teórica é uma grande vantagem no engajamento da leitura e interpretação da realidade, mais do que isso, sua teoria – memória coletiva - é uma denúncia de que enxergar a realidade se utilizando e/ou se apropriando de apenas alguns aspectos do trabalho de memória – memória individual e memória histórica [tida oficial] – são tintas insuficientes para pintar esse quadro social: mecanismo social extremo e criativo, original e identitário.

Portanto, esse processo deve ser balizado por uma qualidade incontestável ao exercício do trabalho de memória, que é justamente o ajustamento do quadro social da memória numa dimensão quadrimensional (SILVA, 2019): altura (a memória individual representaria o componente vertical do quadro da memória,), largura (a memória social/história, o componente horizontal), profundidade (a memória coletiva, inaugurada por Halbwachs), um quadro 3D, dimensões do espaço que podemos perceber com nossos sentidos. Já a dimensão do tempo, inaugurada em Hal-

1 Trabalho completo publicado nos Anais do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras LAFRONT - Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras: LOZANO, Giovane da Silva; BAUMGRATZ, Deise; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs). Anais do III Colóquio Internacional Dinâmica de Fronteiras. Toledo: LAFRONT, 2020. ISSN: 2595-0185

2 Doutora em Educação pela UEM. Professora Adjunta do INC/UFAM.

3 Graduanda de Pedagogia do INC/UFAM.

bwachs a partir do novo conceito einsteiniano que expressa o pensamento original da dimensão espaço-tempo enquanto unidade (SILVA, 2009) (SILVA; NERLI, 2020) oferece-nos uma análise que encontra no sujeito cultural (quarta dimensão desse quadro) aquele elemento chave na confecção desse quadro social da memória, pois é este que dá um novo significado ao ‘próximo’ em detrimento ao ‘longínquo’. Se na teoria da relatividade de Einstein o conceito de tempo sofre uma alteração dramática em relação ao conceito da física newtoniana, linear e amplamente aplicado nas diversas formas de interpretar a realidade, com a memória coletiva de Halbwachs, pautado nas recentes contribuições da física quântica, esse ‘próximo’ correto, testado pela baliza dos seus atores sociais ao confirmar e legitimar a memória enquanto engajamento coletivo, inaugura uma nova maneira de decifrar a realidade social, política e cultural em suas mais diversas formas de manifestação.

Com Halbwachs (1990), o conceito de tempo einsteiniano é aplicado para garantir a qualidade da memória (SILVA, 2019) e essa contribuição se revela na evidência de que memória cria identidade (NERLI, 1998), portanto, revela-nos enquanto sujeitos. Por essas lentes conceituais podemos observar a qualidade e pluralidade de regiões de fronteira, sob prismas os quais quem irá examinar esse processo serão aqueles/aquelas que protagonizam seus processos identitários. As atitudes de investigação provindas de visões de mundo em suas diversas linguagens são expressão dessas identidades que se entrelaçam e se desenvolvem como possibilidade, como cultura, como ciência, como linguagem. É o que veremos a seguir.

Memória e identidade na tríplice fronteira

*Fronteiras são lugares indefinidos.
BERNAL, 2014*

Para problematizar o tema da memória e identidade no contexto de nossas investigações sobre cultura, ciência e linguagem em regiões de fronteira, especialmente Benjamin Constant, município que compõe, na grande região amazônica – que domina o centro-norte do continente – a região de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, uma variedade de códigos e línguas, onde um grande número de povos indígenas, ribeirinhos,

urbanos, migrantes e nativos se entrelaçam e se manifestam em suas diversas gramáticas e fronteiras simbólicas, a ciência e a pesquisa também se dão sob essa identidade local.

Lima cita definição do IBGE sobre a geografia da região amazônica (Amazônia Legal) dando conta da extensão impressionante da bacia do rio Amazonas, “a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km², dos quais aproximadamente 3.800.000 km² estão no Brasil. ” (LIMA, 2019, p.35). Ferreira enfatiza a sua extensão territorial e significativa bio-sociodiversidade, contrapondo-a ao equívoco da ideia de uma floresta homogênea (FERREIRA, 2018, p.26). Mota cita a estratégia colonizadora, que revestiu a região fortemente com as estruturas herdadas do coronelismo e os preconceitos herdados desse processo:

... a visão como lugar exótico, de pessoas selvagens, é uma das caracterizações negativas que por séculos tem atravessado as fronteiras territoriais, refletindo o patamar de inferioridade ocupado pela região (MOTA, 2016, p.22).

A importância da região, contudo, faz com que esses processos sejam renovados, no sentido da exploração de seus imensos recursos:

Interesses econômicos e geopolíticos, em âmbito mundial e nacional, se apropriando-se do poder e das tomadas de decisão sobre o domínio e utilização do território no contexto global, a Amazônia se reveste em um bem incomensurável que deve ser conservado pela e para a humanidade. (MOTA, 2016, p.23).

Do ponto de vista da compreensão desse quadro alguns conceitos – bem como a distinção entre eles – se tornam fundamentais ao pesquisador, entre eles os conceitos de fronteiras, limites e estado nação.

Partimos de um primeiro par conceitual: os conceitos de fronteira e o seu corolário, o conceito de fronteiras nacionais.

Ao conceito de fronteira contrapomos o conceito de limite, cuja proximidade e interdependência causam certa confusão, no entender de Lima. O conceito de limite remete a uma divisão por marcos geográficos legalmente fixados, que dividem um território ou país de outro e tem origem no esforço de constituição e caracterização dos Estados Modernos (LIMA, 2019). Fronteira, por sua vez,

[...] é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. (PESAVENTO, 2006, p. 10).

Já as fronteiras nacionais, segundo Lima, dividem os ‘corpos territoriais das nações’ e produzem zonas de contatos entre populações fronteiriças, símbolos e imagens, mercados de fronteira e alteridades estatais (LIMA, 2019, p.36). E afirma, em seguida, que as fronteiras nacionais demarcam territórios repletos de significados políticos, econômicos, culturais, jurídicos e simbólicos (LIMA, 2019, p.38).

Como destaca Lima (2019),

[...] pensar as nações em seus limites tem contribuído para analisar a articulação entre a esfera local, regional, nacional e transnacional nos espaços fronteiriços e perceber a dinâmica das identificações e das representações sobre o ‘outro’ [...] é preciso considerar também que as fronteiras dos territórios nacionais por um lado condensam diversos limites e abrem novos horizontes de interpretação para variados fenômenos sociais contemporâneos. (LIMA, 2019, p.36).

Do ponto de vista desses fenômenos sociais, Mota (2016, p.17), em sua investigação sobre infâncias de fronteiras, ressalta, citando o caso da cidade de Tabatinga, na fronteira com a cidade colombiana de Letícia, que, em uma realidade fronteiriça que considera a região do Alto Solimões, “as classes sociais médias e altas são praticamente inexistentes, há basicamente, camadas baixas ou subalternizadas”. Contudo, a força do elemento humano em sua singularidade cultural e no confronto com as demais culturas se impõe, como é o caso das crianças: “(...) crianças na fronteira têm percepções singulares que retratam a experiência social de vida na diversidade socio-cultural que envolve os três países amazônicos: Brasil, Colômbia e Peru.” (MOTA, 2016, p.17). Para além do estigma do espaço propício às ações ilícitas, como é o caso da região quando se considera o narcotráfico (MOTA, 2016, p.17); (...) as fronteiras

[...] são lugares singulares que, entre outras coisas, se caracterizam por ser o espaço de encontro da alteridade, por serem locais de conflitos étnicos e por serem espaços de contato e acomodação nacional e transnacional (LIMA, 2019, p.40).

É possível pensar também uma cidade como Benjamin Constant- AM, como palco privilegiado para a observação desses processos, devido à proximidade com a cidade de Islândia, no Peru, “separadas apenas pelo rio Javari e sem nenhum posto de fiscalização no lado brasileiro, apresenta-se como um espaço de constantes fluxos migratórios” (LIMA, 2019, p.28).

Lima, ao citar o interesse sociológico e antropológico nas microrrelações que se estabelecem em regiões de fronteira, sublinha que

[...] estudos ao mesmo tempo têm permitido compreender a instrumentalização da fronteira política pela população fronteiriça o pêndulo do mercado fronteiriço conforme a cotação das moedas nacionais, as formas de exercício de direitos civis, políticos e sociais nos limites dos Estados nacionais, etc., bem como refletir sobre tantas outras fronteiras (sociais, culturais, simbólicas) que se formam, se sobrepõem, se complementam e entram em conflito em relação à noção de fronteira política ou estatal. (LIMA, 2019, p.36)

E aposta que

Muitos pesquisadores e estudiosos na atualidade entendem que a noção de fronteira está assente em limites, bem como na sua transgressão. É possível recorrer ao termo fronteira para tratar da divisão entre nações, da globalização, das identidades, da expansão agrícola e de muitos outros temas [...]. (LIMA, 2019, p.41).

Mota nos fala de uma dicotomia, de uma relação que se encontra na constituição do próprio tecido social da região de tríplice fronteira do Alto Solimões: a dicotomia entre natureza e cultura que envolve “diversos tipos de relações de poder, revestidos em várias roupagens sob o verniz da segregação social” (MOTA, 2016, p.23). Os cientistas da fronteira e da floresta tem um grande trabalho a realizar por conta da complexidade das relações entre os viveres locais, a natureza e a “expansão do capital global” (MOTA, 2016, p. 24). Ultrapassar essas relações de poder, no sentido de olhar além dos interesses imediatos e econômicos, é tarefa essencial no esforço de compreensão dessa realidade.

É preciso entender a pluralidade como marca identitária desta condição de fronteira: floresta, rio, populações tradicionais [ribeirinhos, indígenas, quilombolas], fronteira transnacional, diversas línguas e culinária

rias, arquitetura e medicina típicas de cada povo que a representa, imagens e cenários. Segundo Ferreira (2018) dos sessenta e dois municípios existentes no Amazonas, apenas dois não estão próximos a rios. Portanto, segundo a autora, a maioria deles estão ligados às águas dos diferentes rios que banham a região. Thiago de Melo, poeta amazonense, denominou a região de “Amazônia, a pátria das águas” (JESUS, 2009 apud FERREIRA, 2018, p. 28).

A memória e a identidade na tríplice fronteira são uma realidade de manifestações diversas, plurais, robustas para investigação da formação das identidades do lugar. Uma ilustração dessa realidade podemos encontrar na constatação de que “o costume indígena de fixação à margem dos rios, paranás e igarapés, como um meio eficaz de facilitar a navegação, a comunicação e o transporte” (PINTO, 2008 apud FERREIRA, 2018, p.28) é compartilhado com outras culturas. Ferreira ainda afirma que

Pelo desenho geográfico da região, essas localidades são verdadeiros palcos de renovação ano a ano, se adaptando aos períodos de cheia e seca e, sobrevivendo bem aos dois períodos. Por esse imenso contato com a água, as populações humanas da Amazônia, possuem uma relação profunda com os rios, os quais constituem verdadeiras estradas, tanto para as constantes viagens entre a comunidade e a sede da cidade, como entre as próprias comunidades. (2018, p.28)

Essa realidade de fronteiras diversas [simbólicas, linguísticas, ambientais, políticas, culturais e econômicas] compõe o cenário de investigação que pretendemos realizar.

Um relato de experiência de Iniciação Científica no Alto Solimões

A América-latina tem uma grande contribuição quando o tema a ser investigado é a fronteira. Pois, para além das fronteiras territoriais que marcam as realidades de tantos povos e formas de existência, temos como elemento estruturante dessas realidades as fronteiras simbólicas mediadas por linguagens e identidades. Nesse contexto, nos primeiros dias de dezembro de 2019, um novo cenário de observação, investigação e intervenção se desenhou enquanto desafio político e militante, de promover ciência no Brasil para uma doutora recém-formada e que na sua região de origem, a região Sul, desenvolvia, há mais de 10 anos, pesquisa e trabalho de educação

social com populações tradicionais do Sul do país⁴: esse cenário era a tríplice fronteira amazônica transnacional e indígena, cercada de rios e florestas, comidas típicas e línguas variadas e um campus da Universidade Federal do Amazonas no município de Benjamin Constant AM.

O INC/UFAM, como um microcosmo desse universo maior, essa diversidade se faz presente concentrando os problemas já existentes no espaço do campus e trazendo novos desafios: são dezessete etnias representadas no corpo discente, sendo que parte significativa desses estudantes tem como primeira língua sua língua materna indígena, ao passo que o corpo docente, majoritariamente não indígena, utiliza o português, língua oficial do país. O esforço de criação do INC/UFAM, que incluiu as demandas locais e as negociações entre os diversos níveis de poder do Estado, produziu, ao longo do tempo, um público de estudantes indígenas extremamente variado, num espaço histórico e geográfico complexo na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia. As línguas espanhola e portuguesa e línguas indígenas como tikuna e kokama estão presentes no mesmo espaço de sociabilidade, constituindo, por um lado, riqueza cultural e potencial de conhecimento, e, por outro, dificuldades que afetam a vida pessoal dos estudantes, a relação entre os grupos e as interfaces com o conhecimento acadêmico.

O ensino das diversas ciências na língua nacional dificulta a relação com os estudantes, muitos deles com língua materna indígena, sendo a língua portuguesa apenas a segunda língua – com a qual, por vezes, demonstram dificuldade. As diversas linguagens e gramáticas em que se configura o conhecimento científico também representam um desafio para os estudantes: as questões da compreensão dos códigos matemáticos e das formas de exposição dos conhecimentos adquiridos são exemplos citados rotineiramente por estudantes e professores.

Nesse contexto se coloca o problema da comunicação, com impactos na subjetividade, nas relações internas e na apreensão do conhecimento científico ensinado. Há suspeitas de que a tendência ao isolamento leva ao aumento da evasão, com prejuízos evidentes para os envolvidos, para os resultados da instituição e para a sociedade como um todo.

4 Especialmente o Povo Xetá, povo originário do Estado do Paraná, considerado extinto pelas mídias e documentos oficiais [trabalhos acadêmicos e registros históricos] (SILVA, 2013; 2017a; 2017b; 2019; 2020)

Na tríplice fronteira as línguas e culturas indígenas, a despeito desses problemas, se impõem enquanto realidade. No INC esta proporção é bastante significativa: em divulgação recente foram apresentados os seguintes números: o instituto hoje conta com 1369 acadêmicos, desses 466 autodeclarados indígenas, divididos entre, pelo menos, 8 povos indígenas distintos – Ticuna (241), Kokama (134), Caixana (42), Witoto (3), Manu-bo(3), Kanamari (1) e Mayuruna(1), de 9 municípios diferentes, espalhados por 6 cursos de graduação – Administração, Ciências Agrárias, Pedagogia, Ciência Biologia e Química, Letras e Antropologia⁵.

Nossa hipótese⁶ é que, ao longo dos anos, o Instituto tem procurado dar forma e direção a esses problemas, que, de forma estruturada ou não, se refletiram em sua produção acadêmica e nos documentos e estatísticas locais. Se podemos pensar que tais questões encontram na fronteira um ambiente por excelência, é forçoso considerar também sua presença nas preocupações de membros das comunidades tradicionais – com destaque para os oriundos dos povos indígenas – nas diversas instituições de ensino superior do país, e que grupos organizados e pesquisadores de outras universidades também tem se defrontado com o problema, configurando uma situação de fronteira simbólica, em que a relação com o conhecimento dito universal e com a sociedade não-indígena está colocada. Na tríplice fronteira, as relações econômicas, sociais e culturais são transpassadas pela multiculturalidade e pelo multilinguismo. Em Benjamin Constant, o cenário da cidade, seu comércio e seus tipos humanos expressam essa diversidade (LIMA, 2019), que se faz presente e tem um impacto nas situações de comunicação em seu cotidiano. A presença do rio e da floresta, aproximando e caracterizando a região fronteiriça, consolidam e dinamizam os contatos e essas situações (FERREIRA, 2018).

⁵ Dados do INC/UFAM 2020.

⁶ Surgiu dos esforços de síntese das primeiras observações do contexto do INC/UFAM entre 02/12/2019 a 02/03/2020, o que se materializou a partir da elaboração de proposta de projeto de pesquisa para o Edital: EDITAL N. 003/2020 – PAINTER com Título: EDUCAÇÃO INDÍGENA, CIÊNCIA E LINGUAGEM: conexão entre Cultura e Ciência na faixa de fronteira, Alto Solimões. Protocolo: 46844.780.68177.11052020. Coordenadora: Maria Angelita da Silva. Dessas primeiras impressões que foram registradas e elaboradas para o Painter, elaboramos cinco projeto de iniciação científica/ EDITAL 081/2019/ PROESP/UFAM compondo os esforços de investigação de um projeto de pesquisa da linha de pesquisa “Educação Indígena, Ciência e Linguagem” do GP - Infâncias, Criança e Educação na Fronteira Amazônica, da Universidade Federal do Amazonas em parceria com GP- Núcleo de Estudos de Linguagens da Amazônia - NEL - AMAZÔNIA, da Universidade Federal do Amazonas e o GP - Desenvolvimento, aprendizagem e educação CNPq, da Universidade Estadual de Maringá.

Mais ainda, essa doutora recém-formada e recém-chegada da região Sul, quase que imediatamente, aparelhada com outras lentes, vindo do outro extremo do Brasil, percebeu que o tema da cultura, ciência e linguagem seria, em conexão, um tema de investigação científica na fronteira e na floresta, de modo a ampliar a compreensão da diversidade e pluralidade a ser cambiada. Assim, foi iniciada uma série de escutas ativas, metodologia da educação social que serviu de base para compreender a nova realidade que se instalava em seu repertório de atuação e investigação sobre a temática da memória e formação de identidade.

A realidade local fronteiriça, a floresta, o rio, as línguas, aquela universidade no interior do Amazonas se revelou um campo vastíssimo, e dessa primeira impressão, em conversas com recém-doutores e mestres que, sendo docentes do INC haviam direcionado suas pesquisas para a identidade e potencialidades local, assim como nas conversas com estudantes no RU – restaurante universitário no INC, houve a suspeita de que o tema em conexão cultura, ciência e linguagem na fronteira e na floresta seria a motivação por excelência ao empreendimento científico de busca de compreender e interpretar a realidade local a partir de lentes que pudessem revelar essas identidades e potencialidades.

Buscando inspiração no conceito de quadridimensionalidade, elaborado ao buscar a decifração de códigos identitários⁷, foram eleitas, para esse trabalho, quatro linguagens: Fotografia, Literatura, Cinema e Ciência. Tais linguagens comporiam os esforços metodológicos para captar essa realidade tão rica de símbolos e dotada de uma singularidade toda especial, contida nos elementos que traduzem esse lugar de fronteira.

Nesse contexto, houve participação em eventos⁸, foram realizados encontros, passeios [Festas Religiosas, Procissões, visita ao Museu Ticuna Magüta, visita em Terra Indígena...], elaboração de projeto de pesquisa⁹, encontros no OBECAS¹⁰ para elaboração de especialização de Educação

7 Que ao longo da investigação de doutorado foram utilizadas para compor o quadro social da memória coletiva atual do povo Xetá (SILVA, 2019); (SILVA. MORI, 2020).

8 Mostra de Paineis Educação, Desafios e Re-existências no contexto Transnacional Amazônico INC/UFAM; I Seminário de Educação e Direitos Humanos INC/UFAM; Bancas de Relatório Final de Estágio Supervisionado III do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente INC/UFAM.

9 EDITAL N.º 003/2020 – PAINTER/FAPEAM

10 Programa Observatório da Educação no Campo no Alto Solimões - OBECAS e Laboratório Interdisciplinar.

do Campo e da Floresta, elaboração de projetos de extensão para submissão a editais¹¹ [“Leituras na Floresta” do Programa Observatório da Educação no Campo no Alto Solimões - OBECAS e Laboratório Interdisciplinar; “Mini Cientista”; “Eu cientista” e “FEIRA DE CIÊNCIA: uma experiência de letramento científico na escola” vinculado ao Grupo de Pesquisa Infâncias, criança e educação na fronteira amazônica – ICEFAM]. Essas foram as atividades desenvolvidas nos meses que seguiram do dia 2 de dezembro de 2019 a, aproximadamente, 13 de março de 2020, com a determinação de suspensão das atividades presenciais na UFAM por conta da crise sanitária instaurada pela situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid19. Contudo, a partir das experiências presenciais iniciais e leituras e fichamentos de teses e dissertações de pesquisadores locais e depois com leitura e interpretação de editais e submissões de propostas – apesar de todas as dificuldades decorrentes das diversas facetas de isolamento social, ainda mais agudo e permanente, no caso da tríplice fronteira, que antes da pandemia já sofria com falta de conectividade, energia elétrica e diversos outros problemas típicos de regiões de fronteira – criamos a linha de pesquisa do GP CNPq ICEFAM: Educação Indígena, Ciência e Linguagem e com ela organizamos as ações e atividades desde então.

Os esforços para desmembrar do projeto guarda-chuva Painter/Fapeam¹² os projetos de iniciação científico exigiu resistência e persistência, já que tudo deveria ser realizado via on-line, sem que pudesse haver encontros presenciais, nem mesmo para aprendizados mais básicos para aqueles pesquisadores que estariam vivendo a experiência de pesquisa pela primeira vez, como é o caso de estudantes de iniciação científica. Alguns alunos/alunas já haviam manifestado interesse pela investigação sobre cultura, ciência e linguagem na fronteira e na floresta na primeira semana de aula, pré-pandemia, outros/outras receberam notícias do projeto de pesquisa por redes sociais, especialmente, grupos de WhatsApp. Outro recurso pré-pandemia, foram encontros promovidos por docentes recém locados no INC, servidores empossados no último concurso público que criaram

11 PACE 2019-02 PROEXT/UFAM

12 Proposta de Pesquisa: “EDUCAÇÃO INDÍGENA, CIÊNCIA E LINGUAGEM: conexão entre Cultura e Ciência na faixa de fronteira, Alto Solimões” EDITAL N. 003/2020 – PAINTER / Projeto Enviado em 11.05.2020. Projeto não enquadrado. Recurso: Pedido de reconsideração: Protocolo: 46844.780.68177.11052020 recusado. PROGRAMA DE APOIO À INTERIORIZAÇÃO EM PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO AMAZONAS – PAINTER

um grupo multidisciplinar envolvendo os seis cursos do campus e articulou conhecimentos técnicos científicos e oficinas de elaboração de propostas para a instituição fomentadora de pesquisa.

Por fim, de forma remota articulamos encontros virtuais, criamos o grupo de estudos Cultura, Ciência e Linguagem e desde então, semanalmente, há encontros para estudo. Especialistas foram convidados para oferecer contribuições nas seguintes linguagens: Fotografia, Literatura, Cinema e Ciência. Foram feitos relatórios para o registro e confrontação desses debates a cada tema dos cinco Pibic¹³ que foram aprovados, duas bolsas, três voluntários, sendo que um está em lista de espera para bolsa.

A partir daqui, o olhar e a experiência da pesquisadora recém-chegada, em diálogo com a acadêmica de iniciação científica - cria da terra e dos rios - se transforma na força viva dessa experiência jovem e culturalmente singular. Se seguem suas impressões, grafadas em relatório, dos encontros promovidos em torno das diversas linguagens.

Fotografia

O fotógrafo e organizador João Rios Mendes nos trouxe o tema *Narrativas fotográficas: fotografia e linguagem*, assim nos apresentando onze grandes fotógrafos/fotógrafas, argumentando um pouco sobre o trabalho de cada um deles/delas, cada fotografia contendo seus traços através de linguagem própria. Os fotógrafos(as) foram: José Cristiano Junior, Marc Ferrez, Horou Ohara, Gilbert Garcin, Rosangela Rennó, Cartier Bresson, Claudia Andujar, Cris Bierrenbach, Walter Firmo, Guy Veloso. Cada fotógrafo (a) com seu olhar e coração alinhado as suas fotografias, buscando no profundo de suas fotos uma evidência que a transmita para as pessoas refletirem o real da fotografia como linguagem.

13 PIBIC/PAIC 20202/2021 PIB-H/0055/2020 - Produção científica sobre o tema da comunicação e a conexão entre cultura, ciência e linguagem no contexto da educação indígena no ensino superior na faixa de fronteira: estado da arte;

PIBIC/PAIC 2020/2021 PIB-H/0056/2020 - Levantamento dos principais temas relacionados ao problema da comunicação entre estudantes indígenas: visões e perspectivas;

PIBIC/PAIC 2020/2021 PIB-H/0057/2020 Problemas e estratégias de comunicação e divulgação de produção científica: o caso INC/UFAM;

PIBIC/PAIC 2020/2021 PIB-H/0058/2020 O problema da comunicação na conexão entre cultura, ciência e linguagem: a participação das diversas etnias em tempos de pandemia na faixa de fronteira, Alto Solimões;

PIBIC/PAIC 2020/2021 PIB-H/0060/2020 Linguagens para desvendar o que é comunicação na faixa de fronteira em tempos de pandemia, o caso do Alto Solimões: Ciência, Cinema, Literatura e Fotografia.

Literatura

A literatura vem como uma provocação de releitura de uma realidade e a partir disso desvendar os fatos a serem falados e aprofundados nessas histórias. Dialogamos com várias obras literárias que nos ajudam a abrir espaços para nossa própria produção, na riqueza de nossas línguas faladas. Jamais seremos os mesmos depois de nos relacionarmos com outras culturas, elas têm que ser uma reorganização estrutural do mundo, séries de novos códigos e signos que temos que aprender a nos adaptar a eles, para uma nova realidade que está sendo colocada que vai nos modificar, vamos adquirir novas lentes para enxergar a realidade para participar e para interferir. Tudo que foi dito¹⁴ serviu para nossa própria atuação, para assim desenvolvermos nossa capacidade como pesquisadores da floresta de desvendar tudo que ainda precisa ser analisado. Podemos assim aparelhar nossos olhares, principalmente agora, em período de isolamento, onde, de uma forma direta, nos apaixonamos por várias obras, estando conectados diretamente à internet, tendo ciência de tudo que o mundo está passando em momentos da pandemia da covid-19. Ao final do estudo tivemos as impressões de cada participante que nos rechearam de grandes conhecimentos para o grupo Literatura, Ciência e Linguagem.

Cinema

O cinema faz parte da realidade histórica e social de cada pessoa, nos diálogos entre as diversas outras artes e com a cultura apresenta a possibilidade do olhar do espectador como linguagem, que se constitui no jogo de representação do real, articulado pela performance da imagem. Cada um de nós tem suas próprias leituras das imagens que vemos: a partir do momento que o espectador se envolve com a tela ele conhece não só um filme, mas reproduz para si diversos sentimentos que o ver lhe traz. A prática, por exemplo, de ler uma obra e depois assistir a um filme nos traz leituras sobre a vida e nossas experiências na universidade, na escola e nas comunidades e assim mudam nosso olhar.

14 Foi apresentado um conto, elaborado a partir de uma história tradicional do Povo Xetá, povo indígena do Paraná, e a partir do conto, foi compartilhada a experiência do contato com a cultura daquele povo, que possibilitou e motivou a escrita do conto. O conto, “A origem do Tembetá”, faz parte do livro “Nanderetá – contos inspirados na História, Cultura e Mitologia do Povo Xetá”, que por sua vez é parte da coleção Memória Xetá (2017).

Junto à linguagem audiovisual enquanto linguagem tecnológica, temos diferentes linguagens que ainda temos que desvendar e conhecer, principalmente agora, em tempos de pandemia, que precisamos ficar em casa, podemos aproveitar para ler e assistir filmes que nos impactam, já com a percepção da fotografia como objeto essencial para as telas. No cruzamento de nossa realidade com essas diversas linguagens podemos mais vivamente vivenciar a Amazônia e a região do Alto Solimões, a realidade e dificuldade que as pessoas enfrentam e como elas lidam e tendem a se adaptar: no interior é uma realidade e em cidades e capitais são outras. Assim como em cada município do Alto Solimões, essas pessoas não têm acesso ao cinema, então é tudo novo, e sim, atrairia muitas pessoas se tivéssemos cinema, não só para jovens, mais para o público em geral, que gostaria muito de ver um filme em cartaz. Isso possibilitaria às pessoas perceber as relações entre o cinema, a educação e leitura, como cada cultura vai se reerguendo para novos desafios e aprendizagens na fronteira, como se dá essa comunicação que será usada para sua realidade, também por aquelas pessoas que não tem acesso à internet e não tem como comunicar-se com as diferentes linguagens mediante a tecnologia. Tudo vem ao mote dos enfrentamentos que cada um de nós e as comunidades e junto a alguns de nossos acadêmicos do INC-UFAM participam. Temos ainda muito que pesquisar e elaborar projetos que vão ajudar as pessoas a terem essa leitura da realidade da Amazônia e do Alto Solimões, chamar a atenção dos espectadores, mostrar que tanto o cinema como a prática da leitura são formas de educação e linguagem, e assim poder ver a realidade e interferir nela com olhares construtivos e fazer essas leituras científicas.

Ciência

O Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista¹⁵ nos trouxe as relações entre o mundo científico e a linguagem, contribuindo com o grupo com suas experiências com a ciência e pesquisas, e como o ser humano lida com a ciência desde suas origens até os dias atuais, que a ciência vem avançando e ganhando a sua própria linguagem. Entre os grandes cientistas, filósofos, sociólogos, se destaca o físico Albert Einstein, o grande cientista que nos trouxe a lei da relatividade e hoje é bastante citado em artigos científicos.

¹⁵ O professor Luiz Roberto Evangelista é físico teórico da UEM e professor da Universidade de Turim – Itália.

Todos tiveram suas contribuições com a humanidade, nas escolas entre outros locais, como no espaço acadêmico: nossos universitários do INC-UFAM, em seus artigos e pesquisas, trabalham nesses processos de linguagem que, primordialmente, buscam contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico na busca de produção de inúmeros conhecimentos. É exatamente isso que o grupo de estudos “Cultura, Ciência e Linguagem: Educação Indígena no INC” está trabalhando: como a ciência ajuda no enriquecimento da língua do povo Indígena.

Contudo, no início da experiência indígena no INC-UFAM, nem tanto: muitas vezes os indígenas estão perdendo suas identidades, buscando se adaptar a essa nova realidade de tecnologias avançadas e mostrando algumas dificuldades. Por isso a busca em pesquisas por soluções que irão servir para os nossos discentes do INC e ao público em geral: como se dá essa comunicação, como tantos símbolos, línguas e culturas estão ligados com cada pessoa que navega na luta por espaços que, muitas das vezes, estão se perdendo até dentro da própria universidade, ainda por ignorância de alguns etnocêntricos.

Considerações Finais

As realidades que podemos observar no âmbito do INC/UFAM, universidade que em seu conjunto de identidades e multilinguismo plural define os desafios de se fazer ciência na fronteira e na floresta, recebe, por inspiração no conceito de quadridimensionalidade, elaborado a partir do conceito de memória coletiva de Halbwachs, o reforço da lente de quatro linguagens, que unindo três dimensões da arte à linguagem científica, confere robustez ao exercício de enxergar esse quadro social, de modo a conferir ao ato pedagógico de ver uma nova possibilidade de captar imagens e visões de mundo próprias de uma região repleta de signos e símbolos representativos.

Nesse sentido a fotografia, a literatura, o cinema e a ciência compõem, em relação ao quadro conceitual que nos propomos estabelecer, recursos significativos ao sujeito cultural enquanto cientista da fronteira e da floresta, aparelhado com lentes diversificadas ao exercício de captar, reconhecer, interpretar e analisar as diversidades que expressam as identidades de fronteira, não apenas em seus limites e dificuldades, mas acima de tudo em suas potencialidades.

A memória coletiva da fronteira e da floresta, ao compor um quadro social, é realizada por esse sujeito cultural, o cientista/a cientista da fronteira e da floresta que a realiza, munido dessas linguagens que compõem seu repertório de atuação - poderiam ser outras, quicá serão. Todavia, por ora, essas linguagens eleitas para se desenvolver essa investigação sobre cultura, ciência e linguagem são resultado de um empreendimento que pretende buscar rotas de investigação científica que possam conduzir a uma visão mais ampla – e ao mesmo tempo atenta aos detalhes – da realidade de fronteira que marca a identidade desses povos e suas lutas por visibilidade e inclusão.

Por ora, a cientista começa a ver a partir de sua realidade, reconhecer-se em linguagens que não lhe são totalmente estranhas, mas cuja relação com a sua cultura e com as demandas dos povos presentes no cenário fronteiriço ela começa a vislumbrar em suas potencialidades. Aprimorar esse olhar, ampliando o diálogo com teóricos e seus conceitos, artistas e suas visões, com a realidade e seus sujeitos são os próximos passos a executar.

Referências

CANDIDO, Wagner D. **Nänderetá!**: contos inspirados na história, cultura e mitologia Xetá. 1. Ed. Maringá: Massoni, 2017. 288 p.: il. Coleção memória Xetá.

FERREIRA, Jarliane da Silva. **A escola na floresta**: Manifestações culturais e processos educativos em comunidades tradicionais do Alto Solimões/AM /236 f (Tese em Educação) Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas –UFAM, 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

LIMA, Jorge Luís de F. **Vidas em Movimento - Imigração Peruana na Fronteira Brasil-Peru no Alto Solimões**: Trajetórias E Contextos. Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM MANAUS, 2019.

MORI, Nerli. N. R. **Memória e identidade**: a travessia de velhos pro-

fessores através de suas narrativas orais. Maringá: EDUEM, 1998.

MOTA, Marinete L. **A criança na fronteira amazônica: o viver no fio da navalha e o imaginário da infância** / Marinete Lourenço Mota. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras culturais em um mundo planetário** - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). Revista Del Cesla, nº 8, pp. 9-19, Polônia, 2006.

SILVA, Maria. Angelita Djapoterama da. **Criança Xetá: da memória da infância à resistência de um povo**. 1. ed. Maringá-PR: Massoni, 2017a. 326 p.: Il. Coleção Memória Xetá.

SILVA, Maria Angelita da. Criança Xetá no contexto latino-americano: memória, identidade e fronteira. In: MÜLLER, Verônica Regina Müller (Org.). **Crianças em fronteiras: Histórias, Culturas e Direitos**. Curitiba: CRV, 2017b. p. 69-87.

SILVA, Maria Angelita da. **Memória e identidade do Povo Xetá: narrativas visuais e memória coletiva no quadro da dispersão**. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá PR, 2019.

SILVA, Maria Angelita da. MORI, Nerli Nonato Ribeiro. QUERO OS MEUS BRINCOS: Memória da Infância, Patrimônio e Identidade na Saga do Povo Xetá. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**. Salvador, v. 05, n. 14, p. 560-572, maio/ago. 2020.

Sobre os autores

Denia Román Solano

Graduação em Antropologia, Universidad de Costa Rica. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília e Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora e pesquisadora no CIAN- Centro de Investigaciones Antropológicas, e na Escuela de Antropología de la Universidad de Costa Rica. Email: dennia.roman@ucr.ac.cr

Diana S. Tamburini

Es Licenciada en Antropología por la UNR y Doctoranda en Antropología por la misma universidad. Docente Investigadora de la Escuela de Antropología en la Facultad de Humanidades y Artes, se desempeña como JTP en “Taller de Tesina Orientación Arqueología” y cumple funciones en el Museo de la Escuela de Antropología. Realiza investigaciones arqueológicas en las provincias de Buenos Aires y Santa Fe en cementerios históricos, sitios militares de frontera y campos de batalla. Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto - Departamento de Arqueología, Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Entre Ríos 758, CP 2000, Rosario. Email: dianatamburini@hotmail.com

Daiane de Moraes Coelho

Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Infâncias, Criança e Educação na Fronteira Amazônica - ICEFAM, do CNPq/ UFAM, com a linha de pesquisa: “Educação Indígena, Ciência e Linguagem”. Aluna de PIC/UFAM/2020-2021 Integrante do Grupo de Estudos Pesquisa Multidisciplinar Cultura, Ciência e Linguagem na Floresta e na Fronteira Ligado ao ICEFAM. E-mail: daianedemoraescoelho@gmail.com

Elenise Faria Scherer

Possui mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), Doutorado - bolsa sanduiche - em Política Social - Universidad Autonoma de Barcelona (1995) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). É Pós-Doutora pelo Intitut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008). É Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. Seus estudos e pesquisas estão concentrados na análise das Políticas Sociais, Mundo do Trabalho, desemprego, cidadania e exclusão. Atualmente tem se dedicado, também, ao estudo das políticas públicas, território sociais e ambiente na Amazônia.

Evandro de Moraes Ramos

Doutor em Tecnologias Educativas pela Universidade de Ilhas Baleares (2005). Atualmente professor associado IV da Universidade Federal do Amazonas, atuo como professor na Faculdade de ARTES -- FaARTES. Com experiência na área de Educação, com ênfase em Educação mediada por tecnologias. Com estudos realizados referentes a Vídeos Educativos com mais de 80 vídeos instrucionais para EaD. Durante 10 (dez) anos, desde o mês de agosto do ano 2007 até agosto de 2017, atuando na função de Coordenador acadêmico do curso de Artes Visuais – EaD, bem como coordenador de 02 (duas) turmas do curso de especialização em Mídias na Educação - EaD. Credenciado como professor colaborador no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia PPGSCA/UFAM, orientando as dissertações de Mestrado dos pesquisadores: Ismael Oliveira de Souza e Alexsander Luiz Braga Santa Brígida. Pesquisas de Mestrados concluídas sob sua orientação Mestres: Núbia Silva Najar, Fátima Regina da Silva Delcaro, Hilton Marcos de Araújo, Tathiana de Alcantara Macedo Daou e Maria Isabel de Araújo. Desde o mês de julho de 2017 atuando como Diretor do Centro de Educação a Distância (CED) da UFAM e como Coordenador da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - DED/CAPE

Evandro de Oliveria Souza

Arte-educador no município de Parintins, interior do estado do Amazonas, formado em Licenciatura em Artes Visuais, é também especialista em Educação Musical e Ensino das Artes, atuando como arte-educador na SEDUC-AM, em que é professor concursado.

Graciela Scarafia

Es Tesista de la carrera de Antropología de la UNR. Participa de investigaciones en curso sobre materiales líticos prehispanicos del NOA y de sitios históricos, emplazamientos militares fronterizos y campos de batalla del siglo XIX, en la provincia de Buenos Aires. Centro de Estudios de Arqueología y Antropología del Conflicto - Departamento de Arqueología, Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Entre Ríos 758, CP 2000, Rosario. Email: grscarafia@hotmail.com

Janaina Zildéia da Silva Paiva

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM; Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Assistente Social em 2018, e Coordenadora em 2019 e 2020 do Projeto Resposta à Emergência: Atendimento aos Solicitantes de Refúgio e Refugiados Venezuelanos em Manaus na Cáritas Arquidiocesana de Manaus em Parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR

João Clovis de Oliveira Costa

Bacharel em Ciências Econômicas – UEA; Economista – Corecon 13ª Região; Especialista do MBA em Gestão Empresarial com Estratégia de Mercado Industrial – FSDB; Mestrando em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM; Pesquisador Bolsista – FAPEAM; Professor Voluntário – UEA; Professor Tutor EAD – FAMETRO; E-mail: jarteverde@hotmail.com

Juan B. Leoni

Es MA y PhD por la State University of New York, Binghamton; Licenciado en Antropología por la UNR. Es actualmente Investigador Adjunto de CONICET y se desempeña como Profesor Titular de la cátedra “Taller de Tesina Orientación Arqueología” en la carrera de Antropología de la UNR. Realiza investigaciones en arqueología prehispánica del NOA (Sector Norte de la Quebrada de Humahuaca), así como en arqueología histórica, especializándose en emplazamientos militares fronterizos en la provincia de Buenos Aires y campos de batalla del siglo XIX. CONICET – Departamento de Arqueología, Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario. Entre Ríos 758, CP 2000, Rosario. Email: jbleoni@hotmail.com

Kamilla Ingrid Loureiro e Silva

Bacharel em Ciências Econômicas – UFAM; Economista – Corecon 13ª Região; Especialista em Logística Empresarial – UFAM; Mestre em Sociedade e Cultura – UFAM e professora pela UNINORTE. Email: kamila.loureiro@gmail.com

Kátia Silva de Oliveira

Formada em Licenciatura Plena em Letras e Bacharela em Direito, pela Universidade Federal do Amazonas–UFAM. Especialista em Docência do Ensino Superior, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro–UFRJ. Mestra em Direitos Humanos e PhD em Direitos Humanos, pelo Seminário Internacional de Teologia Gospel. E-mail: advokatia2008@hotmail.com

Lupuna Corrêa de Souza

Geógrafa licenciada, bacharel e mestra. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Compõe o grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Amazônia – NEPECAB/

UFAM, e atua como pesquisadora colaboradora em diversas frentes de desenvolvimento regional com ênfase na faixa de fronteira do estado do Amazonas

Maria Angelita da Silva

Prof.a Adjunta I do Instituto de Natureza e Cultura (INC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) do curso de Pedagogia. Pedagoga, Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Pesquisadora no grupo de pesquisa Desenvolvimento, Aprendizagem e Educação, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisadora no grupo de pesquisa Infâncias, Criança e Educação na Fronteira Amazônica - ICEFAM, do CNPq, da UFAM, com a linha de pesquisa: Educação Indígena, Ciência e Linguagem. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa Multidisciplinar Cultura, Ciência e Linguagem na Floresta e na Fronteira ligado ao ICEFAM. E-mail: angelita@ufam.edu.br OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9774-9007>

Maria Isabel de Araújo

Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM (2019), Graduada em Administração com habilitação em Comércio Exterior pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2000). MBA em Meio Ambiente e Organizações Empresariais e Sociais - ESAB (2011); Especialista em Saúde e Segurança do Trabalho - UNIASSELVI (2014); Especialista em Educação Ambiental - UNICID (2011); Especialista em Formação Docente para a atuação em Educação à Distância - ESAB (2009). Aperfeiçoamento em Direito Ambiental (2013). Atua nos temas de Educação Ambiental, Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Maria Ferreira de Oliveira Filha

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM; Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM

Mariene Mendonça de Freitas

Professora do Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas no curso de Licenciatura em Artes Visuais. É formada em Artes Visuais pela UFAM, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela mesma universidade e especialista em Metodologia do Ensino de Artes pela Faculdade São Luiz. Possui trabalhos artísticos e científicos no campo da literatura (contos e poesias), educação e ilustração.

Michel Justamand (Org.)

Pós-Doutor em História, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Mestre em Comunicação e Semiótica, Bacharel e Licenciado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Pós-Doutor em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP; Professor Associado 1 do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

Mónica Patricia Valentini

Licenciada y Profesora en Historia con orientación en Antropología de la Universidad Nacional de Rosario. Docente Investigadora de la Escuela de Antropología en la Facultad de Humanidades y Artes, se desempeña como profesora titular de Metodología y Técnicas de la Investigación III para la orientación en Arqueología y también como profesora adjunta en Prehistoria General. Es Directora del Centro de Estudios en Arqueología Subacuática Argentina y Coordinado-

ra General del Museo de la Escuela de Antropología en la misma institución. Se desempeña también como Auxiliar en el Archivo de Imágenes Digitales de la Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires. Ha realizado investigaciones en Arqueología Subacuática en Argentina y el exterior, así como también en Arqueología Histórica y Urbana. Email: mopavalentini@gmail.com

Ronald Rosa de Lima

Mestre em Ciências e Meio Ambiente- UFPA, Tecnólogo em Gestão Ambiental UNIASSELVI-Manaus, Especialista em Docência do Ensino Superior UNIASSELVI-Manaus, Coordenador Setorial do Programa Segundo Tempo - Força nos Esportes - Manaus. Possui projetos na área de meio ambiente assim como pesquisas em andamento sobre percepção ambiental, populações tradicionais, território e territorialidade. Email: ronaldrosadelima@gmail.com

Sandra Oliveira de Almeida

Possui graduação em Letras - Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (2004), graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade La Salle Manaus (2012) e mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA pela Universidade do Estado do Amazonas (2015). Atualmente é professor da Escola Estadual Solon de Lucena Manaus. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: alfabetização científica, ciência hoje para criança, educação ambiental, pcn e espírito científico. Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas.

Shigeaki Ueki Alves da Paixão

Gestão em Tecnologia do Turismo. Doutorando do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da UFAM. E-mail: shigeakitourism@yahoo.com.br

Silas Garcia Aquino de Sousa

Doutor em Engenharia Florestal/Conservação da Natureza, pela Universidade Federal do Paraná (2003). Mestrado em Ciências Florestais pela Universidade de São Paulo (1993), graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas (1985). Pesquisador concursado da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (20/10/1987). Associado a Sociedade Brasileira de Sistemas Agroflorestais-SBSAF e Associação Brasileira de Agroecologia-ABA (Diretor da ABA, 2010). Atuou no Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF, como vice presidente da Região Norte, presidente e vice presidente da Seção Amazonas. Atua como Professor Colaborador do Curso de Agroecologia da UEA e Cursos de Pós-Graduação do INPA e UFAM. Exerceu o cargo de Superintendente na SPU/AM (2012-2014). Retornou a Embrapa em 2014. Tem experiência na área de Agronomia, Silvicultura e Agroecologia, com ênfase em manejo de agroecossistema, atuando principalmente nos seguintes temas: manejo de agroecossistemas, adubação orgânica, agroflorestas e silvicultura de espécies regionais.

Teresa R. Acedo

Es Licenciada en Museología por la Universidad del Museo Social Argentino, Buenos Aires. Actualmente se desempeña como Directora de Patrimonio, Museos y Turismo de la localidad de Carlos Casares, provincia de Buenos Aires. Desarrolló el Proyecto de Ordenanza de Protección de Patrimonio Cultural y Programa Educativo Escolar en el Circuito Cultural de Carlos Casares, Provincia de Buenos Aires. Ha formado parte de investigaciones arqueológicas fortines, fuertes y establecimientos rurales del siglo XIX de la provincia de Buenos Aires. Dirección de Patrimonio Museos y Turismo, Carlos Casares. Avenida San Martín 551, CP 6530, Carlos Casares, Provincia de Buenos Aires. Email: teresaacedo20@gmail.com

Vânia Cristina Cantuário de Andrade (org.)

Doutoranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. E- mail: vccantuandrade@hotmail.com

Sugestões de leitura disponíveis em Alexaloja.com

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

1 - Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araújo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018

18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.

João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019

20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/divergente e as questões amazônicas

Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs.), 2019

21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21

Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs.), 2019

22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22

Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs.), 2019

23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019

24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019

25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25

Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019

26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.

Carmen Junqueira. 2018

2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.

Thereza Menezes, 2018

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

José Lino do Nascimento Marinho. 2019

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

Ana Maria de Mello Campos, 2019

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),

Lupuna Corrêa de Souza, 2020.

8 - Memória e identidade do povo Xetá. narrativas visuais e memória coletiva no quadro de dispersão

Maria Angelita Djapoterama da Silva

9 - Corpo negro e saúde. um estudo sobre afrobrasileiros (as), AIDS e ações afirmativas

Adailton da Silva

10 - Mitopoética dos Muyraquitãs, Porandubas e Moronguetás: ensaios de Antropologia, Estética e Etnologia Amazônica.

Harald Sá Peixoto Pinheiro.

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

Michel Justamand, 2006

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand, 2007

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

Michel Justamand, 2007

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

Michel Justamand, 2012

5 - A mulher rupestre

Michel Justamand, 2014

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.

Michel Justamand, 2015

7 - Arqueologia da Sexualidade

Michel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2017

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017

10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018

11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

Vanessa da Silva Belarmini, 2019

13 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

Leandro Paiva, 2019

14 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

Grazieli Pacelli Procópio, 2020

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história

Cidiclei Alcione Biavatti, 2020

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.), 2006

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007

3 - Diálogos Híbridos.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016

4 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand, 2017

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Êmerson Francisco de Souza (org.), 2017

7 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017

8 - Diálogos Híbridos II.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2018

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, 2018

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018

12 - Tabatinga e suas Lendas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.

Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.), 2018

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vol. 2.

Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org), 2018

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org), 2018

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018

18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.

Camilo Torres Sanchez (org.), 2018

19 - Processos psicossociais na Amazônia.

Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.), 2018

20 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

Antoniell dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

21 - Teoria e prática em administração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

Antoniell dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Sch-

wamborn (orgs), 2018

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (orgs), 2018

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

Alexandre de Oliveira (org), 2019

28 - Balbina, vidas despedaçadas

Renan Albuquerque, 2019

29 - Olhares comunicacionais

Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira (orgs), 2019

30 - Saberes Amazônicos

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019

31 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

Iraildes Caldas Torres, 2019

32 - Imagens e imaginários na Amazônia

Alexandre de Oliveira (org), 2019

33 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019

34 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

35 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

36 - Educação em pauta

Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019

37 - Tecnologias na formação inicial de professores

Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019

38 - Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,

Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019

- 39 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar, *Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019*
- 40 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade
Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019
- 41 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,
Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019
- 42 – Corpos, sociedade e extensões.
Ártemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020
- 43 – Canumã – Memórias vivas de um povo
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020
- 44 – Ticuna – Guardiões da Floresta
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020
- 45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais,
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020
- 46 – Oleiros da vida,
Hamida Assunção Pinheiro, 2020
- 47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias
Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020
- 48 – Práticas educacionais no contexto amazônico
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 2020
- 49 – Práticas educacionais no contexto amazônico II
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020
- 50 – Práticas educacionais no contexto amazônico III
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020
- 51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM
Fátima Aparecida Kian, 2020
- 52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins, *Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020*
- 53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira
Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020
- 54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1
Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020
- 55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1
Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020
- 56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II
Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

- 57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas
Sandra Helena da Silva, 2020
- 58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil
Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020
- 59 – Leituras sobre educação – a voz do professor
Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 020
- 60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação
Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020
- 61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola
Amor António Monteiro, 2020 43 – Canumã – Memórias vivas de um povo,
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020
- 44 – Ticuna – Guardiões da Floresta,
Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020
- 45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais, *Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020*
- 46 – Oleiros da vida, *Hamida Assunção Pinheiro, 2020*
- 47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias,
Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020
- 48 – Práticas educacionais no contexto amazônico
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 020
- 49 – Práticas educacionais no contexto amazônico II,
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandrezza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020
- 50 – Práticas educacionais no contexto amazônico III,
Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandrezza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020
- 51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM,
Fátima Aparecida Kian, 2020
- 52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins,
Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020
- 53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira,
Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020
- 54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1,
Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020
- 55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1,
Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020
- 56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II,
Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020
- 57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas ,
Sandra Helena da Silva, 2020

58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil ,

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020

59 – Leituras sobre educação – a voz do professor,

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 020

60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação,

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola,

Amor António Monteiro, 2020

Coleção FAAS

Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

